

CADERNO DE TEXTOS

34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Brasília/DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015

Tema Central: Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2014/2016

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo

Secretário-Geral: Cláudia March Frota de Souza

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Marinalva Silva Oliveira

Revisor responsável pelos textos da Diretoria:

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	009
Metodologia de Trabalho	010
Proposta de Cronograma e Pauta do 34º CONGRESSO	011
Proposta de Regimento do 34º CONGRESSO	012
TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 1 - Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Lua – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	024
Texto 2 - Para enfrentar os desafios da conjuntura. Construir o ANDES pela base – <i>Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical</i>	033
Texto 3 – Um quadro teórico para a ação – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical</i>	034
Texto 4 – O avanço da crise capitalista e os ataques à Educação Pública: Responder com os métodos da Luta de Classes – <i>Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Soraia Carvalho (ADUFCEG/PB)</i>	035
Texto 5 - As possibilidades e os desafios das lutas pela educação pública – alguns indicativos para o desvelo da contemporaneidade - <i>Contribuição da diretoria da ADUFF-SSind, biênio 2014/2016</i>	039
Texto 6 - Conjuntura Nacional e Internacional - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)</i>	041
Texto 7 - Pela organização de uma frente unitária de luta classista em defesa da Educação Pública - <i>Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ-SSind de 17/11/2014</i>	044
Texto 8 - Plebiscito por uma Constituinte para reforma política, carreira docente, e condições de trabalho! - <i>Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Aduesb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel, Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo, Érika Suruagy (Adufrpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Aduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Adufff); Janaina Brum (Adufpel).</i>	049
Texto 9 - A necessidade de construção do bloco contra-hegemônico das forças populares - <i>Contribuição dos professores Alcides Ponte Remigio (filiado a ADUFG) Alison Cleiton de Araújo (filiado a ADUFG) e Vitor Sousa Freitas (Filiado à ADUFG).</i>	051
Texto 10 - Ação direta – O ANDES-SN retomando a sua trajetória de luta - <i>Ágatha Justen Gonçalves Ribeiro (ex-sindicalizada da ADUFRJ, desempregada), Alexandre Pinto Mendes (ADUR-SSind), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Clarisse Toscano de Araújo Gurgel (ADUNIRIO); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.), Francisco Carlos</i>	054

<i>Duarte Vitória (ADUFPel-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); Heitor F. Mothé Filho (ADUR-SSind).</i>	
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 11 – Política Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	058
Texto 12 - Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)</i>	062
Texto 13 - Política Educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	064
Texto 14 - A precarização pela política de EAD no Brasil - <i>Contribuição da Diretoria da ADUNIRIO Seção Sindical</i>	069
Texto 15 - Política Educacional e a luta e os trabalhadores da educação - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)</i>	071
Texto 16 - Terceirizações e desigualdades na comunidade acadêmica: Impulsionar a luta dos trabalhadores terceirizados! - <i>Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)</i>	073
Texto 17 - A questão dos direitos da previdência e as perspectivas da classe trabalhadora - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	074
TEXTO 18 - EBSEH ampliando a luta em defesa da autonomia universitária e de Hospitais Universitários públicos - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	080
Texto 19 - Política de Ciência e Tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	084
Texto 20 - Comunicação e Artes - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	087
Texto 21 - Classe, Etnia, Gênero e Diversidade Sexual - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	089
Texto 22 – O ANDES-SN, o Movimento Docente e a criminalização do Movimento Indígena: Um debate necessário - <i>Contribuição dos professores: Carlos José F. dos Santos (ADUSC); Caroline de Araújo Lima (ADUNEB); Euclides Santos Bittencourt (ADUNEB); Francisco Carlos C. da Silva (ADUSB); José Luis Caetano da Silva (ADUSB); Benedito Gomes Santos Filho (ADUFRA); Gilson Penalva (SINDUNIFESPA); Gerson Luiz Marinho (ADUFRJ); Carmem Suzana Tornquist (APRUDEJC); Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPEL); João Diógenes P. dos Santos (ADUSB); Meire Adriana da Silva (SINDUFAP); Cristhiane Diretoria do ANDES-SN</i>	092
Texto 23 - Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	093
Texto 24 - Ampliar o estudo sobre o orçamento público e educação: Uma tarefa necessária - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	097

TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 25 - Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	100
Texto 26 - O avanço da heteronomia na academia - <i>Contribuição do professor José Maria Alves da Silva – sindicalizado da ASPUV-S.Sind.</i>	120
Texto 27 - Uma minoria oprimida demanda apoio do ANDES-SN - <i>Contribuição do professor José Maria Alves da Silva – sindicalizado da ASPUV-S.Sind.</i>	123
Texto 28 - Reajuste Salarial e Carreira Docente: Pautas prioritárias para 2015 - <i>Contribuição dos professores Tiago Nicola (Aduisc); Cláudio Félix (Aduesb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apu); Celi Taffarel, Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo, Érika Suruagy (Adufrpe); Eudes Baima (Aduce); Marco Oliveira (Aduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Adujff); Janaina Brum (Adufpel).</i>	124
Texto 29 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	127
Texto 30 - Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	134
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 31 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	137
Texto 32 – Prestação de Contas do 59º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	138
Texto 33 - Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	140
Texto 34 - FUNDO ÚNICO - Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	141
Texto35 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	142
Texto 36 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	143
Texto 37 - Comissão da Verdade do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	144
Texto 38 – Revista Universidade e Sociedade: Transição do suporte impresso para o ON-LINE - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	146
Texto 39 - Realização de Seminários Regionais e ou Inter-regionais, organizado pelas Secretarias Regionais sobre reorganização sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	147
Texto 40 - Sede do 35º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	148
Texto 41 - Homologações: Novas Seções Sindicais, alterações regimentais, transformação de Associação de Docente em Seção Sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	149

Texto 42 - Alteração do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João Del Rei - <i>Contribuição da Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del Rei – ADFUNREI-SSIN</i>	150
Texto 43 - Processo sucessório na direção do ANDES-SN - <i>Contribuição dos professores José Maria Alves da Silva, Fernando Pinheiro Reis, Tancredo Almada Cruz e Juliana Silva Rocha – sindicalizados da ASPUV-S.Sind.</i>	152
Texto 44 - Alteração Estatutária: Composição da diretoria - <i>Contribuição do professor Josevaldo Cunha, sindicalizado ao ANDES-Sindicato Nacional na ADUFCG-Seção Sindical</i>	153
SIGLAS	155

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 1 - Movimento Docente, Conjuntura e Centralidade da Luta	032
TR 6 - Conjuntura Nacional e Internacional	044
TR 7 - Pela organização de uma frente unitária de luta classista em defesa da Educação Pública.	049
TR 10 - Ação Direta – O ANDES-SN retomando a sua trajetória de luta	056
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 11 – Política Sindical	061
TR 12 - Política Educacional, Gerais e Direitos e Organização dos Trabalhadores	063
TR 13 - Política Educacional	068
TR 14 - A precarização pela política de EAD no Brasil	071
TR 15 - Política Educacional e a luta e os trabalhadores da educação	072
TR 16 - Terceirizações e desigualdades na comunidade acadêmica: Impulsionar a luta dos trabalhadores terceirizados!	074
TR 17 – A questão dos direitos da previdência e as perspectivas da classe trabalhadora	080
TR 18 - EBSEH ampliando a luta em defesa da autonomia universitária e de Hospitais Universitários públicos	084
TR 19 - Política de Ciência e Tecnologia	087
TR 20 - Comunicação e Artes	089
TR 21 - Classe, Etnia, Gênero e Diversidade Sexual	091
TR 22 - O ANDES-SN, o Movimento Docente e a criminalização do Movimento Indígena: Um debate necessário	093
TR 23 - Questões Agrárias, Urbanas e Ambientais	096
TR 24 - Ampliar o estudo sobre o orçamento público e educação: Uma tarefa necessária	098

TEMA III– PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 25 - Plano de Lutas do Setor das IFES	117
TR 26 - O avanço da heteronomia na academia	122
TR 27 - Uma minoria oprimida demanda apoio do ANDES-SN	124
TR 28 - Reajuste Salarial e Carreira Docente: Pautas prioritárias para 2015	126
TR 29 - Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	131
TR 30 - Plano de Lutas do Setor das IPES	135
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 31 - Alterações no Estatuto do ANDES-SN	137
TR 32 - Prestação de Contas do 59º CONAD	138
TR 34 - FUNDO ÚNICO - Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN	141
TR 35 - Manutenção do apoio financeiro à Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)	142
TR 36 - Manutenção do apoio financeiro à Auditoria Cidadã da Dívida	143
TR 37 - Comissão da Verdade do ANDES-SN	145
TR 38 - Revista Universidade e Sociedade: Transição do suporte impresso para o ON-LINE.	146
TR 39 - Realização de Seminários Regionais e ou Inter-regionais, organizado pelas Secretarias Regionais sobre reorganização sindical.	148
TR 40 - Sede do 35º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional	149
TR 41 - Homologações: Novas Seções Sindicais, alterações regimentais, transformação de Associação de Docente em Seção Sindical	150
TR 42 - Alteração do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João Del Rei	151
TR 43 - Processo sucessório na direção do ANDES-SN	153
TR 44 - Alteração Estatutária: Composição da diretoria	154

Apresentação

O ANDES-SN, a partir de sua instância máxima, o seu congresso, planeja sua ação na busca de uma sociedade mais justa e de uma universidade autônoma e democrática. A autonomia e a democracia são elementos centrais para o projeto de universidade que almejamos e que se contraponha à dominação da educação pelos poderes político e econômico de grupos hegemônicos, como também à lógica produtivista, que idealiza o ensino e o saber como mercadorias. A defesa da gestão democrática e a autonomia no âmbito das instituições são elementos cruciais para garantir uma universidade a serviço do interesse público. Em 2015, o 34º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado em Brasília, convocado e organizado pela diretoria do ANDES-SN, no período de 23 a 28 de Fevereiro de 2015, tendo como tema *“Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”*.

Na contraposição ao nosso projeto de universidade, o anteprojeto de lei da Andifes, atualizado em Novembro de 2013, surgiu como mais um instrumento na tentativa de flexibilizar a administração das instituições federais do ensino, através da proposta de regulamentação da autonomia universitária, como também a Lei 12.772/2012, que aprofundou o processo de desestruturação da carreira docente. Ambos são implementados através do Ministério da Educação, e funcionam como mecanismos de pressão para a privatização do ensino superior público.

No ano de 2015, a perspectiva que nos é colocada, principalmente dos indicativos por parte do governo federal, postos após o processo eleitoral de 2014 e considerando as imutáveis ações governamentais a favor dos interesses do capital e adversas aos da classe trabalhadora, é de muita aspereza nos embates que teremos que enfrentar.

Neste sentido, esperamos ações permanentes e mais incisivas para a implementação da EBSEH e do Funpresp. Além disso, temos o Projeto de Lei de Regulamentação de Greve nos Serviços Públicos, colocado em pauta logo após a eleição. Este projeto, na verdade, visa cercar o direito de greve dos servidores, o que expressa a lógica de que, quando os trabalhadores se mobilizam em luta na defesa de seus direitos, o patronato e governo ficam buscando meios para conter as lutas e, em muitos casos, impedi-las. Visto que o direito de greve é um direito fundamental, e que a Constituição preconiza o direito à igualdade, o direito de greve não permite distinção entre o trabalhador do setor privado e o do setor público. Desta forma, qualquer tentativa de regulamentação da greve do funcionalismo público deve ser feita à luz da Convenção 151 da OIT. Somam-se a este projeto nefasto, compondo a pauta negativa do congresso nacional, os PL 92/07 das Fundações Estatais de Direito Privado, a contrarreforma do Estado, e o PL 4330/204 das terceirizações.

Desta forma, para enfrentar esses ataques, a importância da unidade com os SPFs se torna condição imprescindível na construção de nosso Plano de Lutas para 2014. Isso significa que precisaremos estar articulados e unificados no nosso campo de lutas com a CSP-Conlutas e com todos os movimentos que têm como objetivo chegar a um novo modelo de sociedade mais justa e igualitária. É necessário também termos a compreensão da busca da unidade interna, para que tenhamos como objetivo superar setores que querem extinguir o ANDES-SN, capitaneados pelas forças que se aliam ao governo.

Assim, tendo como elemento aglutinador a disposição para o debate democrático, definindo como mote a defesa do ANDES-SN e o envolvimento da classe na luta pela hegemonia, nos juntaremos em Brasília e seguiremos uma senda que nos leve a ampliar e unir forças pelo nosso Sindicato.

Nos vemos em Brasília.

A Diretoria

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 33º Congresso complementa o resgate histórico; e os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2015, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Brasília, 23 a 28 de fevereiro de 2015

Tema Central: Manutenção e Ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação

23/2 (2ª feira)	24/2 (3ª feira)	25/2 (4ª feira)	26/2 (5ª feira)	27/2 (6ª feira)	28/2 (sábado)
9h às 12h 14h às 20h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	Livre	9h às 12h Grupo Misto Tema IV	9h às 13h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 19h Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema II	13h às 17h Grupo Misto Tema III	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 18h Plenária do Tema IV	14h às 16h Plenária de Encerramento
Livre	Livre	18h30h às 21h30 Grupo Misto Tema IV	18h30 às 21h30 Plenária do Tema II	Livre	

Pauta

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras

REGIMENTO DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do CONGRESSO

Art. 1º. O 34º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, reunir-se-á no período de 23 a 28 de Fevereiro de 2015, na cidade de Brasília (DF), organizado pelo ANDES-SN.

Art. 2º. O CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III

Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. A Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art.32, V), participam com direito à voz.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao CONGRESSO encerrar-se-á às 20h do dia 23 de Fevereiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da plenária de instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V

Do Funcionamento

Seção I

Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do CONGRESSO:

I - As Comissões:

- a) Organizadora;
- b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As comissões organizadoras e a diretora são criadas a partir da convocação do CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito ao voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

- I - preparar a infraestrutura necessária à realização do CONGRESSO;
- II – organizar, junto com a comissão diretora, a plenária de abertura do CONGRESSO;
- III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 34º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do CONGRESSO;
- II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao CONGRESSO;
- III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;
- IV - elaborar a prestação de contas do CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;
- V - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias do CONGRESSO;
- VI - organizar a composição dos grupos mistos do CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.
- VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à plenária.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais da metade dos(as) delegados(as) presentes.

Art.16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III- fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a).

Art.18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos grupos mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do CONGRESSO.

Art. 22. O início das reuniões dos grupos mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos grupos mistos terão duração de:

a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos;

b) do Tema III: 4 (quatro) horas;

c) do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois turnos;

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONGRESSO.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

- I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e ao voto;
- II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;
- III - Membros da comissão diretora com direito à voz;
- IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do CONGRESSO serão dirigidas por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

- I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

- I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da plenária;
- II - elaborar o relatório da plenária;
- III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da plenária;
- III - Entregar a ata, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As plenárias de abertura e de instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período;

II – Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III – Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos;

IV – Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas;

V – Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI – Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 6º A duração da plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONGRESSO.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da plenária do CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI

Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (grupo misto e ou plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O grupo misto ou a plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do grupo misto ou da plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos grupos mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 36. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 34º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 27 de Fevereiro de 2015, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 28 de Fevereiro de 2015.

§ 2º A critério da plenária podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

Art. 39. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 40. Nos grupos mistos e nas plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 30 de março de 2015 para divulgar o relatório final do CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Brasília/DF, 23 de Fevereiro de 2015

Atendendo ao disposto no Art. 38 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 34º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados presentes ao 34º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Brasília/DF, no período de 23 a 28 de fevereiro de 2015, manifestam _____

**TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE,
CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA

A discussão e a tomada de posição do ANDES-SN frente aos desafios postos aos docentes das instituições de ensino superior, pressupõe analisarmos a conjuntura internacional e nacional para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento aos duros e permanentes ataques aos direitos sociais e trabalhistas na contemporaneidade. As possibilidades concretas para resistir à ofensiva cotidiana de precarização do trabalho e unificar as lutas no campo classista, autônomo e democrático dependem, sobretudo no que diz respeito à organização e ação programática dos movimentos sociais, da consistência da análise dessa realidade, da explicação de como se articulam os mecanismos globais e particulares na lógica da reprodução ampliada do capital, bem como as respostas dos trabalhadores e trabalhadoras, por meio das lutas de resistência a essa ofensiva.

A crise estrutural do capital, com sua agudização e acomodação no lastro dos últimos anos, exige a intensificação da produtividade do trabalho para a manutenção de maximização dos lucros e que terá, na desestruturação das relações de trabalho, uma das suas principais estratégias. O capital, em sua ofensiva internacional, precisa jogar setores classistas para a defensiva e eliminar/cooptar/estagnar a base potencial e histórica de oposição a esse processo: a luta organizada, combativa e unificada dos/as trabalhadores. O êxito desse movimento pressupõe maior subsunção (subjéctiva e ideológica) dos trabalhadores ao processo de produção e reprodução da sociabilidade do capital.

No Brasil, o atual padrão de acumulação de capital, as contradições por ele engendradas e aprofundadas, e as lutas desencadeadas pelas forças do trabalho, devem ser entendidas no contexto da crise estrutural que assola o capitalismo mundial, levando em consideração as formas particulares de articulação da dependência latino-americana. A crise em curso é de natureza sistêmica pela inédita potência de espraiamento para todos os setores da economia e para as diversas nações, no contexto da mundialização capitalista; é, também, uma crise estrutural por ter ativado determinados limites do processo de reprodução do capital, dentre os quais se destacam: a crônica impossibilidade da retomada de níveis de lucratividade à altura da capacidade produtiva instalada, e a contínua e acelerada degradação do meio ambiente.

Mesmo com a injeção de bilhões de Dólares e Euros para salvaguardar os rombos causados pela crise do setor imobiliário/financeiro nos EEUU em 2008 e na Europa nos anos subsequentes, sob a justificativa de retomada do "curso normal das coisas", a economia mundial apresenta índices oscilantes de crescimento entre negativo e rastejante. Segundo informe da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), ao contrário do que apontavam analistas pró-sistêmicos a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 2014 não deve ultrapassar 2,8%. Caso se confirme, esse pífio crescimento será puxado fundamentalmente por alguns países periféricos que devem alcançar índice 4,7%, enquanto as chamadas economias desenvolvidas devem ter índices inferiores (EEUU 2,5%, Japão 1,4%; Zona do Euro 1,2%). Destaca-se que o otimismo desses analistas e dos formuladores de políticas pró-sistêmicas, acerca da capacidade das economias ditas em desenvolvimento funcionarem como contratendência da crise, já encontra limites muito bem definidos. Com efeito, países como China, Índia, Rússia e Brasil (bem como outros países latino-americanos), outrora considerados pelos mesmos analistas como os responsáveis pelo crescimento econômico mundial, apresentam clara tendência de declínio econômico.

Em face de tais circunstâncias, as forças políticas que personificam o capital puseram em marcha um conjunto de transformações na base técnico-produtiva nas formas de organização/gestão do trabalho e da produção, nas esferas política e ideológica com o intento de forjar saídas para a crise sistêmica. O processo formado pelo tripé reestruturação produtiva, neoliberalismo e mundialização capitalista responde a tais imperativos, pois visa criar as condições de extração de taxas inéditas de exploração do trabalho, rasga fronteiras nacionais e locais para o livre trânsito das corporações transnacionais, e cria novos espaços de acumulação de capital privado por meio das privatizações e da mercantilização dos direitos e políticas sociais. Esse processo pressupõe a decidida intervenção dos Estados, no sentido de criar as condições necessárias à expansão do livre mercado. Com isso, ocorre uma retração do financiamento estatal para as políticas sociais, e, de forma combinada, a instituição de mecanismos que permitem a captura dos fundos públicos pelo capital. É em tal contexto que a instituição de Parcerias Público-Privadas apresenta-se como instrumento norteador da execução do papel do Estado nas políticas econômicas e sociais.

Nesse contexto de ajuste espacial, a América Latina representa importante espaço para as estratégias do capital. O conjunto de políticas orientadas pelo Consenso de Washington consistiu na refuncionalização da associação subordinada do capitalismo dependente latino-americano aos imperativos do capital-imperialismo em sua crise estrutural. O ajuste neoliberal criou novos mercados para o capital superacumulado, como forneceu importantes bases para sua reprodução ampliada, ao garantir a superexploração da força de trabalho, e o fornecimento de matérias primas e de recursos naturais, bem como ao intensificar a extração das taxas de mais-valia. Um desses mecanismos e que tem sido estratégico no processo de superacumulação que é o setor do agronegócio (capital agrário). Para efetivação desse modelo, vem sendo necessário destinar parcelas cada vez maiores do fundo público como garantia da acumulação do capital financeiro, inclusive pela destinação de grande parte das receitas orçamentárias do Estado para o pagamento de juros e rolagem da dívida pública.

No caso brasileiro, considerando o Orçamento Geral da União, executado nos anos de 2012 e 2013 e o previsto para 2014, conforme evidencia a Auditoria Cidadã da Dívida, cerca de 42% dos recursos públicos são repassados para “pagamento” de juros e amortização da dívida pública. Isso, em 2013, representou R\$ 718 bilhões, e até Outubro de 2014 atingiu a cifra de R\$ 910 bilhões. Nesse mesmo triênio, os recursos destinados à educação ficaram na casa dos 3,5% do Orçamento Geral da União.

Mesmo com todo aparato estatal, o capitalismo, em sua crise atual, não evidencia sinais de recuperação duradoura do crescimento econômico. Ao contrário: os colapsos apresentam-se com maior frequência e profundidade. Entretanto, longe de representar o fim deste modo produção e reprodução social, em tais manifestações limítrofes, o capital e sua forma abrangente de controle social (o Estado) têm forjado mecanismos de sobrevivência, aprofundando cada vez mais as mazelas sociais e a deteriorização do trabalho.

O retumbante fracasso econômico e social do neoliberalismo agudizou o conflito social em nível continental, levando, inclusive, à movimentos massivos dos trabalhadores, que derrubaram governos e chegaram a por em xeque o projeto expresso e sistematizado no Consenso de Washington. Apontam nessa direção experiências de governos populares como o de Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia e Rafael Correa, no Equador, que puseram em marcha projetos que, em importantes aspectos, confrontaram a hegemonia estadunidense ao criarem organizações político-econômicas como a ALBA-TCP (Aliança Bolivariana para os Povos da América/Tratado de Comércio dos Povos), em 2004, a UNASUL (União de Nações Sul-americanas), no ano de 2008, a CELAC (Comunidade dos Estados Latino americanos e Caribenhos), em 2010. A auditoria da dívida levada a cabo pelo governo de Rafael Correa, no Equador, que culminou com o cancelamento de 70% dos débitos e negociação dos restantes 30%, constitui um momento importante de confrontação com o projeto neoliberal. Cabe ressaltar que tais projetos resultaram das lutas e resistências dos povos que, de modos e proporções diferentes, optaram por caminhos alternativos ao projeto do imperialismo americano para o continente, buscando fortalecer a unidade latino-americana e precipitando complexos

processos sociais que estão em aberto. No que pese as importantes diferenças do projeto protagonizado no Brasil pelo Partido dos Trabalhadores, neste particular, merece destaque a suspensão das tratativas que objetivavam criar a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), protagonizada no governo de Lula da Silva.

Nos últimos anos, capitaneado por Lula da Silva e Dilma Rousseff, o Brasil manteve as orientações neoliberais no plano macroeconômico, como as metas inflacionárias, o *superávit* primário, as contrarreformas privatizantes (tendo sido, inclusive, o protagonista da reforma da previdência), a taxa básica de juros elevada, e a política de renúncia fiscal em prol do capital. Por outro lado, operou inflexões pontuais na condução do Estado brasileiro, dentre as quais se destacam uma maior instrumentalização do Estado em proveito da acumulação de capital (PAC, Financiamentos a empresas públicas e privadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Programa Minha Casa Minha Vida). Tais medidas vêm aliadas à ampliação de programas sociais focalizados, especialmente o Bolsa Família, além da abertura de crédito ao consumidor e para financiamento de pequenos negócios, e o programa de Crédito Rural para a Agricultura Familiar, que provoca um alto índice de endividamento dos camponeses. Esse amálgama resultou na expansão do mercado interno e no crescimento econômico da ordem de 3,6% a.a. Tal projeto foi encabeçado pelo PT (o principal Partido de massas, urdido nas lutas sindicais e populares dos anos 1980) em aliança com setores conservadores e retrógrados como o PMDB. O projeto contou, ainda, com o apoio ativo de setores do movimento sindical como a Centra Única dos Trabalhadores (CUT) e do movimento popular. Esse modelo neoliberal, autoproclamado neodesenvolvimentista, apresenta claros sinais de esgotamento.

O País encontra-se em recessão e as previsões oficiais apontam um crescimento do PIB de 0,24% para 2014 e, de forma otimista, 1% para 2015. A política de renúncia/isenção fiscal, anunciada para manter a produção, prejudica a arrecadação e, juntamente com o *superávit* primário, implicam em diminuição da capacidade de investimento estatal em políticas públicas. O endividamento das famílias, que constitui um dos indutores do consumo interno, atingiu índices muito elevados. A tendência é que a geração de empregos seja prejudicada. O déficit habitacional brasileiro é da ordem de 5,8 milhões de habitações. É impossível realizar a reforma agrária, e a mercantilização avança na educação e na saúde. Estas contradições conduzirão a um rearranjo das forças políticas que selaram o pacto de classes em torno do governo do Partido dos Trabalhadores, aumentando a pressão das frações conservadoras e retrógradas com claras possibilidades de condução do segundo mandato de Dilma mais à direita.

A atual crise econômica do capitalismo mundial, desencadeada a partir de 2008, não nos impactou simplesmente como uma pequena “marola”. Como temos apontado em nossas análises conjunturais dos últimos anos, é fundamental identificarmos que o “pano de fundo” do desenvolvimento capitalista é a persistência dessa crise econômica. Em tal situação, aprofundam-se os ataques aos direitos trabalhistas, com manutenção de elevadas taxas de desemprego.

Em resposta, várias mobilizações no campo classista são importantes reações que apontam o caminho da luta. Na Itália, mais de um milhão de trabalhadores foram às ruas (25/Outubro/2014) contra a tentativa de impor reformas trabalhistas, com destaque para a legalização de demissão injustificada. No Reino Unido (Outubro/2014), depois de 32 anos sem mobilização, 500 mil trabalhadores da Saúde Pública paralisaram suas atividades pela reivindicação de 1% de aumento salarial. No Brasil, depois das jornadas de Junho/2013, cuja direção política se mostrou difusa para catalisar na perspectiva classista, vários movimentos paredistas indicam o potencial de mobilização diante da insatisfação com as condições de trabalho e salário. Os garis no Rio de Janeiro (Fev/2014) que, além da vitória na conquista da reivindicação salarial, questionam a direção sindical e ainda obtêm apoio da população para o movimento. Rodoviários se mobilizam em todo o país, com forte adesão, em especial, no Rio de Janeiro e Pernambuco. A greve dos Metroviários em São Paulo (Junho/2014) é uma das mais importantes demonstrações da capacidade de luta e resistência dos trabalhadores. Esta mobilização foi duramente reprimida e seu desfecho com demissões, além da aplicação de multa

diária de R\$ 500 mil, mostra a disposição do capital em impedir o avanço da resistência dos/as trabalhadoras.

A questão urbana leva às ruas milhares de pessoas em luta por moradia e por mobilidade urbana, trazendo à tona uma das contradições dilacerantes da lógica do capital: a impossibilidade de oferecer moradia digna ao povo trabalhador e o galopante processo de precarização da vida pela destruição dos espaços públicos de sociabilidade e a deterioração das condições de mobilidade. Neste quadrante da questão social, destacaram-se as lutas por moradia protagonizadas pelos trabalhadores sem teto, muitos deles organizados no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a exemplo da manifestação no Itaquerão (São Paulo), no início de Junho de 2014, que reuniu 25 mil pessoas protestando contra os gastos públicos com a copa. Além do método de ação direta materializado em ocupações de terrenos urbanos em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza, o movimento avançou, também, na pauta: a reivindicação por moradia vem colada com a exigência de participação do movimento na elaboração do projeto arquitetônico das moradias conquistadas e no controle das políticas e fundos públicos, destinados ao setor pelos entes federal, estadual e municipal. No meio rural, o agronegócio e os grandes empreendimentos avançam expulsando povos tradicionais, perseguindo e assassinando lideranças dos movimentos populares, ao que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) reagiu no último período, com importantes mobilizações e ocupações de terras, a exemplo da ocupação Dom Tomás Balduino protagonizada por três mil famílias na fazenda Santa Mônica em Goiás, de propriedade do milionário senador da República Eunício Oliveira, que possui nada menos do que 91 imóveis, com cerca de vinte mil hectares naquele Estado.

No último período, uma das mais importantes expressões da resistência no Brasil tem sido protagonizada pela CSP-Conlutas, sobretudo para a organização e mobilização unificada das lutas sociais. A construção do Espaço Unidade na Ação (Março/14) deflagrou importantes mobilizações. Organizou o movimento “Na copa vai ter Luta”, denunciou os gastos do fundo público com os mega eventos e enfrentou o belicismo da repressão em curso ao conjunto dos movimentos sociais, a exemplo do dia 12/06/2014 em São Paulo, na abertura da Copa.

Na Educação, a realização do Encontro Nacional de Educação, com a presença e participação ativa de aproximadamente 2.500 pessoas, se constituiu como o horizonte de unidade dos segmentos mais combativos. Por seu turno, professores, servidores e estudantes das universidades estaduais de São Paulo, do Ceará, de Minas Gerais, da Bahia e Rio Grande do Norte, empreenderam importantes mobilizações e greves durante 2014, reivindicando aumento de verbas de custeio e investimento, melhoria da infraestrutura das universidades, aumentos salariais, melhorias nos planos de cargos e política de assistência estudantil. Estas reivindicações colaram-se à denúncia do avanço da privatização do ensino superior no âmbito dos Estados. A reação aos ataques do Estado contra os ataques do governo federal, fez-se presente-também nas greves e mobilizações dos servidores públicos vinculados à FASUBRA e ao SINASEF, que reivindicavam reposição salarial e ajustes nas carreiras profissionais. No âmbito das instituições federais de ensino superior, merece destaque o movimento dos docentes da Universidade Federal de Sergipe que, durante dois meses, esteve em processo de greve em três campi, pela melhoria das condições de trabalho e a necessidade de se construir uma estatuinte para desenvolver um processo de autonomia universitária.

É nesse cenário de levantes populares e sindicais, que a repressão e a criminalização aos movimentos sociais assumem proporções de violência justificadora para manutenção da ordem. A implementação das Unidades de Polícias Pacificadoras, no Rio de Janeiro, as violentas contenções dos movimentos urbanos e rurais, mortes no campo, nas comunidades indígenas na luta pela permanência em suas terras, ao constatado extermínio da juventude negra, violência contra as mulheres, homossexuais, vê-se o aprofundamento da xenofobia, da homofobia, da profunda discriminação da pobreza. As pautas pela ampliação dos direitos humanos e de políticas universalizantes do reconhecimento da diversidade, sofrem ataques explícitos que vão da campanha midiática, a consequências concretas de atentado à vida e à liberdade. No México, por exemplo, o absurdo e inaceitável desaparecimento de 43 estudantes da área rural, que

organizavam manifestação contra reformas curriculares, impulsionará a mobilização internacional de diversos setores estudantis, sindicais e dos movimentos sociais em solidariedade e protesto a mais esse ataque à resistência contra as contrarreformas.

No âmbito educacional, a manifestação da crise estrutural implica no processo de mercantilização da educação. Como parte do processo de desestruturação das políticas sociais e ataques aos direitos trabalhistas, também os docentes enfrentam, cotidianamente, a intensificação e a fragmentação do trabalho sob a égide do produtivismo e da meritocracia. As mudanças em curso no trabalho docente, em decorrência de sua precarização, estão estruturalmente vinculadas às necessidades produtivas burguesas. Nesse sentido, a análise das implicações macroestruturais contribuirá para o fortalecimento das lutas específicas da categoria e, para, além disso, evidencia a necessária articulação com o conjunto do movimento sindical e popular classista.

É nesse contexto que enfrentamos, em 2014, mais um processo eleitoral. Mesmo diante da oscilação da intenção de votos, presente no primeiro turno, que mostrava indefinição de quais candidaturas estariam no segundo turno, tal pleito não se consubstanciou na disputa de projetos de sociedade. As candidaturas de Dilma (PT), Marina (PSB) e Aécio (PSDB) tinham como fundamento programático a manutenção do projeto neoliberal no país. Já, as candidaturas da esquerda, divididas, não conseguiram uma unidade para afirmarem-se como um bloco programaticamente alternativo.

No segundo turno, com o crescimento de Aécio nas pesquisas (que indicava a possibilidade de derrota do PT), no campo da esquerda, diante da inexistência de alternativa efetiva ao modelo implementado nos últimos governos, parte de setores classistas em rompimento, ou já rompidos com o governo, passaram a defender o voto em Dilma, com o intuito central de barrar a “onda conservadora”.

Como já ocorria desde o primeiro turno, no campo da direita, as forças conservadoras da sociedade se dividiram no apoio às duas candidaturas, a partir de interesses pragmáticos para manutenção ou inserção no bloco de poder hegemônico. Se no discurso eleitoral do segundo turno o bloco liderado pelo PT enfatizou que a eleição de Aécio implicaria no retorno à política econômica neoliberal, criticando a indicação prévia de Armínio Fraga para o Ministério da Fazenda, as medidas tomadas por Dilma no pós-eleição evidenciam a manutenção desta mesma política: a elevação da taxa de juros, o anúncio de novos leilões para privatização dos aeroportos, a investida junto às reitorias para assinatura de contratos com a EBSEH (como a assinatura do reitor da UFPel e UFPR, no dia 30 de Outubro), e anúncio de medidas de isenção e renúncia fiscal para o setor produtivo.

Dessa forma, a tendência é que nos próximos anos sejam aprofundados os ataques aos direitos trabalhistas, a mercantilização das políticas sociais e a criminalização dos movimentos sociais e populares que lutam contra a implementação desse processo. Assim, será necessário aglutinar forças para enfrentar os ataques que virão. O fortalecimento da CSP-CONLUTAS, que conseguiu no último período aglutinar forças em manifestações unitárias sindicais e populares, no apoio e participação direta nas lutas que foram realizadas, é tarefa que se mantém atual. A unidade com outras entidades e setores, como ocorreu em 2014 no Espaço Unidade na Ação, deve ser fortalecida e expandida, com a nossa inserção nas mobilizações mais gerais que incidem sobre as determinações sócio- históricas do tempo presente. Na perspectiva internacional, é fundamental reforçar a participação ativa na Rede Sepa (La Red Social para la Educación Pública) como forma de conjugar esforços em escala continental na defesa da educação pública e do direito dos trabalhadores. Nessa direção, devem ser realizadas iniciativas, como a do Encontro Nacional de Educação (ENE) e o fortalecimento do ANDES-SN, por intenso trabalho de base. Enfim, nossa articulação com outras entidades, nacionais e internacionais, e a intensificação do trabalho de base no interior das IES, são elementos indispensáveis para os embates que virão.

Especialmente no contexto de acirramento das lutas sociais e mobilizações sociais diversas (como a jornada de Junho ou as manifestações ultraconservadoras pós-eleições), com um

discurso do “diálogo” com todos os setores da sociedade, na busca do “consenso social”, como expressou Dilma logo após sua vitória, sabemos que, como necessidade de reprodução do capital na busca por crescimento econômico, serão aprofundados os ataques do governo aos direitos sociais e trabalhistas.

No plano político-ideológico, como eixo central da construção dessa harmonia social, a presidente reeleita enfatizou a necessidade de fazer a reforma política no Brasil, precedida da realização de plebiscito. Essa reforma surge com “respostas” aos movimentos de massas, classistas ou não, que evidenciam as contradições do capital, especialmente em sua vertente neoliberal. Nesse processo, é necessário ainda observarmos a composição do Congresso Nacional do próximo período: como analisou o DIAP a legislatura federal, que se inicia em 2015, será a mais conservadora desde a ditadura militar. Assim, distante de questionar o modelo econômico vigente e a organização política que o sustenta, a reforma política apresentada manter-se-á no limite da ordem. Nesse sentido, foi acertada a deliberação do ANDES-SN, em seu 33º Congresso, de não participar do plebiscito popular realizado por algumas organizações sindicais e populares (como a CUT, MST e UNE). Da mesma forma, é necessário denunciarmos o papel político-ideológico da reforma política apresentada pelo PT, seus aliados e outros partidos da direita.

Como sabemos, na lógica burguesa, a saída da crise estrutural do capital se dá a partir do aprofundamento da política fiscal e do alargamento do espaço mercantil. Essa questão esteve presente inclusive no debate eleitoral. Para a universidade pública isso implicará na intensificação de sua precarização, enfrentando problemas como a ausência de contratação de professores, ou a contratação via Organização Social (como manifestou o presidente da CAPES). Dentre outras medidas que afetam não apenas os docentes, mas o conjunto dos trabalhadores, no sentido de resposta à crise do capital, apresenta-se a necessidade de intensificação do trabalho. Nesse sentido, certamente vivenciaremos no próximo período novos ataques aos direitos previdenciários, incluindo a idade limite para aposentadoria compulsória e a retomada da implementação da reforma trabalhista, que em alguma medida foi freada pelo escândalo do mensalão.

No processo de alargamento do espaço mercantil, no contexto da crise econômica atual, cabe ainda observarmos o processo de endividamento da população brasileira. Considerando apenas o endividamento das famílias com os bancos, dados recentes do Banco Central demonstram que, enquanto em 2005 o percentual de endividados era de 18,4%, já em Junho de 2014 esse índice atingiu o patamar de 46%. Esse processo está diretamente relacionado com a proliferação de empréstimos consignados aos trabalhadores, especialmente os que possuem estabilidade no emprego. No âmbito dos servidos públicos, segundo dados também do Banco Central, a dívida com empréstimos consignados atingiu a marca de R\$ 143,1 bilhões, comprometendo, em média, um endividamento de mais 5 anos desses trabalhadores. Ao considerarmos o endividamento total das famílias (ou seja, não apenas com os bancos), conforme dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em 2013, tínhamos média anual de 62,5% de famílias endividadas, um crescimento de 7,5% em relação a 2012. Também cresce a dívida das famílias no setor imobiliário; o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, por exemplo, acabou por alimentar uma bolha no mercado imobiliário, com consequências imprevisíveis para os próximos anos, além do endividamento da Caixa Econômica Federal, devido ao não repasse do governo federal dos fundos utilizados nesse programa, que chegam à ordem de R\$ 80 bilhões.

Em grande medida, a saturação do poder de compra da classe trabalhadora brasileira, que conduz a seu crescente endividamento, com baixos salários e mercantilização das políticas sociais, tem evidenciado a necessidade de uma intervenção estatal no estímulo direto ao alargamento do mercado. É nesse contexto que, para a manutenção da expansão do superior privado, fez-se necessário a instituição de mecanismos legais que permitam a crescente utilização dos recursos públicos, incluindo, especialmente o financiamento estudantil.

Como parte de uma política global, orientada por organismos financeiros, expande-se a política de financiamento estudantil. Há casos, como nos Estados Unidos, em que, mesmo nas universidades públicas, os estudantes precisam pagar sua formação. Porém, nesse país a

inadimplência atingia, em 2013, dois terços dos estudantes universitários. O montante de recursos da dívida dos universitários estadunidense chegou ao patamar de US\$ 1,2 trilhão, sendo que, a maior parte desse endividamento (US\$ 1 trilhão), consiste em financiamentos públicos.

A intensificação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, com ampliação do trabalho precário, o aumento do desemprego e o endividamento da classe trabalhadora, entre outras medidas, tendem levar ao aprofundamento das contradições sociais, políticas e econômicas. Certamente veremos no próximo período, aflorar no Brasil outras manifestações sociais, de caráter classista ou não. O rumo que tais movimentos tomarão dependerá da capacidade organizativa dos movimentos sociais autônomos e classistas. O protagonismo do ANDES-SN também será fundamental para pautar a defesa da educação pública nesse processo.

Os mecanismos de inserção da educação no processo de recomposição do capital vêm se efetivando há décadas no Brasil. No contexto de crise estrutural do capital, em escala global, presenciamos um processo de aprofundamento da mercantilização do ensino, implementadas a partir de orientações de organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial e a OCDE. Tais instituições têm enfatizado que a expansão do ensino superior deve se dar a partir da esfera privada, redefinindo o papel do Estado na condução da educação pública, na proliferação numérica de matrículas na *educação terciária*.

No âmbito brasileiro, ações recentes, como a instituição do REUNI, UAB, PROUNI, FIES e do Ciências sem Fronteiras, evidenciam que as orientações internacionais vêm sendo implementadas. No ensino superior, os resultados mais visíveis desse processo consistem na ampliação do espaço mercantil, cuja tônica expansionista mais recente está no ensino à distância. Conforme dados do INEP, considerando os anos de 1997 a 2013, as matrículas em cursos de graduação foram expandidas em mais de 275%, sendo que tal crescimento deu-se, sobretudo, no mercado, com ampliação de mais de 350% no número de estudantes matriculados. Ao considerarmos o quantitativo de instituições, percebemos que a expansão com predomínio mercantil também se efetiva: nos anos em questão passou-se de 900 para 2.391 IES, ou seja, uma elevação de 165,7%, sendo que o setor público cresceu pouco mais de 42% e o setor privado mais de 200%. Nessa expansão das IES privadas não podemos perder de vista o processo de oligopolização desse “nicho de mercado”, que tende a reduzir o número de instituições a partir da fusão de grandes grupos empresariais nacionais e internacionais do setor, bem como a partir da compra de instituições menores por esses conglomerados.

A tônica recente desse processo expansionista está no ensino à distância. No período 2002-2013, as matrículas em cursos de graduação nessa modalidade, passaram de 40.714 para 1.153.572, representando crescimento de 2.733%. Essa expansão deu-se aceleradamente no setor público (350%) e, principalmente, no privado (15.529%). Isso fez com que, em 2013, as matrículas no ensino à distância corresponderem à quase 16% do total de estudantes em cursos de graduação no Brasil. Nesse mesmo ano, das 1.932.527 matrículas nas IES públicas, cerca de 8% estavam na modalidade à distância; já no setor privado, esse percentual correspondia a 18,5%, dos 5.373.450 estudantes matriculados.

Em que pese a importância das mobilizações e denúncias contra essa perspectiva de Educação, a recente aprovação do PNE foi uma derrota da educação pública brasileira, ainda que alguns setores sociais o vejam dentro da perspectiva da “democratização da educação”. Entendemos que, com o PNE, o processo de regulação internacional da educação alcança o status de política de Estado, onde a mercantilização da educação se concretiza numa integração subordinada ao capital internacional.

Trata-se da legitimação do projeto do capital, tanto material como simbólico, por meio da oficialização da apropriação privada do fundo público em detrimento da nossa defesa pela aplicação imediata e exclusiva para a educação pública dos 10% do PIB. Além dessa meta ser horizonte apenas do final do decênio, ignorando as necessidades educacionais imediatas da população brasileira, o PNE impõe uma resignificação da própria concepção de educação pública, ao permitir que recursos públicos destinados ao setor privado sejam contabilizados

como investimento em educação pública. Nesse sentido, o processo de privatização da educação, especialmente nos níveis mais negligenciados pelo Estado (como a educação infantil, a educação profissional e o ensino superior), tende a ser aprofundado com a institucionalização de subsídios legais e financeiros do poder público.

Apesar da derrota que tivemos com a aprovação do PNE, a mobilização em torno da construção do Encontro Nacional da Educação/ENE (Agosto/2014) foi um dos mais importantes passos na luta em defesa da educação sob a perspectiva classista. A articulação com os movimentos sociais, entidades estudantis e sindicais deve ser aprofundada com ações que discutam o caráter do PNE aprovado, e denunciem a privatização da educação como um perverso processo de exclusão social. A disputa é acirrada porque incide sobre as contradições de um modelo que, objetiva e subjetivamente, apela para a democratização do acesso e permanência ao ensino superior, além de confundir setores que são alvos privilegiados de cooptação. Por isso, o diálogo e envolvimento desses segmentos precisam ser ampliados.

É importante assimilar que os mecanismos para atender a lógica e meta privatistas, espraiam por diversas dimensões para transformar a educação, bem como o conjunto das políticas sociais, num negócio altamente rentável. Essa mercantilização vem se materializando no Brasil com incentivo direto dos últimos governos. A criação da EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) se constitui como um desses mecanismos na medida em que possibilita que a formação e a pesquisa em saúde, assim como a assistência à saúde, sejam submetidas à lógica mercantil e do lucro. Para se efetivar esse processo, é indispensável a flexibilização e precarização do trabalho via contratação terceirizada, consolidando mais uma forma de fragmentação dos segmentos de trabalhadores que atuam na rede de hospitais universitários federais, quicá rede hospitalar pública em geral.

Não por acaso, a adesão de grande parcela das Universidades à EBSEH tem se dado de maneira aligeirada e antidemocrática. Isso explicita mais um ataque à autonomia universitária em relação ao governo e ao mercado, reduzindo o papel dos reitores a meros executores da política governamental e dos interesses do capital. A Carta de Apoio à candidatura de Dilma, assinada por 54 reitores(as) das universidades federais, expressa o desvirtuamento total de dirigentes que abdicam de sua função pública, comprometendo a autonomia universitária.

Na esteira do processo de privatização dos direitos sociais no âmbito do serviço público federal, temos a instituição do FUNPRESP. Legitimando-se como mais uma etapa da reforma da previdência, o FUNPRESP, ao limitar o teto de aposentadoria dos servidores públicos federais aos valores do teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), já deteriorado para o conjunto dos trabalhadores que contribuem com a previdência pública pelos demais elementos da contrarreforma da previdência aprovados desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, induz tais trabalhadores a buscarem no mercado o “direito” a terem uma aposentadoria que lhes garanta condições de vida, que acreditam ser possível a partir das argumentações falaciosas utilizadas por aqueles que defendem o referido fundo de pensão. As ações adotadas por nosso Sindicato no enfrentamento a essa privatização da previdência, vem impondo uma derrota ao governo/capital, visto que poucos docentes têm aderido ao Fundo. Esse enfrentamento tende a fazer com que a busca da adesão dos docentes ao FUNPRESP se efetive a partir de mecanismos de verdadeiro assédio. A contratação de empresas privadas para contatar docentes e convencer dessa adesão demonstra que há resistência dos trabalhadores e trabalhadoras em não só em se submeter a esse retrocesso, mas também a disposição de aprofundar a ofensiva do capital na privatização da previdência.

Como temos alertado nos últimos Congressos e CONADs, cabe destacar que, para o conjunto dos docentes, seja nas IES públicas ou privadas, uma das manifestações mais perversas da mercantilização da educação, consiste na intensificação e precarização do trabalho.

A análise de conjuntura e os desafios para o movimento docente reafirmam o acerto da política efetivada pelo ANDES-SN no enfrentamento aos ajustes da crise do capital e suas repercussões na vida dos/as trabalhadores/as, em especial dos docentes das IES brasileiras. Assim, aponta-se para o próximo período a necessidade de intensificar as lutas da categoria docente em defesa do

salário, da valorização e por condições de trabalho. Soma-se a isso a necessidade de reafirmação da educação pública e gratuita, como direito de todos e dever do Estado, especialmente para contrapor-se às perspectivas privatizantes, com a ressignificação da concepção de educação pública, apontada pelo PNE.

Para enfrentarmos esse processo de regulação internacional que induz à privatização da educação e das demais políticas e direitos sociais, faz-se necessário a articulação com outras organizações sindicais e populares do campo classista, especialmente às vinculadas ao campo educacional nacional e internacional. Nesse processo, papel destacado deve ser atribuído à Rede Sepa, à CSP-Conlutas, ao Espaço Unidade na Luta e ao Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já! Cabe destacar, porém, que nossa intervenção nesse embate deve ainda pautar-se na intensificação do trabalho de base para o fortalecimento do ANDES-SN.

TR - 1

Diante da avaliação da conjuntura e, sobretudo, dos desafios para as ações do ANDES-SN, deve como Centralidade da Luta no ano de 2015:

Avançar na organização dos docentes e na articulação com entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação e intensificar a luta pela valorização do magistério, manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

TEXTO 2

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA CONJUNTURA. CONSTRUIR O ANDES PELA BASE

Após uma eleição acirrada Dilma foi reeleita, que impuseram uma derrota ao candidato conservador do PSDB. Em resposta ao resultado eleitoral setores importantes da elite nacional prontamente principia um ataque aos direitos democráticos conclamando uma nova ditadura militar e o impeachment da presidente eleita, combinado com uma ação no parlamento aprovando medidas que inviabilizam a participação popular e os interesses dos trabalhadores. Por um lado, a crise econômica tende aumentar as divisões entre setores dominantes e diminuir as margens de conciliação, ampliando a pressão sob o governo. Os setores capitalistas avançam pressionando pela adoção de políticas recessivas e contra os interesses populares, ao mesmo tempo que uma ala direitista, apoiada pelos grandes grupos da imprensa nacional ensaiam uma política claramente golpista.

Para os trabalhadores e para os servidores públicos, o próximo período será de muita luta na defesa dos seus direitos. A perda do poder aquisitivo, bem como os cortes de verbas no fim de 2014 e o precário investimento nos serviços públicos (como educação e saúde) é sem dúvida, um elemento crucial para a retomada das mobilizações dos docentes e demais servidores públicos.

A grande mobilização dos trabalhadores na campanha do plebiscito, que contou com a participação de mais de 120 organizações dos trabalhadores e principais movimentos sociais do país, e que colheu mais de sete milhões de votos favoráveis a uma Constituinte para a Reforma Política é uma expressão desta tendência política que pressiona o governo a esquerda.

Nesta conjuntura complexa, em que a direita passa nitidamente na ofensiva e o governo da frente popular tende a uma política ambígua que flerta com os movimentos populares sem abrir mão dos acordos com setores importantes da burguesia. A política do movimento sindical, e em especial do Andes precisa criticar com muita nitidez as tendências golpistas dos setores conversadores e buscar uma frente única com a maioria dos trabalhadores organizados, para combater as perdas de direitos e arrancar as suas reivindicações.

Para isso, é preciso superar a política do CSP-Conlutas, que junto com a direção do ANDES impediu que o sindicato nacional participasse do movimento do Plebiscito pela Constituinte da Reforma Política. Além disso, a política da direção do ANDES-SN promoveu um ano de prejuízos para a categoria, que se manteve afastada das ações da maioria da classe e viu suas pautas estagnadas.

Reestruturar o sindicato nacional para a construção de um movimento nacional que possa dar conta das tarefas da conjuntura é um aspecto fundamental no balanço político no congresso do ANDES, não se trata de medidas administrativas e mudanças estatutárias, mas construir uma reorientação geral da política e um aprofundamento da democracia e participação nas instâncias do sindicato.

Assim, a mobilização dos trabalhadores tem estabelecido as bases para um movimento mais participativo e democrático, que expressa à necessidade das bases da categoria controlar suas próprias entidades e poder assim levar adiante sua luta de maneira mais ampla.

A experiência da greve docente na IFES em 2012 – espaço de constantes diálogos, disputas e enfrentamentos - foi marco político fundamental no movimento docente nos últimos anos. Apesar dos resultados contraditórios do movimento nacional, uma vez que o governo, em

diversos aspectos, piorou nossa carreira, sobretudo dos novos professores, e do não atendimento de muitos itens da pauta.

Entretanto, é importante ressaltar que a interface presencial dos professores é fator fundamental para uma verdadeira democracia, pois permite uma verdadeira participação e discussão dos rumos do movimento. Por isso, um eixo fundamental para a construção do ANDES é que fomenta de uma maneira cada vez intensa da participação da base da categoria a partir do seu local de trabalho nas instâncias do sindicato.

É preciso que o ANDES assuma como prioridade as pautas dos docentes das IES, o que passa pela necessidade criar meios para abrir uma negociação efetiva com o governo, o que passa por uma construção tática para o atendimento da pauta específica e dos demais servidores públicos federais. Conquista que só será possível com a unidade na ação com a maioria dos servidores.

Para combater os setores conservadores e para arrancar do governo as reivindicações da categoria e do conjunto dos trabalhadores como a defesa do ensino público de qualidade necessitamos fomentar a unidade dos trabalhadores, um passo importante no movimento docente é a luta por um movimento coletivo para reconstruir o ANDES pela base.

TEXTO 3

*Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical**

UM QUADRO TEÓRICO PARA A AÇÃO

Uma frase que expressa com perfeição, aparentemente, o momento que atravessamos diz: “Tudo como dantes no quartel D’Abrantes”. Aqui no Piauí pós-eleições 2014 tivemos um exacerbamento em direção à concentração de poder para o lado que denominamos de “direita”, com um agravamento, uma “direita” mais definida como núcleo familiar. O Estado é dado como “quebrado”, mas é disputado pelas frações da direita e da esquerda, estas últimas perdidas no labirinto conceitual da determinação da evolução das “forças produtivas”, apoiam a destruição dos povos originários juntamente com a destruição do Planeta.

As eleições seguiram o ritual da maior e mais perversa farsa social nominada de “participação na determinação dos rumos do país através do voto”, que acontece de dois em dois anos, momento em que a disparidade, a desigualdade em todos os aspectos, parece formar uma única e grotesca massa de iguais pelo voto: “cada voto vale 1”, apregoam os filisteus, da Direita, do Centro e da Esquerda. Todos e todas correm às Urnas para validar a própria ignorância e interesses imediatos, como se resolvido isso, resolvidos as grandes questões de um Povo. O Capital sorri da “homogênea” massa de eleitores e eleitoras. Nunca foi tão fácil realizar a exploração humana. Antes havia “povos superiores”: fossem Helenos ou Bárbaros, cada um a seu tempo. Havia esperança pela força, pela inteligência, ou por ambas. Hoje há uma única desesperança: O Voto.

Para se ter uma ideia da disparidade através da educação formal, anotamos: São 142 milhões, 467 mil e 862 eleitores; 74 milhões, 248, 667 mulheres; Homens 68 milhões, 104 mil, 171; Não informados 115 mil e 24; Desse total 7 milhões, 389 mil e 81 de analfabetos; Lê e escreve sabe

* Presidente, Marcos Antonio P. dos Santos, CCS - Fisiologia; 1º Vice-Presidente, Welter Cantanhêde da Silva, CCN- Química; 2º Vice-Presidente, José Airton Cavalcante, CCHL -Ciências Contábeis; Diretor Financeiro, Jefferson Cruz dos Santos Leite, CCN – Matemática; 1º Tesoureiro, Severino Cavalcante de S. Júnior, BJE- Bom Jesus; Secretário Geral, Daniel Louçana da C. Araújo, CCA - Engenharia Agrícola; 1º Secretário, Mairton Celestino da Silva, PIC – Picos; Diretor de Esportes, Raimundo Santos Moura, CCN - Informática e Estatística; Diretor da Sede Social, Eurípedes de S. Dourado Filho, CCHL - Geografia e História; Diretora Acadêmica e Cultural, Verônica Maria Pereira Ribeiro, CCHL - Geografia e História; Diretor de Relações Sindicais, José Alexis Bezerra Leite, CCHL – Filosofia; Diretor de Imprensa e Divulgação, Francisco Laerte J. Magalhaes, CCE - Comunicação Social

Deus o quê, 17 milhões, 245 mil, 392; Com ensino fundamental incompleto 43 milhões, 125 mil, 524; Superior completo 7 milhões, 928 mil e 182; Abstenções, brancos e nulos foram 38 milhões, 797 mil e 556, em torno de 27%. Voltaremos a esse ponto.

Do ponto de vista da renda, em 1999 o IBGE anotava em uma visualização piramidal que a Base, com 50% dos mais pobres detinha 10% da renda; A Classe Média, 40 % da população e da renda; E 50% da renda detinham os 10% mais ricos, a Classe A. Hoje a pirâmide parece mais a imagem de um ganso, com um longo pescoço simbolizando a Classe Média que se encontrou na descida com os pobres, mas permaneceu com o designativo de meio. De fato, ser meio basta estar entre duas pontas: A dos miseráveis e a dos muuuuito ricos.

Ora, o Capital quer nos fazer acreditar que os votos são iguais. *Never*. Duas condições precisam ser satisfeitas para haver democracia, anota Arthur Koestler, em “O Zero e o infinito”: **Conhecimento e condições materiais**. Num país com tamanha disparidade é, ou não é, uma grande idiotice apostar no voto como possibilidade de redimir tamanhas e gritantes diferenças? Podemos dizer que pessoas com fome, sem casa, sem terra, sem emprego, doentes, sem assistência técnica para a produção, sem escolas de qualidade, correndo atrás do PARFOR, da EaD, dos artigos QUALIS, dos orientandos, das salas de aula da graduação... possuem o voto igual aos que tudo possuem às custas dos rendimentos dos Títulos do Tesouro e da Renúncia Fiscal? Há motivo, ou não, para o Capital sorrir com a sutileza de nos fazer acreditar que com o voto nós vamos modificar tal estado de coisa? Lamentamos que milhões de trabalhadores e trabalhadoras, milhares de lutadores e lutadoras do Povo, tenham ainda ido às urnas votar ou no Capital, ou no Capital. A repetição é necessária para mostrar o “beco sem saída das eleições”. Até parece que as lições dadas pela História nada nos ensinaram: Quando o Capital perde nas urnas mostra de modo escancarado a sua face de violência explícita, pois que a violência implícita está no cerne do seu *métier*, sob muitas formas. A outra face que sempre é revelada quando o 1 torna-se 1 mesmo, em maioria, em razão da consciência de que o destino que o Capital nos reserva não é digno, nem humano. O Capital, pela carência, transforma o que deveria ser 1 em infinitesimais partes de 1, pois a unidade é Ele próprio, só Ele. É narcisista em essência e, como tal, será destruído por si mesmo, a se ver no Espelho do Lago que refletirá a sua própria face invertida, que somos nós, a consciência de que Ele não nos serve e, por isso, não o serviremos mais.

Assim, retornando aos 27% dos votos não computados ao Capital, consideramos esse dado é de essencial importância, pois revela, pelo menos em parte, uma descrença de que através do voto tenhamos mudanças estruturais em nosso país. Esse é o segmento das Ruas. Esse é o Montante que deve ser ampliado até que se configure a Jusante, a potência que possibilitará o Ato das grandes transformações em nosso país e em nosso Continente Sul Americano, rumo ao Socialismo pela BASE, sem partidos, sem autoritarismos, no qual a fraternidade e a cooperação serão seus máximos valores.

TEXTO 4

Contribuição dos professores Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB)

O AVANÇO DA CRISE CAPITALISTA E OS ATAQUES À EDUCAÇÃO PÚBLICA: RESPONDER COM OS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES

A situação internacional é caracterizada pelo avanço da crise mundial do capitalismo, que eclodiu em 2007-2008 no epicentro da economia burguesa, os EUA, e se expandiu rapidamente para todos os países e continentes. Não se trata simplesmente de mais uma crise periódica do capitalismo, como as anteriores, mas do aprofundamento dos elementos da crise histórica, estrutural, do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa, erguida sob essa base.

Desde o início da crise, uma quantidade grande de forças produtivas foi destruída, por meio da bancarrota de bancos e falência de empresas. Além disso, milhões de trabalhadores perderam seus empregos e outros milhões dependem do trabalho informal e precarizado. Mas a quebradeira não foi suficiente para dar novo fôlego ao capitalismo decadente. A estagnação e recessão das economias das principais potências capitalistas (EUA, Europa e Japão) indicam que o nível de destruição de forças produtivas não foi suficiente para abrir novas perspectivas à economia mundial. A tendência é de aprofundamento da crise, de maior desemprego, miséria, fome e exploração.

A crise mundial do capitalismo abriu indiscutivelmente uma nova etapa de luta de classes internacionalmente. Inúmeras greves gerais e parciais irromperam desde o início da crise na Grécia, Espanha, França, Inglaterra, Portugal, além de outros países. Milhões de pessoas engrossaram as manifestações multitudinárias em todos os continentes, contra a precarização, terceirização, informalidade, os baixos salários, as reformas antipopulares, enfim, contra os chamados planos de austeridade do Estado e governos, a serviço do imperialismo e dos organismos internacionais do capital. Os explorados e setores da classe média arruinada se levantaram no Norte da África (Tunísia, Egito, entre outras) e Oriente Médio. O povo palestino e do Oriente têm resistido às investidas das potências, em particular, dos Estados Unidos na Região. Os conflitos na África e na Ucrânia indicam que os sintomas da crise mundial e decomposição do capitalismo são muito mais profundos do que se pensavam até então. Entretanto, apesar da disposição de luta do proletariado, da juventude empobrecida e demais explorados, o fato é que estão ora sob a direção de partidos burgueses e pequeno-burgueses, ora sob a influência da social-democracia integrada ao capitalismo e da burocracia sindical. A ausência de uma direção revolucionária nos países, de partidos solidamente forjados na política e programa proletário, facilitam o desfecho das lutas pelo reformismo, no sentido de direcionar o inconformismo das massas para saídas institucionais e conciliatórias com Estado, governos e partidos da burguesia, o que tem resultado na continuidade das medidas antipopulares pelos governos sob pressão das potências e suas organizações internacionais;

Os três mandados anteriores de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), aliando-se aos velhos partidos das oligarquias (PMDB) e de frações da burguesia (PR), submetendo-se aos interesses dos capitalistas, do latifúndio e do agronegócio, foram marcados pela manutenção da política econômica de FHC (Plano Real), do superávit fiscal para pagamento de juros e amortizações da dívida pública, comprometendo quase metade do orçamento com bancos e financistas nacionais e internacionais, imposição de reformas antipopulares (Previdência, sindical), de flexibilização das leis trabalhistas e entroncamento do partido do governo na corrupção burguesa. No que se refere ao movimento sindical, social e às lutas e greves ocorridas no período, caracterizaram-se pela burocratização e estatização de sindicatos e centrais sindicais (como ocorreu com a CUT), repressão e judicialização, que resultaram na instauração de processo e prisões contra grevistas. As manifestações de 2013 e 2014 da juventude e setores arruinados da população foram respondidas com repressão e prisões pelo governo federal e estaduais. Para tanto, Lula (PT) havia criado a Força Nacional de Segurança para reprimir dirigentes e grevistas, como ocorreu nas greves nas obras do PAC em vários estados. A justiça burguesa atua no sentido de controlar as greves por meio de multas e restrições, que cercearam a organização, manifestação e exercício do já limitado direito de greve no país;

O governo que se abre com as eleições de 2014 no Brasil será de crise política e de maiores ataques aos trabalhadores. A intervenção do poder econômico no processo político-eleitoral, financiando as três principais candidaturas das frações burguesas (Dilma Rousseff/PT, Aécio Neves/PSDB e Marina Silva/PSB) indica o grau de controle e comprometimento dos partidos com os interesses do grande capital nacional e internacional. Mostraram também a profunda oligarquização do PT e, inclusive, do PCdoB, com alianças as mais espúrias pelo país. O segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) terá de submeter ainda mais aos ditames das potências imperialistas e ao jogo político das frações burguesas e das oligarquias. Apesar dos governos petistas negarem sistematicamente o avanço da crise mundial sobre a economia do país, o fato é que desde 2007 até este ano, a economia brasileira tem expressado os efeitos da crise, chegando ao atual momento de estagnação, com tendência à recessão econômica no

próximo período, além do incremento das taxas de juros e da inflação, o que significa aumento do preço da cesta básica e rebaixamento dos salários. O número de demissões no setor industrial tem crescido e muitos trabalhadores estão sob ameaça de demissão, como ocorre atualmente no setor automobilístico e de autopeças, além do próprio setor estatal (Petrobrás). O governo do PT e seus aliados (PMDM, PR, PCdoB, entre outros) terão de despejar os efeitos da crise nos ombros dos trabalhadores e demais explorados, como layoffs, demissões, acordos rebaixados, entre outros ataques ao conjunto dos explorados. O avanço da crise mundial e a recessão da economia brasileira levarão os capitalistas, o governo, seus partidos e o parlamento a aprofundarem os ataques, via flexibilização e destruição de direitos sociais e cortes orçamentários. O governo terá de ceder ao imperialismo e às frações capitalistas em todos os campos;

O proletariado e demais explorados não podem entrincheirar-se na disputa interburguesa. Certamente, PT e partidos alinhados governistas tentarão arrastar as massas em torno dessas disputas entre as frações burguesas e oligárquicas. Não há como defender uma política proletária, que expresse os interesses elementares dos trabalhadores e demais explorados submetendo-se aos interesses das frações capitalistas e do governo do PT e das oligarquias. A tarefa do próximo período consiste em defender a independência de classe do proletariado e demais explorados em torno de um programa de reivindicações que una a defesa dos interesses elementares e imediatos dos explorados à luta pela destruição do capitalismo decadente, ou seja, pelo socialismo. Sem que as massas exploradas se choquem, pela sua própria experiência, com os ataques dos governos, não é possível desenvolver a consciência política de classe de superação da ordem burguesa. O PT e partidos governistas tentarão, da mesma forma, direcionar o inconformismo das massas exploradas com o avanço da crise capitalistas e a deterioração das condições salariais e de trabalho por meio de saídas institucionais, como é o caso atualmente da proposta de Plebiscito por uma Constituinte, proposta pelo governo Dilma e defendida pelo setor governista, com o objetivo de esmagar as manifestações de 2013/14. Os trabalhadores e demais explorados só conseguirão defender seus direitos e derrotar as reformas antipopulares por meio do método da ação direta de massas (manifestações, bloqueios, greves, assembleias) e aplicação da democracia operária nas suas organizações sindicais;

O movimento docente nacional protagonizou em 2012 uma greve histórica, que mostrou não só a capacidade de organização e luta dos professores e demais trabalhadores em educação das Instituições federais e estaduais de Ensino (IFES, IEES), no contexto de inúmeras greves e manifestações de outros setores dos servidores federais e, inclusive, do setor privado. O movimento foi ao ponto de rejeitar a política governista e destituir direções ligadas ao biônico Proifes. O governo respondeu com a negociação em separado com algumas categorias, reforçando o corporativismo e divisionismo, assim como tentou de todas as formas isolar a categoria dos professores em greve, por meio da conciliação com a entidade governista e direções sindicais ligadas a esta federação. Acabou fechando um acordo que significou um retrocesso em direitos e na estruturação da carreira docente. A realização do XXXIII Congresso Nacional do Andes-SN, em fevereiro de 2014, e do primeiro Encontro Nacional de Educação (ENE), no Rio de Janeiro, em agosto do mesmo ano, poderia potencializar a organização e a luta docente em todo o país caso fosse aprovado um plano de lutas que se confrontasse abertamente com o avanço do ensino privado e o sucateamento das públicas. Entretanto, prevaleceram as posições reformistas em relação à educação. A situação atual da educação no Brasil é caracterizada de um lado pela expansão da precarização, privatização e desestruturação da carreira docente (REUNI, EBSERH, fundações privadas), de outro, pelo avanço do ensino privado, subsídios governamentais (PROUNI, Fies etc.) e desnacionalização da educação, via penetração do capital financeiro nas particulares. Entretanto, é preciso armar a categoria docente de um conjunto de reivindicações que expresse a luta decidida e sem rodeios em defesa da educação pública contra o ensino privado e o avanço da privatização e desnacionalização. O que significa defender claramente a estatização do sistema privado de ensino, sem indenização e a defesa de um único sistema de educação público, gratuito, científico, sob controle de quem estuda e trabalha. É preciso também aprovar uma ampla campanha em defesa da educação

pública e pela estatização do ensino privado em todo o país, sem a qual não seremos capaz de defender a educação pública contra os ataques do Estado e dos governos;

A experiência da histórica greve do movimento docente nacional em 2012, que enfrentou o isolamento imposto pelo governo e a política governista e conciliatória do PROIFES mostrou claramente a necessidade de avançarmos nos métodos de luta, superando, na prática, as tendências de querer conformar as ações do movimento docente aos espaços institucionais, apostando em longas negociações, que representam, na verdade, ganho de tempo por parte do governo federal e estaduais para aplicarem as suas políticas de subsídios ao setor privado do ensino e de sucateamento das universidades públicas. A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) tem defendido em todas as instâncias do movimento docente nacional não só a soberania das assembleias de base, a aplicação do método da democracia operária na discussão e a tomada de decisões, como defendemos, também, que todos os métodos de luta estejam submetidos ao método da ação direta das massas (assembleias, manifestações, ocupações, piquetes, greves), por meio do qual será possível conquistar não só as nossas reivindicações fundamentais, relativas ao trabalho e ao estudo na educação pública, como avançaremos politicamente na consciência de classe sobre a necessidade de ligar a luta docente à luta proletária pela destruição da sociedade capitalista e construção do socialismo. Nesse sentido, entendemos também que a aplicação do chamado “consenso progressivo”, experimentado no Encontro Nacional de Educação (ENE), que significa a ausência de discussão nas plenárias das propostas divergentes, impossibilitando que a base possa se manifestar e aprovar por maioria o plano de luta, representa um retrocesso e leva ao sufocamento das divergências no âmbito do movimento docente. O método fundamental do movimento dos explorados é o da democracia sindical, que significa o debate franco e aberto das divergências e a votação pela base. Apenas sob a base da democracia operária poderemos, de fato, avançar na organização, mobilização e luta da categoria, em aliança com os demais setores do funcionalismo público, movimentos sociais, da juventude e a luta da classe operária.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR), que congrega um conjunto de professores em vários estados, defende as seguintes propostas sobre Conjuntura e Movimento Docente:

- a) O Congresso do Andes reconhece que a crise capitalista não foi completamente debelada pelos governos burgueses. O Congresso Andes defende que os próprios capitalistas arquem com a sua crise e não a classe operária e os demais explorados;
- b) O Congresso do Andes se coloca em total apoio à luta dos oprimidos em todos os países do mundo contra os ataques dos governos burgueses;
- c) O Congresso do Andes defende o direito de autodeterminação dos povos oprimidos diante da intervenção imperialista;
- d) O Congresso do Andes se coloca pela retirada das tropas brasileiras do Haiti. Que o povo haitiano tome o controle do seu próprio destino, sem a intervenção estrangeira;
- e) O Congresso do Andes apoia a luta anti-imperialista em todos os países oprimidos pelo imperialismo. Aqui no Brasil, realizará uma ampla campanha contra intervenção das potências estrangeiras nos países semicoloniais;
- f) O Congresso do Andes se coloca contra os ataques da burguesia ao emprego dos trabalhadores. Também denuncia a política antioperária das burocracias sindicais de flexibilização do trabalho, programas de demissão voluntária e acordos de layoff. Emprego não se negocia, se defende com luta;
- g) O Congresso do Andes aprova a defesa do salário mínimo vital (calculado em assembleias dos trabalhadores), da escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os trabalhadores aptos) e escala móvel de reajuste (o salário sobe de acordo com o aumento da inflação), como único meio de defender de fato a vida dos trabalhadores e acabar com o desemprego;
- h) O Congresso do Andes se coloca contra o divisionismo no movimento sindical e pela unidade nacional dos explorados. Por um congresso de unificação e constituição de uma única central

sindical, democrática, combativa e de luta, independente do Estado, governos e partidos burgueses, sob a base da democracia operária.

TEXTO 5

Contribuição da diretoria da ADUFF-SSind, biênio 2014/2016

AS POSSIBILIDADES E OS DESAFIOS DAS LUTAS PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA – ALGUNS INDICATIVOS PARA O DESVELO DA CONTEMPORANEIDADE

As configurações econômicas e políticas do capitalismo contemporâneo exigem que atraíamos nossa atenção lucidamente sobre o presente. Nos últimos meses, assistimos a construção de uma disputa eleitoral, que oscilou entre o continuísmo neoliberal (temperada com a retórica de um governo democrático-popular) e a reatualização das forças e matizes mais conservadores da formação social brasileira. Muito além da aparente bipolarização entre PT e PSDB – como insistem os “neutros” informantes da mídia burguesa –, a disputa eleitoral ultrapassa, assim, as disputas partidárias e instaura um desafio estrutural na luta dos trabalhadores: o de construir fôlego ideopolítico e organizativo, com clara direção social, capacidade de análise do real e intervenção politizada nas lutas de classes.

O resultado das urnas expressa dois movimentos constitutivos de um mesmo processo, que resulta no fortalecimento do grande capital. Isto é, à medida que o governo Dilma representa e responde às exigências da burguesia deste país, as classes trabalhadoras saem do pleito eleitoral mais dispersas e fragilizadas em suas articulações, tendo como imperativo a construção da unidade de suas lutas e projetos a partir do diálogo com os sujeitos e organizações que atuam nas trincheiras anticapitalistas.

A retórica da democracia e do combate a desigualdade social premente nos governos petistas, parece ocultar as fissuras estruturais da sociedade restringindo a aspereza da luta de classe e as possibilidades da disputa de projetos societários. O continuísmo se alastra através das reformas estruturais do Estado – previdência, trabalhista e sindical, da desmobilização dos trabalhadores, da redução dos gastos sociais e da relevância atribuída às políticas sociais compensatórias e focalizadas. O reformismo e a reatualização da política de consensos atribui a garantia dos direitos sociais um viés subalternizador e as prospecções do governo vindouro evidencia a necessidade de – enquanto trabalhadores, pesquisadores e militantes – alagarmos as fronteiras do possível, afirmando a política como uma das formas mais ricas de objetivação do ser social e construção de possibilidades históricas.

A realidade evoca intervenção política combativa, classista e qualificada ética e politicamente. Segundo a ONU, 20% da população mundial concentram em suas mãos 82% da riqueza, enquanto 1 bilhão de pessoas sobrevive com apenas 1,4% da riqueza do mundo. Análises apontam que o valor do Produto Interno Bruto (PIB) e a riqueza mundial, em 2013, atingiram dimensões inéditas: 241 trilhões de dólares.

Nesta mesma toada, a desigualdade se aprofunda e recrudescer, sob um contingente de 1,2 milhões de desempregados e 10,45 milhões de miseráveis, no Brasil.

Assim, a ferocidade do capital impõe determinantes de retração das lutas sociais, à medida que o trabalho se torna cada vez mais precarizado, instável, desprovido de direitos e, conseqüentemente, de restritas possibilidades de organicidade. Na esteira das lutas por direitos fundamentais à reprodução social, o direito à educação apresenta enormes desafios à afirmação de sua natureza universal, pública, laica e de qualidade. Percebemos, cotidianamente, reiteradas manobras do governo para descaracterizar a natureza pública da política de educação através da defesa da lógica mercadológica, restritiva da democracia e desprovida de qualidade e criticidade.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no atual governo representa a ampliação deste privatismo e restrição democrática na Educação brasileira. Este Plano foi construído com o Todos Pela Educação – TPE, movimento constituído por um grupo de empresários que compõe o Estado Maior do Capital, encobertos pelo manto da filantropia, que difunde a sua agenda para a educação pública em favor dos anseios do capital. Neste documento está previsto uma ampliação progressiva no investimento na Educação: um mínimo de 7% do PIB no quinto ano de vigência da lei e 10% do PIB, ao fim do período de dez anos. Desse modo, a sua aplicação, além de não ser exclusiva para a Educação pública será gradual, não atendendo as necessidades do financiamento imediato num contexto em que os índices de analfabetismo gravitam em torno de 10%.

Observa-se que o PNE reforça a privatização do ensino, na medida em que o governo destina quase 5 bilhões de reais para a educação particular e abre crédito extraordinário de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, no mês de maio, por meio da MP 642/2014. O texto final do Plano aponta para o favorecimento do capital, pois se reforçam as parcerias público-privadas e os contratos de gestão, pondo a perspectiva na qual a formação da escola se desenvolve de acordo com as exigências do empresariado, visando formar o sujeito na ótica do mercado, ao invés da consideração dos interesses dos trabalhadores.

Assim, esse PNE insere no corpo da lei o ressignificado de público, abrangendo as parcerias público-privadas e os incentivos do Estado ao setor privado-mercantil (ProUni, FIES, BNDES, PRONATEC, Ciência Sem Fronteiras, Creches Benéficas, organizações filantrópicas voltadas para a educação especial, Sistema S [SENAI, SENAC, SENAR, Sesi etc.], EMBRAPA e outros) são reconceituados, como pertencentes ao rol do público.

No ensino superior, atestam-se críveis cenários de negação do significado social da universidade, da descaracterização e esfacelamento do ensino, pesquisa e extensão; da privatização processual da universidade pública e da reprodução do conservadorismo vigente nas relações sociais. O discurso e as estratégias para a acessibilidade e a expansão do ensino superior no Brasil subsidiam a lógica privatista, produtivista, competitiva e desqualificadora da universidade. A expansão precarizada de unidades e cursos na universidade pública produz uma desqualificação do ensino superior e dificulta veementemente as possibilidades de resistências e diálogos coletivos.

Assim, a retórica da autonomia e da democracia nas universidades públicas colide com as práticas autoritárias, verticalizadas e manipuladoras. A privatização dos Hospitais Universitários, representada pela inserção da EBSERH, é a emblemática representação do percurso desqualificador da esfera pública e do significado social dos espaços que historicamente asseguram, na universidade, a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Além de comprometer o acesso à saúde, a privatização dos HUs instaura um modelo gestão não participativo, viola o Regime Jurídico Único à medida que prioriza as contratações pelo regime CLT e retira a autonomia dos docentes e pesquisadores neste espaço.

Associado a este desmonte, verifica-se também uma ofensiva no plano de carreira dos servidores públicos federais no que se refere aos regimes previdenciários e de aposentadoria, colocando-nos o desafio de articularmos pautas de lutas unificadas. No que concerne às especificidades da carreira docente, as universidades federais vêm sendo convocadas a construir propostas de regulamentação da carreira pautadas em critérios produtivistas de progressão, ignorando a diversidade e a riqueza das experiências e trajetórias dos professores, ranqueando docentes, institutos e departamentos.

Na Universidade Federal Fluminense estas medidas de precarização produzem realidades preocupantes. Com um número de 3.355 docentes e 52.936 discentes (sendo 13.020 em EaD), a UFF é pioneira na expansão precarizada e na abertura de cursos e vagas de forma não planejada, aderindo fielmente às prerrogativas do grande capital. A contratação precarizada de um amplo contingente de docentes e técnicos, a ausência de transparência nos rumos da gestão, o

recrudescimento do assédio moral e a reprodução de práticas autoritárias e punitivas impele-nos a luta permanente e qualificada.

Mesmo antes de iniciar o segundo governo, Dilma aumentou os juros e anunciou cortes no orçamento público. Prevendo as prováveis reações dos trabalhadores a essas medidas, os congressistas, com total apoio do PT, aceleraram a tramitação da lei que restringe o direito de greve dos trabalhadores do serviço público. Nesta conjuntura de aprofundamento da crise do capital e de maior ataque aos nossos direitos, é necessário o esforço de unidade dos trabalhadores no âmbito do serviço público federal; o fortalecimento da CSP-CONLUTAS, o enraizamento do sindicato na base da categoria e o fortalecimento da unidade e da solidariedade com todos os que desejam lutar, é e urgente e imprescindível.

A luta pela educação pública, gratuita, socialmente referenciada e de qualidade é um projeto dos trabalhadores e, nesse sentido, a sua materialidade vincula-se a capacidade de resistirmos comprometidos com as lutas de todos os sujeitos, individuais e coletivos, que negam o projeto de exploração e barbárie do capital.

Niterói, 18 de novembro de 2014

TEXTO 6

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)

CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

Os trabalhadores enfrentam uma profunda crise que não é nem conjuntural, nem de direção, mas uma crise estrutural de concepção de organização. A crise mundial que possibilitou um novo ciclo de lutas de classes explícita isso no Brasil e no Mundo. As massas insurgentes se batem não somente contra o Estado, o capital, as forças repressivas, mas também contra a burocracia sindical e estruturas representativas falidas que impedem seu avanço. As massas batem-se também contra suas próprias limitações organizativas.

Essa contradição ficou explicitada nos meses de junho e julho de 2013, quando um grande levante popular eclodiu e teve de enfrentar a capitulação de todas as centrais sindicais e da grande maioria dos sindicatos. A traição foi levada ao extremo limite da repressão e criminalização, o ataque mais covarde contra os trabalhadores e juventude em luta. Essa traição se dá no momento em que o capitalismo internacional está em crise, em que o modelo do lulismo entra na fase mais visível de sua agonia e quando as massas avançam voluntariamente para luta.

Ou seja, não existe nenhuma justificativa objetiva, nem subjetiva para o recuo. Todas as condições estão dadas para que surja um movimento de massas de novo tipo e esse tipo é o sindicalismo revolucionário. O levante popular do Brasil mostrou a emergência no cenário político do proletariado marginal (trabalhadoras e trabalhadores precarizados, terceirizados, superexplorados que aparecem como moradores de periferias e favelas, jovens, indígenas, negros, camponeses e trabalhadores rurais, etc.). Aparecem como sujeitos políticos balizadores das pautas nos diversos protestos que ocorreram durante o levante popular e em diversas lutas depois de junho.

Nas jornadas de junho de 2013, os partidos, centrais sindicais e diversos sindicatos (de orientação social-democrata e/ou conservadora) hegemonicamente identificados como esquerda, apresentaram sua concepção de classe trabalhadora que, por um lado dá status privilegiado para setores da classe que participaram do pacto governista de conciliação de classes e, por outro, nega até mesmo o reconhecimento do caráter de classe trabalhador às massas que foram as ruas.

As burocracias sindicais e partidárias, ligadas a essa esquerda integrada no sistema capitalista, a partir de suas caracterizações equivocadas sobre a estrutura de classes, agiram para reforçar a fragmentação da classe trabalhadora, segmentando e isolando categorias e militantes. Assim como o preconceito contra o “lumpemproletariado” impediu que amplos setores da classe fossem consideradas como sujeito no passado, hoje um preconceito similar é usado contra a juventude e classe trabalhadora marginalizada. Tal concepção tem por base a extrema fragmentação da classe trabalhadora, gerada pelo neoliberalismo e pela fase ultramonopolista do capitalismo e produz uma segunda marginalização.

Essa posição dos social-democratas e conservadores reforça as discriminações estruturais usadas pelo capitalismo para impedir o desenvolvimento da consciência e unidade de classe. Dentre os fatores principais que impulsionam a fragmentação de nossa classe estão as opressões transversais, como machismo, o racismo, a xenofobia, o sexismo e LGBTfobia. O que se expressa estatisticamente na condição mais precarizada de mulheres, negros e homossexuais no mercado de trabalho, fazendo com que sejam vítimas prioritárias de assédio moral e outras formas de violência. As próprias burocracias sindicais e estudantis reproduzem essas formas de discriminação, por isso devem ser combatidas no interior das diversas organizações da classe trabalhadora.

Marginalizados pelo sistema capitalista, marginalizados pela organização de representação social-democrata e conservadora (estatal e societária), só resta a estas massas uma única alternativa: romper com essas organizações e sua concepção. É nesse sentido que o ENOPES reconhece o proletariado marginal como um sujeito político, como fração da classe trabalhadora e traça uma política para aprofundar a luta contra as opressões transversais na perspectiva de classe e ter uma política que combata à superexploração capitalista e as formas de discriminação que a realizam.

Essas opressões que levam a precarização da vida estão expressas nas demandas das massas. Todas as principais reivindicações das massas durante o levante popular de junho, durante as greves combativas como a dos profissionais de educação (do Rio de Janeiro e de Fortaleza) são de natureza coletivista e antidiscriminatória. Palavras de ordem como “da copa eu abro mão, quero dinheiro para saúde e educação” sintetizam essa vontade de lutar contra a precarização da vida.

É por isso que os megaeventos e grandes obras de desenvolvimento e o processo de precarização tornam-se o principal foco da luta de classes no próximo período. As grandes obras (construção de rodovias, reformas urbanas, vias, hidrelétricas, estádios e etc.) vitimaram principalmente essa parcela precarizada da classe trabalhadora, do campo e da cidade, o que coloca num antagonismo direto com o Estado e o regime de acumulação capitalista. Obras como a de Belo Monte, Reforma do Maracanã e reformas urbanas deixaram milhões de desabrigados e exigem a eliminação de direitos coletivos.

Neste contexto renova-se a importância da questão agrária e ambiental, tema central da luta anticapitalista, que foi secundarizada ou mesmo abandonada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, que não conseguiram trabalhar efetivamente a união das lutas do campo e da cidade.

O agronegócio e a expansão do capitalismo no campo é uma atividade estratégica na atual conjuntura para o modo de acumulação capitalista no Brasil e do Imperialismo, sendo por isso estratégica a desestabilização do poder do capital e suas formas de opressão; esse processo de expansão se manifesta atualmente na luta pela terra e controle dos recursos naturais e tende a intensificar os conflitos no campo.

É preciso ter consciência que a luta pela reforma agrária foi pautada numa visão equivocada dos camponeses, trabalhadores rurais e povos indígenas, que eram considerados como pequena burguesia e apegados a “propriedade familiar e comunal/primitiva”, definindo assim como principal pauta a ideia de que a luta pela terra era reduzida e equivalente a luta pela “propriedade”. Por isso é preciso romper com os termos tradicionais da luta pela “reforma agrária” que espera resolver a questão agrária e ambiental através do Estado, criando uma massa

de pequenos proprietários rurais de tipo capitalista. A estagnação da luta no campo nos últimos 10 anos foi o resultado da espera pelo Estado, para que o Estado realizasse a reforma agrária. Não fez, não fará.

O camponês, o indígena e o quilombola são sob quase todas as circunstâncias membros da fração de assalariados rurais precarizados. Além disso, as formas de propriedade e exploração no campo são complexas e variadas, de forma que não podemos confundir as formas camponesas e étnicas com a propriedade privada capitalista. Não podemos então incorrer numa simplificação dessas formas nem no erro de considerá-los numa condição que não corresponde a sua situação objetiva e subjetiva. Os camponeses e trabalhadores rurais são também categorias superexploradas pelo capital e nesse sentido é uma tarefa essencial à organização e luta no campo e articulação campo-cidade.

De norte a sul do país, camponeses, indígenas, a população pobre das periferias e centros urbanos sofrem com o abuso de autoridade, a expropriação e a precariedade. A força nacional de segurança, a polícia militar, paramilitares e empresas privadas impõe um regime de terror e extermínio. Ao mesmo tempo diversas formas de resistência surgem de forma descentralizada e autônoma, constituindo a matéria prima para a construção de um movimento de massas de tipo sindicalista revolucionário.

Ao mesmo tempo, este movimento se constitui ante um Estado de Exceção que avança aceleradamente, através da criminalização e da militarização. O Estado burguês, gerenciado pelo PT/PCdoB e com o apoio da sua burocracia sindical está assim realizando uma grande ofensiva contra os trabalhadores e o povo, ofensiva esta que só pode ser detida pela contraofensiva de classe e pela auto-organização dos trabalhadores. Nesse sentido, não podemos ter ilusões, o movimento de massas irá enfrentar uma tirania sob o manto da democracia burguesa.

No mesmo sentido, o balanço das lutas dos profissionais da educação mostrou que tal setor, ultra-precarizado enfrentou a traição sistemática nas greves como Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro. Por isso, o ENOPES deliberou pela nacionalização da oposição trabalhadores da educação (abrangendo os trabalhadores da educação pública municipal e estadual e da rede privada), de maneira a avançar na luta neste ramo, através da criação de um GT de Trabalhadores da Educação (estadual, municipal e privada) para realizar tal construção.

Da mesma forma, as oposições sindicais irão criar em todos os ramos e setores de atuação formas organizativas nos locais de trabalho capazes de incorporar terceirizados no processo de mobilização e de luta. A mobilização dos trabalhadores terceirizados será priorizada, exatamente para dar um caráter orgânico para a luta dos setores precarizados.

A luta contra o sindicalismo de Estado, sua estrutura (imposto sindical, unicidade sindical, carta sindical, etc) e sua ideologia (legalismo, corporativismo), é tarefa fundamental para a construção do sindicalismo revolucionário. Essa luta se dá por fora e por dentro das entidades sindicais de base, compreendendo o papel central das oposições sindicais na ruptura com o sindicalismo de Estado.

Os dados abaixo mostram como as diferentes áreas do serviço público se apresentam na formação das categorias profissionais. As categorias da educação (base Fasubra, Sinasefe e ANDES-SN) e saúde/previdência representam mais da metade do total dos Servidores Públicos Federais ativos. Os servidores da educação federal são 238 mil num total de 578 mil SPFs. Eles representam uma grande maioria. Depois, Saúde (98 mil) e Previdência (38 mil) são as bases mais representativas. Ou seja, os trabalhadores das áreas sociais, justamente as que recebem menos investimento, são as mais representativas. Ao mesmo tempo, são aqueles que trabalham com setores estratégicos para os interesses coletivos dos trabalhadores. Depois, o Ministério da Fazenda e Justiça Federal representam as maiores bases, além de gerir processos socialmente estratégicos para o Estado (tributação e processos judiciais). Estas carreiras são também denominadas carreiras 6 típicas de Estado e já por este juízo de valor, sobrepõem-se sobre as demais. Também é importante considerar que tais carreiras são consideradas na Lei nº 11.079, de 2004, que trata exatamente das Parcerias Público Privadas, demonstrando o interesse do

Estado em ter um corpo de servidores para garantir a eficiência nos processos de transferência de riquezas do povo para o setor privado.

Aqui está uma contradição muito clara entre as áreas sociais (educação, saúde e previdência), com as Áreas ministeriais, policiais e tributárias. O Estado e suas políticas neoliberais e intervencionistas historicamente priorizaram as áreas tributária e policial, do capital, em detrimento das áreas sociais. Somando-se a este tratamento diferenciado nas carreiras do serviço público federal acirram-se os processos de precarização do trabalho nas carreiras com maior efetivo de pessoal. Esta precarização aparece sob diversas formas: a diferença entre temporários e permanentes; entre os ingressantes no antigo regime e no novo regime previdenciário; entre “jovens e antigos”; entre trabalhadores terceirizados pela CLT e servidores públicos; a discriminação de gênero e racial; o estigma que os trabalhadores manuais são vítimas dentro das instituições públicas, em especial as de ensino; e também a desigualdade regional. Essas contradições se manifestam de diferentes maneiras na organização sindical.

Nesse sentido, a precarização dos serviços públicos se confunde com a precarização da condição do trabalhador em áreas que não são consideradas estratégicas. Essa precarização tem uma forma geracional, sexual e étnico-racial. A primeira contradição geracional aparece entre jovens e antigos no processo de trabalho e se institucionaliza na diferença entre ativos e aposentados. As diversas reformas da previdência têm operado com uma lógica simples: a diminuição dos salários dos aposentados e o aumento do tempo de serviço dos ativos, que é um item destacado desse processo de precarização.

TR 6

O congresso reconhece que somente a ação direta classista e combativa pode enfrentar os problemas da conjuntura acima apresentados e que em 2015 a centralidade da luta está na construção de uma greve unificada do ramo da educação pela base, entendendo por isso uma greve dos trabalhadores da educação de todas as redes (pública e privada, federal, estadual e municipal) contra a precarização e mercantilização. A greve não deve ser somente defensiva, mas ofensiva, entendendo por isso não somente lutar para manter direitos, mas para ampliar direitos e conquistas.

TEXTO 7

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFRJ-SSind de 17/11/2014

PELA ORGANIZAÇÃO DE UMA FRENTE UNITÁRIA DE LUTA CLASSISTA EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

A crença de que a crise econômica – e seus desdobramentos socioambientais – seria um fenômeno cíclico, resultante de erros na condução dos negócios financeiros, da ganância exacerbada de alguns poucos operadores e de que, com a correta intervenção do Estado (ajuste fiscal, desregulamentação dos direitos trabalhistas, cortes de grande magnitude nos escombros do Estado de bem estar social) logo estaria sanada não se confirma. Mesmo nos países que promovem políticas voltadas a melhorar os indicadores macroeconômicos valorizados pelos mercados como indicadores de estabilidade (superávits primários ou redução dos gastos públicos, taxas de juros que garantam estabilidade cambial, melhoria na relação entre o saldo de balanço de pagamentos e a dívida externa), como nos EUA, nos países europeus sob controle da TROIKA e nos países da América Latina que empreendem políticas ditas neodesenvolvimentistas, os custos sociais destas medidas são claros. Tais políticas estão ancoradas em brutal rebaixamento das condições de trabalho (maior tempo a disposição das

empresas, formas de contratação mais precárias e transferências de custos do trabalho para o trabalhador), na contenção social por meio da violenta criminalização das lutas sociais e em perdas progressivas dos direitos sociais e até mesmo civis. E a repressão parece não ter qualquer limite frente à barbárie, utilizando muitas vezes recursos ou métodos da Guerra às drogas, como visto no massacre de Ayotzinapa, em que seis jovens foram assassinados em setembro, junto com mais 43 estudantes “desaparecidos”, por meio de ações que envolvem o Estado e grupos mafiosos do aparato policial, judiciário e milícias.

A contraface deste processo se revela nas lutas, em curva ascendente, que acontecem nas escolas, nas fábricas, nas ocupações urbanas e no campo, e tensiona os sindicatos convertidos à ordem, pressionados por suas bases mais radicalizadas. Movimentos autoconvocados se expandem em toda parte. Entretanto, a frustração com a ausência de medidas em favor dos trabalhadores, inclusive pelos governos outrora de esquerda, alimenta a direita xenófoba, homofóbica, criando um ambiente favorável ao “ovo da serpente” do fascismo. No Brasil, em particular, a capacidade convocatória desta direita é reduzida e não consegue amparo nos grandes partidos da ordem burguesa. O mais grave deste processo parece ser uma progressiva legitimação dos discursos justificadores das desigualdades, responsabilizando cada vez mais os indivíduos por suas sortes, lastreando as escolhas políticas favoráveis ao capital que retiram as últimas pedras do consenso contra as desigualdades gestado no “Estado de bem estar social” dos anos 1970 e 1980.

O recente embate eleitoral no Brasil está inscrito nesse processo de crise estrutural e, evidentemente, possui particularidades. As eleições presidenciais, a despeito do caráter conflitivo, giraram em torno da agenda burguesa mundial dominante. As supostas diferenças foram apresentadas sem perder o foco de que o que estava em jogo era a administração da ordem. Temas como o chamado tripé macroeconômico, a presença das organizações empresariais na condução dos assuntos educacionais etc., a necessidade de recrudescimento da repressão em contextos de conflitos sociais, a lógica da “guerra às drogas”, tudo isso foi apresentado como um consenso social, nos moldes do “Não Tem Alternativa” bradado por Thatcher. As diferenças, mais acentuadas em alguns itens específicos como a recomposição regional das burguesias no Brasil, isto é, conflitos inter-burgueses.

As Jornadas de Junho de 2013, as movimentações durante a Copa do Mundo em 2014 e o crescimento das greves e ocupações no campo e na cidade, tiveram de ser consideradas na agenda do bloco no poder, repercutindo no modo como os setores dominantes operam o seu domínio. A ocupação dos espaços públicos por milhões de pessoas no ano de 2013 claramente foi elemento de ruptura na história recente do país, no entanto, é cada vez mais claro que aquele momento não significou um ascenso organizado lastreado em processos formativos que possibilitassem a elevação da consciência de classe para além da dimensão econômico-corporativa. Demandas imediatistas com palavras de ordem que reforçavam o senso comum conservador foram, em grande parte, elementos constituidores das marchas. Também setores pequenos burgueses com expectativas de direita foram ao espaço das manifestações, influenciando, inclusive, setores da classe trabalhadora. A ausência de um polo classista, organizador de uma perspectiva classista para as jornadas, possibilitou que o radicalismo fosse pequeno burguês e não socialista. A despeito das dificuldades de organização classista, somente o fato de reunir milhares e, em alguns momentos, milhões de manifestantes em torno de insatisfações generalizadas possibilitou lampejos de consciência, pois, para muitos, foi a primeira vez que vivenciaram grande massa popular nas ruas. Muitos saldos políticos podem ser listados, como, por exemplo, a interrupção do aumento e mesmo a redução das tarifas de transporte coletivo. Ademais, os setores dominantes seguem inquietos com os espectros dessas jornadas, indagando-se sobre a possibilidade de novas eclosões. Para alguns, tais como o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e os secretários de segurança do Rio e de São Paulo, respectivamente Beltrame, e Grella seria necessário novo patamar do aparato repressivo, baseado na antecipação das ações de massas, por meio de criminalização prévia dos sujeitos e movimentos. Contudo, os seus analistas mais estratégicos sabem que nem sempre a repressão é suficiente para garantir a ordem social dominante. Ecos dessas avaliações estiveram presentes no debate eleitoral, mas sem que fossem claramente explicitados.

As lutas nas ruas não se mostraram com a mesma força um ano depois, durante o período da Copa do Mundo. As palavras de ordem “não vai ter Copa”, ou “Copa pra Quem”, ou “Na copa vai ter luta” não foram ouvidas nas ruas com a mesma potência. A repressão do Estado, no entanto, se fez mais forte e perversa no período, sobretudo com as “prisões preventivas” ocorridas no Rio de Janeiro antes da final do megaevento. No entanto, houve fortes manifestações em São Paulo, durante todo o período dos jogos, mas convocadas por movimentos de cariz classista, como os Sem Teto e a greve dos metroviários em SP, poucos dias antes do início da Copa.

É importante considerar, ainda, que a crise estrutural possui rebatimentos reais na economia subjacente (serviços, comércio, diversos setores industriais, na agricultura e no extrativismo.) e, como é da natureza capitalista, abrem novas fronteiras para a concentração e a centralização do capital. Isso significa destruição de forças produtivas que afetam sujeitos reais – comerciantes que se viram obrigados a fechar os seus estabelecimentos, indústrias com enorme capacidade ociosa e perda de capacidade competitiva frente as corporações multinacionais, demissões de trabalhadores, perda de direitos sociais, redução de serviços diversos, etc. Esses setores econômicos insatisfeitos com os desdobramentos da crise se manifestaram de distintos modos, inclusive lastreando um pensamento claramente de direita. Tal pensamento de direita busca imputar ao PT uma face de esquerda com a finalidade de desqualificação das verdadeiras esquerdas. Além disso, cria uma associação perversa da esquerda com medidas caracterizadas preconceituosamente como “excesso de gastos sociais e muitos privilégios ao trabalho” e ainda denuncia a corrupção como fosse um fenômeno surgido na política brasileira com os petistas. Certamente, uma insatisfação real com o governo do PT lastreou expressões novas da direita, expressões que devem ser pensadas no plural, pois abrangem desde valores religiosos ultradireitistas, homofóbicos, racistas, etc., até uma direita que tem toda clareza sobre os seus objetivos de classe, demandando mudanças econômicas que acelerassem as condições para a recomposição da margem de lucro dos setores econômicos mais importantes, notadamente vinculado às finanças.

Apesar de não terem conseguido eleger seu representante preferido, as forças direitistas criaram a sensação de uma direita organizada (questão muito bem trabalhada como cortina de fumaça pelo PT, pois sequer este partido trabalhou politicamente as suas determinações), capaz de mobilizar e, com isso, ocultar a disputa entre as frações burguesas pelo controle do estado maior do capital. E isto não pode ser menosprezado em nossas análises.

Tanto Aécio Neves, como Dilma Rousseff fariam os ajustes demandados pelo Estado Maior do Capital, iniciando pela recomposição do chamado tripé macroeconômico neoliberal: metas de inflação rigorosas, câmbio flutuante e ajuste fiscal. Para empreender tais medidas sem resistências, uma manobra diversionista será utilizada, a reforma política que, ao fim e ao cabo, objetiva, apenas, colocar os partidos socialistas e anticapitalistas fora do sistema político-partidário, com a imposição de cláusula de barreira que criaria um monopólio dos grandes partidos da ordem, caminhando para um sistema bipartidário que sempre reitera a ordem do capital. Essas medidas, por parte do governo Dilma, terão de buscar novas formas de cimentar o governo com o bloco de poder e, por isso, as concessões para o capital serão profundas, exigindo, por parte dos trabalhadores, organizações autônomas frente aos governos. É importante perceber que parcelas poderosas do andar de cima do Estado Maior do Capital trabalharam com a alternativa Dilma (os bancos, as empreiteiras, as grandes organizações industriais e do agronegócio financiaram prioritariamente a sua campanha). Ademais, é necessário ressaltar que todo o Estado Maior saiu vitorioso com um processo eleitoral que não questionou a ordem do capital e a necessidade de nova ofensiva contra a classe trabalhadora a partir de uma agenda pasteurizada e reforçadora dos princípios da austeridade fiscal, valorização dos investimentos privados em detrimento dos públicos, flexibilização de direitos do trabalho, relativização dos direitos sociais e empresariamento da produção de serviços públicos.

O exame dos conflitos e lutas sociais do último biênio comprova que a organização da esquerda é possível, necessária, e pode ser alcançada pela organização das diferentes categorias em

frentes de luta capazes de conformar uma unidade classista. A organização dos Sem Teto foi capaz de reunir diversos movimentos sociais, partidos de esquerda, etc. Isso ocorreu porque o Movimento demonstrou força de ação e capacidade de mobilização, desencadeando brutal repressão por parte do Estado, processo que levou diversas forças de esquerda a apoiarem as lutas do movimento. Embora as lutas sindicais estejam em crescimento, ainda restam desafios muito relevantes para ampliar o escopo da unidade de ação, tarefa que precisa contar com o protagonismo da CSP-Conlutas, mas que inevitavelmente terá de abarcar outras organizações, como o mencionado MTST, MST, movimentos de juventude diversos, como o MPL, as resistências às desapropriações, as lutas contra as expropriações de terras, etc. **A solidariedade de classe é vital e exige que a organização de cada categoria seja elemento de seu trabalho mais urgente.**

EDUCAÇÃO

A deterioração do trabalho nas universidades, o desmonte do regime próprio de previdência, a inclemente intensificação do trabalho, a subordinação das atividades acadêmicas ao ethos do capitalismo acadêmico, a degradação severa das condições de trabalho, expressas por turmas cada vez mais abarrotadas de estudantes e deterioração da infraestrutura, tudo isso é parte de uma poderosa ofensiva contra a educação pública. **Devemos construir nossa luta por uma questão que une a todos os professores de maneira imperiosa: somos pela educação pública.** Compreender a urgência da defesa do público, que não é público-privado, só faz sentido se compreendermos as disputas que ocorrem no Brasil hoje de maneira rigorosa.

A chamada crise das estaduais de São Paulo, prevendo inclusive “demissões voluntárias” e, cada vez mais, fortalecendo as vozes pelo fim da gratuidade do ensino nas universidades, processo que engendrou extraordinária greve, a exemplo de outras estaduais, como as do Ceará, antes, e as da Bahia, comprovam que é o ensino público que está em questão.

No plano federal, o ano de 2015 é o último ano previsto na lei 12772/12 para correções salariais que estão sempre abaixo da inflação acumulada e aprofundam as desigualdades de nossa carreira. Isso significa que, mais uma vez, estamos diante de um cenário de incerteza. A rápida deterioração salarial que se avizinha, as profundas mudanças no trabalho docente impulsionadas pelas transformações na pós-graduação, a possibilidade de novos contratos a partir de Organizações Sociais, como indicado pela CAPES, tudo isso confirma a centralidade do debate sobre a carreira docente e as condições de trabalho.

A situação se agrava à medida que, as empresas de educação se tornam, cada vez mais, um setor estratégico para a acumulação do capital de muitas frações burguesas, encabeçadas pelo setor financeiro, e para a continuidade do chamado neodesenvolvimentismo apresentado pelos apoiadores dos governos Lula e Dilma como uma alternativa pós-neoliberal. O Plano Nacional de Educação não deve ser subestimado, pois é peça conectora destas duas pontas. De um lado, o abandono da universidade enquanto instituição estratégica para um projeto democrático de nação ao ser substituída pelo PRONATEC como principal espaço de direcionamento de recursos para a educação. A formação aligeirada e funcionalista formadora de mão de obra para todos os setores do capital que determinam a continuidade da política nacional maior: a indústria e o agronegócio (este último por meio do PRONACAMPO, o homólogo do PRONATEC para o campo). Na outra ponta, a ressignificação do termo “público” garante que a formação técnica seja realizada diretamente pelo setor privado a partir de verbas que deveriam ser destinadas às universidades públicas. A *res publica* deixa de ser *res populi*. É um triplo ganho: ao montar seus cursos, empresas lucram com eles, fazendo isso com verba pública e garantindo o direcionamento da educação. Em uma escala mais agressiva, atacam a própria universidade com o seu projeto cada vez mais hegemônico de Instituições privadas que acompanham o sentido do PNE, tratadas como um negócio ideal, coisa do mercado, com suas fusões debatidas não no MEC, mas no CADE.

O estrangulamento orçamentário das IFES em curso desde 2012, já se manifesta por enorme crise, fechando serviços terceirizados, induzindo as instituições para a captação de recursos

extraorçamentários. Essa estratégia foi reiterada no caso da USP (que resistiu com sua greve exemplar). Nas federais, essa estratégia é materializada pela EBSEERH que aponta, na mesma lógica, para a transformação da saúde em serviço, organizada segundo o ethos mercantil.

Estas ações não estão isoladas. São diversos os ataques sofridos nos últimos anos pela educação e, no caso do ensino superior, a contrarreforma mostra sua totalidade com os projetos de Internacionalização da educação superior, ampliando o controle da produção do conhecimento, a difusão de contratos via OS, o novo código de C&T, a EMBRAPPII, o projeto de lei da ANDIFES para recortar a autonomia. O REUNI, expansão da precariedade, reeditado pelas metas do PNE, apresenta como uma de suas consequências a precarização material das universidades que corresponderá, inclusive, na dificuldade de permanência do professor no espaço dos *campi* (trabalhando cada vez mais em casa, com seu próprio material e com dedicação 24h) e a manutenção dos estudantes pobres em seu espaço: faltam residências estudantis, restaurantes universitários, atendimento de saúde, transporte adequado, salas de aula.

A precarização material da universidade se soma à precarização do trabalho. Este cenário aponta para uma universidade, em um futuro próximo, em que os professores, com sua autonomia ameaçada pelo FUNPRESP por um lado e com sua carreira precarizada, sejam empurrados para uma espiral privatizante cada vez mais forte que eliminará a manutenção da educação pública autônoma como horizonte.

Assim, temos que reconfigurar o sentido do público retirando do governo e das frações burguesas os assuntos educacionais: reivindicamos o dever do Estado na manutenção da escola pública, mas não podemos atribuir aos governos o papel de educador do povo. É preciso tornar o público um assunto sob controle de seus trabalhadores, imprimindo um sentido universal, unitário, à educação, o que requer o protagonismo dos trabalhadores da educação, dos conselhos sociais, na condução da educação pública. Isso significa que as lutas pela educação pública terão de incidir sobre a sua natureza e seu caráter, possibilitando um confronto mais explícito com a agenda educacional sob controle dos donos do dinheiro e do poder.

Neste sentido, o Encontro Nacional de Educação realizado no Rio de Janeiro, e que foi antecedido por 34 Encontros Regionais com a participação de trabalhadores da educação básica e superior, estudantes, movimentos sociais, consolidou uma primeira etapa do processo de aglutinação de diferentes setores que lutam pela educação pública em uma perspectiva classista, sendo um passo importante na direção da construção de um espaço nacional de aglutinação das lutas contra a mercantilização total da educação, ciência, cultura e, mais amplamente, do conhecimento.

Em que pese os avanços do processo de convocação do ENE, dos encontros preparatórios e de sua realização com mais de 2 mil participantes, restam desafios que exigem a reflexão crítica (e autocrítica) das entidades convocantes. A preocupação correta com o método do consenso não pode ser incompatível com o protagonismo da base do Encontro. O objetivo de juntar entidades e movimentos distintos, mas unificados na luta pela educação pública é, justamente, construir novos fundamentos para que os consensos progressivos possam expressar os anseios e perspectivas de todos os que estão construindo o processo. O modo como os consensos foram apresentados no ENE, uma construção a priori das direções das entidades convocantes, acabou deixando de incorporar a riqueza de proposições vindas de companheiros que, afinal, estão engajados na concretização desse novo ponto de partida para as lutas pela educação pública.

Uma avaliação compartilhada no ENE foi de que, qualquer governo das candidaturas majoritárias que fosse eleito seguiria implementando as metas e objetivos da coalizão empresarial Todos pela Educação e que, em um contexto de feroz ajuste fiscal, a educação pública seria severamente golpeada em 2015 e, por isso, a temporalidade das mobilizações precisaria ser redefinida, estabelecendo jornadas nacionais de lutas ainda no primeiro semestre de 2015 e, a partir dessas jornadas, construídas como unidade de ação, seria possível convocar um novo ENE, no segundo semestre, para consolidar novos consensos organizativos e, principalmente, as bases programáticas de um projeto socialista de educação que possibilitasse

que as lutas pela educação pública pudessem incidir no próprio projeto educacional, retirando da burguesia o monopólio sobre os projetos de futuro da educação.

Nessa perspectiva, a incorporação de movimentos que possuem experiência de educação anticapitalista e que fazem lutas educacionais é de crucial importância. Particularmente, o ENE tem de dialogar com o II Encontro Nacional de Educação e Reforma Agrária do MST, a ser realizado em setembro. A base da CNTE tem realizado lutas radicalizadas e politizadas em prol da educação pública, enfrentando a pedagogia do capital e, por isso, o ENE tem de buscar diálogo mais sistemático com as entidades de base. A agenda estudantil, por sua vez, não pode ser apenas um elemento adicional da agenda do ENE, devendo compor as jornadas nacionais já referidas. Em suma, trata-se de instar os camaradas que convocaram o ENE a refletir sobre os desafios táticos e estratégicos de uma áspere conjuntura, em que a destruição do público será o maior objetivo do capital e dos governos a seu serviço.

A construção da luta pela educação é, nesse prisma, uma dimensão da construção da solidariedade e sobretudo, da organização da classe. É indispensável criar espaços mais articulados e orgânicos de ação unitária classista em prol da educação pública, por meio da pedagogia da luta. A conjuntura exigirá manifestações unitárias ainda em 2015 e, nesse sentido, reiteramos a necessidade de jornadas nacionais de luta contra o desmonte da educação pública, pelo fim da sangria dos recursos públicos para as entidades privadas, enfrentando as derrotas do PNE (Lei 13.005/14), e pela dignidade do trabalho.

TR 7

Como dimensão da luta estratégica pela reorganização das lutas classistas, o Andes-SN deve lutar pela organização dos trabalhadores da educação em uma frente unitária de luta classista, objetivando a unidade de ação e a elaboração de uma agenda que contemple os anseios educacionais dos trabalhadores, incluindo com destaque a realização de jornadas nacionais de lutas e a convocação de um novo encontro nacional de educação que possibilite fortalecer e concretizar a luta em defesa da educação pública.

TEXTO 8

Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Aduesb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel, Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo, Érika Suruagy (Adufrpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Aduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Adufff); Janaina Brum (Adufpel).

PLEBISCITO POR UMA CONSTITUINTE PARA REFORMA POLÍTICA, CARREIRA DOCENTE, E CONDIÇÕES DE TRABALHO!

A disputa eleitoral em 2014 expôs o grau de acirramento da luta de classes no Brasil. Uma vitória eleitoral de Dilma arrancada nas ruas com muito esforço e garra da militância, com participação de docentes, contra a direita reacionária. Vitória esta que não apaga o fato de que o Congresso eleito em 5 de outubro ser o mais reacionário desde o fim da ditadura militar e em 2015 terá mais 27% de empresários, mais 23% de ruralistas e menos 44% de sindicalistas.

Num mundo afundado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões com previsão de aumentar segundo a OIT, o imperialismo busca via guerras e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores e povos impor sua política desagregadora.

No Brasil nada está dado. Sim, pois apesar das conquistas obtidas com luta nos governos Lula e Dilma (aumento 70% salário mínimo, mais universidades, etc.), a indústria demitiu 240 mil operários até setembro, a desigualdade social ainda é enorme e os bilhões dados aos especuladores pelo superávit primário faltam nos serviços públicos. Esse é o terreno que a direita e a mídia tentam impor a proposta dos derrotados nas urnas em 2014.

Neste cenário urge a necessidade de abrir um caminho para as mudanças de fundo que a nação exige e que seguem travadas pelas instituições herdadas da ditadura militar como o Congresso Nacional. Com as manifestações de junho de 2013 revelou-se um fosso entre o povo e as instituições no país exigindo mudanças profundas no sistema político brasileiro. Desde novembro de 2013 a unidade de mais de 430 organizações sindicais, populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) na Campanha do Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte foi um passo importante.

Durante meses milhares de militantes, centenas de manifestações, debates e reuniões culminaram numa votação histórica na semana da pátria (setembro 2014) com cerca de 7,5 milhões de votantes dizendo SIM para uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva para reformar o sistema político brasileiro.

Enfrentando forças reacionárias, sustentada pelo imperialismo com seus partidos e a mídia, que não querem mudanças no país atacaram esta proposta reafirmada por Dilma na semana seguinte a sua reeleição. Deparando-se com obstáculos daqueles que acusaram esta campanha de “diversionismo”, posicionando contra o Plebiscito da Constituinte como a CSP- Conlutas e a direção do Andes, centenas de docentes juntaram-se a esta mobilização de milhões para exigir as mudanças que o povo quer. Esta campanha é uma vitória da mobilização popular que adentrou na campanha eleitoral de 2014 como um divisor de águas para a vitória daqueles que lutam por mudanças radicais no país.

O resultado da votação no Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana sobre o Sistema Político foi entregue a Dilma em 13 de outubro num ato político em Brasília, faltando duas semanas para o 2º turno, quando esta declarou apoio à iniciativa, fato que não pode ser menosprezado nem pela mídia. A reforma política deve ser uma prioridade no país, deve ser a “primeira reforma a ser feita”, através de Plebiscito oficial da Constituinte.

O nosso lado é com os trabalhadores e o povo, não com os banqueiros e a imprensa. A luta exige unidade contra os exploradores que querem as coisas como estão, que defendem as instituições atuais herdadas da ditadura militar, como a reação conservadora do PSDB, apoiado pelo PMDB e pela mídia. Por isso, neste momento é necessária uma ampla unidade daqueles que querem verdadeiras mudanças no país.

Unidade dos docentes com os trabalhadores: Carreira, Salário e Plebiscito da Constituinte!

O momento é fundamental para os docentes, os embates sobre carreira e condições de trabalho continuam na ordem do dia. Na rede federal a discussão salarial deve ser intensificada, uma vez que em março/2015 deverá ser executada a última parcela do reajuste. Nas redes estaduais o sucateamento e os cortes no orçamento no final de 2014 acentuaram a crise.

O Brasil precisa de novas instituições, o povo quer mudanças de verdade. Com esse congresso não dá! Muitas reivindicações dos docentes e demais trabalhadores estão lá emperradas no parlamento, por isso a urgência de uma Constituinte da Reforma Política.

O ANDES-SN que tem na sua história a participação ativa em plebiscitos populares (Contra a ALCA, Anulação do Leilão da Vale), foi impelido em 2014 a virar as costas para as mais de 430 organizações dos trabalhadores que participaram do Plebiscito, aos milhões de votos coletados, ficando ausente desta grande mobilização unificada dos trabalhadores brasileiros. De forma sectária, divisionista e preocupante a direção do ANDES/CSP-Conlutas não só ignorou a significativa participação da categoria na campanha como combateu contra o Plebiscito!

Mas a quem interessa o sistema político como está com instituições como o Congresso Nacional que barra a pauta dos docentes e a pauta do povo? Alegar falta de “pernas” ou desqualificar a

proposta dessas organizações como “governistas” ou como “cortina de fumaça” faz jus ao histórico de luta do ANDES-SN? A quem interessou o ANDES-SN não participar dessa ação? Não é aos docentes e aos trabalhadores desse país!

É preciso fazer o balanço das consequências desta política. Isso não pode se repetir em 2015!

O contexto do conflito classista exige que avancemos na unidade da classe para, em conjunto com a maioria, conquistarmos um Plebiscito oficial da Constituinte. Precisamos mobilizar para cobrar do governo, com toda a autoridade, as reivindicações da maioria explorada e oprimida. Consideramos que os docentes das IES precisam estar próximos aos demais trabalhadores, isso exige que o ANDES-SN participe da campanha do Plebiscito Oficial pela Constituinte.

Nesta via se ampliará a possibilidade de abrir caminho para as demandas do povo travadas neste Congresso Nacional como a redução da jornada para 40h sem redução de salário, a reestatização das empresas privatizadas, a reforma agrária, o fim do superávit fiscal primário, aumento de verbas para educação, saúde e transporte públicos.

Esse movimento da maioria explorada e oprimida é um fator de ânimo e impulso que pode contribuir para a nossa luta pela reestruturação da carreira docente, por melhores salários, e para conquistarmos uma educação pública, gratuita e de qualidade no país.

Considerando que o Plebiscito Popular por uma Assembleia Constituinte soberana e exclusiva do sistema político brasileiro realizado na semana da pátria (2014) coletou cerca de 8 milhões de votos sendo 97% destes afirmando SIM para uma Assembleia Constituinte no país,

Considerando que esta campanha que reuniu mais de 430 organizações sindicais, populares e partidárias (entre elas a CUT, a UNE, o MST) e diversas seções sindicais na base do Andes-SN representa um passo importante na unidade da classe trabalhadora,

Considerando que é urgente uma Reforma Política radical no Brasil através de um Plebiscito oficial da Constituinte para varrer as instituições herdadas da ditadura militar como o congresso nacional e destravar a pauta dos trabalhadores no parlamento, reconhecemos a necessidade que o 34º Congresso Nacional do aprove a participação do Andes-SN nesta campanha nacional, e organize a sua base para se engajar nas mobilizações nacionais e nos Estados que tenham como pauta o Plebiscito por uma Assembleia Constituinte e Soberana do sistema político brasileiro.

TEXTO 9

Contribuição dos professores Alcides Ponte Remigio (filiado a ADUFG) Alison Cleiton de Araujo (filiado a ADUFG) e Vitor Sousa Freitas (Filiado à ADUFG).

A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DO BLOCO CONTRA-HEGEMÔNICO DAS FORÇAS POPULARES.

“A Produção Capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes de originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (MARX, 2008: 571).

A necessidade de análise de conjuntura para a luta política e a organização sindical se fundamenta em algo simples do cotidiano de nossa existência: sem o entendimento dos processos sociais nos quais atuamos e intervimos, nossa militância tende a ser prisioneira das questões mais candentes do momento e que reproduzem uma militância pautada pelo imediatismo. Neste sentido consideramos relevante formular uma análise de conjuntura que tem

como finalidade expor alguns elementos das mudanças estruturais que compõe a conjuntura, colocando na ordem do dia as ações que potencialmente respondem no cotidiano às necessidades de transformação estruturais da sociedade, em especial no enfrentamento do capital.

A atual conjuntura histórica parte de uma análise desmonte do pacto “keynesianista”, sob a hegemonia da indústria fordista. A partir da década de 70 a crise estrutural forcejou reconfiguração da organização capitalista. As mudanças na organização da produção, referimo-nos ao modelo taylorista-fordista, desencadeou transformações no Estado, portanto nas expressões políticas do conflito entre capital e trabalho decompondo o Estado inspirado nas concepções de Keynes e as trocas internacionais reguladas pelo pacto de *Bretton Woods*. A partir dessas transformações no final do século XX, ressaltamos duas mudanças radicais no capitalismo. Em primeiro lugar a reestruturação produtiva que, segundo Antunes (2006), é a organização do trabalho onde se aplica de forma mais eficiente a terceira revolução industrial, que estava sendo gestada no interior do modelo taylorista-fordista; em segundo lugar, a ampliação do imperialismo, Estado máximo para o capital e Estado mínimo para o social, intensificando as estratégias de dominação das nações em desenvolvimento, efetivando a ocupação territorial para a ‘pilhagem’ das riquezas nacionais (desde acordos multilaterais à ocupação militar).

A crise que surgiu com o final da onda longa expansiva, do final da Segunda Guerra até o início da década de 1970, período onde o capitalismo manteve altas taxas de lucro e índices de crescimento econômico acentuado (MANDEL, 1985). A crise tem como características o esgotamento de crescimento econômico e altas taxas de lucro mediante os padrões até então desenvolvidos pelo capitalismo no pós-Segunda Guerra Mundial. Ainda segundo esse autor essa expansão se deve pelo investimento da terceira revolução industrial, que possibilitou a industrialização de países periféricos e implantação de um Estado com amplas coberturas sociais. A inovação tecnológica acentuou a tendência da queda da taxa de lucro, ou seja, para manter a lucratividade a quantidade investimentos em capital constante, em máquinas galpões e energia, sempre maior que é empregada em capital variável paga em trabalhadores.

Além da queda da taxa de lucro, o capitalismo limitara sua expansão industrializante para os países de capitalismo dependente, como Brasil, Argentina, México e África do Sul. O problema gerado no ciclo de expansão industrial nestes países não repercutiu no contexto da possibilidade de expansão do capital aplicando parte do excedente econômico na industrialização dos mesmos, acarreta também que esses mercados, que no início do século passado em larga medida era abastecido pelas indústrias nos países hegemônicos, viram esses grandes mercados serem fechados para os produtos fabricados no país de origem da empresa multinacional, ou seja, esses produtos não seriam mais fabricados por trabalhadores do centro do capital, pois o imperialismo deslocou plantas industriais para esses países, obtendo muito mais lucros pagando salários menores em relação aos trabalhadores do centro do capital. Esse rearranjo limitava a expansão do capital no centro o que inviabilizava toda a arquitetura econômica que sustentava altas taxas de lucro do Pós-Segunda Guerra até início da década de 1970.

Ao expor o ser-precisamente-assim da crise estrutural, ou seja, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. No começo do capitalismo a composição orgânica do capital, relação entre o capital variável e capital constante, o peso do capital constante era menor que o capital variável. Alguns setores fundamentais como a indústria do carvão e do ferro, grande parte do valor da mercadoria era constituída do capital variável, assim como observa Mandel (1985: 129): “mas os custos salariais puros respondiam por mais de 66%, e por vezes chegavam a mais de 75% do preço de custo do produto. Isso evidentemente correspondia a uma composição orgânica do capital bastante baixa [...]”.

Ao consolidar a industrialização de setores vinculados à agricultura e à mineração, ao incrementar as novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial, diminuindo os ciclos produtivos do capital constante. O resultado imediato do peso do capital constante em relação ao capital variável é que a massa de mais-valia começa a decair. E a consequência geral: a taxa de lucro começa a cair não somente no setor industrial, mas no agrário, no capital usurário e

bancário. As alternativas do tipo Keynesiana é cada vez mais limitada em que a saída dos picos negativos da crise é respondida com o aprofundamento a exploração da classe trabalhadora e a destruição ambiental.

O Brasil onde nunca ocorrera um Estado de Bem-Estar-Social acentua características negativas de sua particularidade histórica, ocorre um aprofundamento de sua heteronomia econômica, acentua a superexploração e o Estado autocrático. A heteronomia ou dependência econômica pode ser exemplificada pela desnacionalização econômica das últimas décadas. Em alguns dados anunciados pela empresa de consultoria KPMG demonstram a contínua internacionalização de empresas brasileiras, atingindo um novo recorde em 2012. Esse recorde não é uma novidade, pois em 2010 e 2011 também ocorreram recordes. Observa-se que a cada ano as empresas brasileiras estão sendo adquiridas por empresas estrangeiras, em especial com capital oriundo dos EUA, além de empresas francesas, japonesas e alemãs. Em 2012, foram 296 empresas nacionais que passaram para controle estrangeiro. Em 2011, haviam sido 208 empresas nacionais. Em 2010, 175 empresas. Assim, o número de empresas desnacionalizadas aumentou, em relação ao ano anterior, sucessivamente: +92,3% (2010), +18,9% (2011), e, no ano passado, +42,3% (LOPES, 2013).

A superexploração do trabalho pode ser observado pelo adensamento dos dados sobre a saúde dos trabalhadores e seu desgaste, o jornal O Estado de São Paulo, em sua edição de 21 de janeiro de 2012, traz dados sobre o impacto econômico das doenças e acidentes de trabalho onde estima que o país gasta R\$ 71 bi ao ano com acidente de trabalho. A reportagem baseia-se em dados do Ministério da Saúde incluindo estes valores estão incluídos pensões, gastos com tratamento de saúde público ou privado e órteses e próteses. Ademais é importante levar em consideração que cerca da metade da força de trabalho no Brasil é informal, portanto esse valor deve ser estimado em mais de R\$ 100 bilhões de reais de prejuízo.

O Estado autocrático foi reciclando na desde a distensão lenta e gradual e segura entre a ditadura e os regimes eleitorais atuais, mantendo a estrutura autoritária com a intensificação da criminalização da pobreza e, atualmente a ofensiva criminalizante dos movimentos sociais e lutadores populares. A tendência mundial se reverbera emblematicamente no Brasil da militarização da vida social.

As guerras sempre foram à válvula de escape das crises e forma de incrementar volutuosos recursos nas indústrias bélicas. Como atualmente é inviável uma terceira guerra mundial e as guerras localizadas não dão conta de ativar plenamente a indústria bélica ocorre uma militarização da vida social. A segurança pública está sendo militarizada, não se restringindo a mesma, mas se espalhando para a segurança privada altamente lucrativa. Atualmente nos Estados Unidos o investimento na segurança privada é superior a U\$ 52 bilhões e empregando aproximadamente de 1,5 milhão de pessoas.

A repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, e a segurança se torna um espaço para a aplicação do capital, assim como a saúde e educação. José Paulo Netto faz uma síntese deste processo indicando que “trata-se, porém, de um *estado de guerra* permanente, cuja natureza se exprime menos no encarceramento massivo que no *extermínio* executado em nome da lei – no Brasil, por exemplo, entre 1979 e 2008, morreram, em confronto com representantes da lei, *quase 1 milhão de pessoas*”.

A classe trabalhadora mais precarizada, alvo da higiene social tem de um lado a repressão, e de outro a necessidade de amenizar os efeitos deletérios da ofensiva conservadora do capital. Este amplia de forma intensiva e extensiva o processo de exploração da força de trabalho, e ao mesmo tempo busca reduzir a pressão social com políticas focais de “transferência de renda”. Mesmo com os bilhões destinados aos programas focais a economia nacional se caracteriza pelo empobrecimento relativo da população, de um lado, e a intensificação da concentração e centralização de capital, por outro.

As jornadas de junho de 2013 são a expressão do movimento contraditório do desenvolvimento do capitalismo dependente, que ao lado de uma intensa propaganda ideológica de que não existe

a crise, a população percebe no seu cotidiano o processo de deteriorização das condições de vida.

A multiplicidade de fatores que levaram milhões às ruas em junho de 2013, explicitam como elemento comum os limites atuais de reprodução econômica e a ausência de alternativas a médio prazo para uma retomada do crescimento econômico e a amenização das tensões sociais.

Diante de um quadro de recessão os neoconservadores intensificam sua propaganda ideológica impondo ainda mais restrições às já precárias condições de trabalho. A política de “flexibilização” das relações de trabalho envolve trabalhadores celetistas e servidores públicos. Os últimos governos implementaram, de forma quase impune, um conjunto de medidas para retirar direitos dos trabalhadores garantindo a ampliação das taxas de lucro do capital. Esta perspectiva é renovada com as eleições de 2014. A ascensão política e ideológica dos setores conservadores – que ampliaram sua base parlamentar – é combinada com a intensificação de uma ofensiva contra os movimentos sociais, lideranças políticas e as referências históricas das classes trabalhadoras – a exemplo do ataque ao memorial Luis Carlos Prestes, em POA, perpetrado por um grupo de extrema direita.

Para as classes trabalhadoras a perspectiva de mudanças superestruturais que correspondam aos seus anseios – com manutenção e ampliação de direitos – passam por reformas estruturais na cidade e no campo. Colocando na ordem do dia a necessidade de constituição de um bloco de forças contra-hegemônicas capaz de responder à ofensiva conservadora de forma organizada e pautando a saúde, a educação, a segurança, o transporte coletivo, entre outros direitos como necessidades elementares de toda a população e apresentando no âmbito econômico e político alternativas superestruturais ao domínio do capitalismo dependente e associado aos interesses imperiais.

TEXTO 10

Ágatha Justen Gonçalves Ribeiro (ex-sindicalizada da ADUFRJ, desempregada), Alexandre Pinto Mendes (ADUR-SSind), Antônio Cláudio Moreira Costa (ADUFU-SSind.); Antônio Luís de Andrade (ADUNESP-SSind.); Clarisse Toscano de Araujo Gurgel (ADUNIRIO); Claudio Roberto Marques Gurgel (ADUFF-SSind.), Francisco Carlos Duarte Vitória (ADUFPEL-SSind.); Janete Luzia Leite (ADUFRJ-SSind.); Luciano da Silva Alonso (ADUR-RJ-SSind.); Luís Mauro Sampaio Magalhães (ADUR-RJ-SSind.); Maria Simone Ferrer Pereira (ADUFU-SSind.); Marília Leite Washington (ADUFSCar-SSind.); Zenilde Moreira Borges de Moraes (ADUFERPE-SSind.); Heitor F. Mothé Filho (ADUR-SSind.).

AÇÃO DIRETA – O ANDES-SN RETOMANDO A SUA TRAJETÓRIA DE LUTA

Quando a esquerda evita falar sobre os seus próprios erros e se recusa a discuti-los à luz do dia, ela não está, afinal, se protegendo da direita: está protegendo o conservadorismo que conseguiu se infiltrar no interior dela mesmo.

Leandro Konder

O quarto mandato do governo petista mantém o mesmo projeto de favorecimento do capital, mas as suas contradições e a deterioração econômica e política emergem com força crescente, resultando no acirramento da disputa política dentro do bloco do poder. O desvelamento de

megaesquemas de corrupção, o indiciamento inédito de uma casta de corruptores, troca de acusações e manifestações públicas antigovernistas à direita, são expressões destas disputas.

Sabemos, no entanto, que a fragmentação política dos aliados do capital tem a duração dos seus interesses de lucro e controle. Seria ilusório achar que grupos com projetos tão idênticos avançariam nesta fragmentação a ponto de se verem obrigados a abrir mão do controle que exercem nos campos políticos. A história mostra o contrário, e a classe trabalhadora não deve esperar que esta vulnerabilidade aconteça.

Possíveis mudanças e dificuldades em 2015 não deverão se constituir, portanto, em surpresa para os docentes das IES e demais trabalhadores, mas poderão resultar em desafios e duros embates contra os que querem nos repassar o custo do aprofundamento das crises construídas por eles próprios, pelos dirigentes e gestores do capital.

Mesmo oscilando, a crise mundial permanece, com efeitos inclusive nos países mais ricos da zona do Euro, atingindo, mesmo que de forma diferenciada, os países do chamado BRICS, com taxas de crescimento econômico cada vez menores, retração nos índices de emprego e no mercado de *commodities*. A recessão no Japão levou à dissolução do Parlamento e à convocação de eleições, enquanto a produção industrial alemã teve queda acentuada no segundo semestre de 2014. A supremacia e a luta pelo poder sobre os recursos naturais com valor de mercado são refletidos na expansão e no aprofundamento de conflitos armados, como a guerra contra o Estado Islâmico e a guerra civil na Ucrânia. Assassínatos e massacres realizados por grupos paramilitares, como no México, e atentados promovidos por grupos nazifascistas mostram que estes conflitos armados acontecem também dentro dos Estados.

O levante popular ocorrido no Brasil em 2013 mostrou que apenas através da ação direta e da unidade de todos que lutam contra a hegemonia do capital será possível enfrentar o difícil quadro que está colocado para a classe trabalhadora.

Para uma situação na qual a produção industrial despenca, a produção agrícola dá indicações de que atingiu o teto; o PIB fica menor a cada trimestre, e a capacidade de intervenção na economia, por parte do governo, diminui também cada vez mais, os reflexos políticos e a possibilidade de uma nova reação popular trazem de volta, para o governo Dilma, os “fantasmas” e as lembranças de junho de 2013. A possibilidade de recrudescimento da inflação, a letargia nas obras de infraestrutura, em particular de mobilidade urbana, o esgotamento de medidas paliativas, como renúncias fiscais e crédito subsidiado, e as reações da população a estas dificuldades farão acender, com toda certeza, as luzes de alerta e teremos, a partir daí, os blocos governistas e de gestão do capital recompostos. Os “dirigentes” do capital são ambiciosos, mas não se descuidam.

Para navegar neste mar revolto, provavelmente com o petismo esfacelado pelos megaescândalos, e com toda a sua base parlamentar dividida, o segundo governo Dilma deverá ser obrigado a escolher o caminho mais “seguro” de um ministério “técnico”, de receituários conhecidos, dos ajustes monetários de combate à inflação e do arrocho salarial, mantendo, é claro, a supressão e a precarização dos direitos da classe trabalhadora; a flexibilização e a desregulamentação do capital. Sabemos que o quadro difícil que se espera para 2015 será debitado na conta dos trabalhadores, fórmula conhecida e repetida *ad nauseum*.

Aos trabalhadores, resta a luta. Resta reforçar e organizar as entidades e movimentos que possam resistir e criar caminhos que permitam avançar para outro projeto.

O debate e as deliberações sobre as tarefas centrais hoje para o ANDES-SN devem considerar o acúmulo político que o nosso sindicato teve nos últimos anos.

Em nossas lutas, vimos nossos inimigos se utilizando de estratégias que levaram à fragilização de nossos movimentos e que precisam ser identificados e enfrentados em nosso cotidiano.

A estratégia da diferenciação e da fragmentação da classe trabalhadora é antiga e tem sido adotada continuamente pelo capital e seus aliados, no sentido de fazer prevalecer o seu projeto. “Decretou-se” o fim da luta de classes, que apontaria para uma unidade “perigosa”, e em seu lugar tentam-se colocar as conquistas focalizadas, as lutas corporativas de segmentos de

trabalhadores, políticas assistencialistas, avanços direcionados para pequenas frações, midiáticos, mas, claro, sempre dentro dos limites do capital.

Vimos isto também no esvaziamento dos fóruns de unificação de lutas na Educação e de unificação dos servidores públicos. Em sindicatos de oposição ao governo, a tentativa tem sido de criar novas entidades para promover esta fragmentação, como no caso do Proifes. Nas universidades, a carreira imposta pelo governo cria novas divisões, que se somam aos com e sem Previdência pública. Em todos os embates, campanhas salariais e lutas políticas empreendidas pelo movimento docente nas últimas décadas, a condição imposta pelo Governo foi sempre a da “negociação específica”, a fim de impossibilitar e implodir as tentativas de unidade na ação por parte das entidades representativas.

O “mantra” do fim da luta de classes, desmentido de forma categórica em episódios como os de junho de 2013, trouxe também outra estratégia, que desafortunadamente tem levado as nossas ações ao esvaziamento. A ideia da “conciliação de classes”, delimitada, é claro, pelo projeto do capital, passou a nortear boa parte das propostas políticas e dos encaminhamentos no ANDES-SN, embora a história recente do MD e dos trabalhadores em geral mostre, de forma consistente, que somente através da ação direta conseguimos barrar ataques, e mesmo avançar em nossas bandeiras.

As conquistas do ANDES-SN se deram sempre através de lutas e mobilizações, greves, ocupações e enfrentamento direto. No entanto, passamos os três primeiros mandatos petistas participando de audiências, mesas de negociações (enrolações) e interlocuções com parlamentares que resultaram em nada ou em franco retrocesso. Continuamos, de forma resignada, a aceitar acordos que traem as nossas bandeiras e que acabam penalizando os professores. Temos cada vez mais nos contentado com o “possível”, como na greve de 2012 do Setor das IFES, quando a proposta do Sindicato era vista como “desproporcional” e “inalcançável” pelos defensores da “conciliação e do possível”, na negociação com um governo que perdoou 17 bilhões de reais de dívida fiscal das instituições de ensino superior privado exatamente no período em que estávamos em greve, e que agora aparece envolvido nos desvio (estimativas iniciais) de 10 bilhões de reais no escândalo das empreiteiras/partidos governistas/Petrobras.

A função de um sindicato classista e combativo não deve ser buscar adequar-se a teses conservadoras, por meio de um sindicalismo dócil e de resultados. O conservadorismo vem avançando, à medida que, em tempos de crise, a esquerda não apresenta organização e organicidade para disputar ideias e projetos.

O ANDES-SN deve assumir como tarefa central a construção da unidade da classe trabalhadora e a sua luta para além dos limites estabelecidos pelo capital. Deve assumir a construção da unidade na ação de trabalhadoras e trabalhadores organizados nos sindicatos, nas organizações de desempregados, dos aposentados, nos diferentes movimentos populares da cidade e do campo, nos movimentos indígenas, estudantis, nas organizações e movimentos que lutam contra a opressão do capital. Na perspectiva da unidade da classe trabalhadora, o eixo central de luta de nosso Sindicato em 2015 deve ser o de encaminhar debates e ações em nossa base e na interlocução com outras entidades, no sentido de construir, já, a unidade dos trabalhadores da Educação, bem como da unidade de ação dos servidores públicos das três esferas, chamando o MD para o enfrentamento, através da ação direta, em defesa da classe trabalhadora e de seus interesses.

TR 10

O 34º Congresso delibera que a centralidade da luta do ANDES-SN em 2015 é encaminhar debates e ações em nossa base e na interlocução com outras entidades, no sentido de construir, já, a unidade dos trabalhadores da Educação, bem como a unidade de ação dos servidores públicos das três esferas, chamando o Movimento Docente para o enfrentamento, em defesa da classe trabalhadora e de seus interesses, através da ação direta.

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A necessidade de avançar e fortalecer as estratégias de ação de unidade da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, com o fito de enfrentar as estratégias de cooptação e criminalização das lutas sociais, foi um dos traços marcantes do ano de 2014 no campo das lutas sindicais e movimentos sociais.

No primeiro semestre deste ano, a greve de docentes e técnico-administrativos da base do SINASEFE e da FASUBRA, de funcionários da área da cultura federal e de um conjunto significativo de outros setores de trabalhadores da esfera pública, em especial, da educação estadual e municipal no país, como, por exemplo, a do SEPE, no Rio de Janeiro, demonstraram uma forte insatisfação com as condições de trabalho e salariais, com greves que duraram meses. O fato de não alcançarem seus objetivos reivindicativos salariais, com dificuldades até de abrir negociação durante a greve, externalizou a intransigência dos governos federais, estaduais e municipais com as demandas destes setores da classe trabalhadora.

Em fevereiro de 2014, os garis do Rio de Janeiro impuseram uma derrota significativa ao prefeito Eduardo Paes e à direção sindical pelega. Uma dura repressão policial contra os grevistas e a campanha da imprensa de grande circulação contra a greve não foram suficientes para arrefecer o movimento que conquistou a simpatia da população. Na esteira das rebeliões da base contra as diretorias pelegas, aconteceram mobilizações dos operários da construção civil no Comperj e da categoria de trabalhadores rodoviários, que realizaram paralisações e greves em diversas capitais do país, com destaque especial para a greve da cidade do Rio de Janeiro, e em vários outros municípios importantes. No primeiro semestre, os policiais na Bahia e em Pernambuco, também entraram em greve por demandas salariais e melhores condições de trabalho. As lutas por moradia em várias cidades, com ocupações e manifestações de ruas, como por exemplo, no mês de Junho, a ocupação de um terreno abandonado há décadas na Vila Praia, próximo ao portal do Morumbi, em São Paulo; e no Jardim Catarina, em São Gonçalo, no Estado Rio de Janeiro revelaram o protagonismo dos trabalhadores sem teto.

A greve dos metroviários na cidade de São Paulo, no início de Novembro, uma ocupação, ocorrida no mês de Junho, com apoio de boa parte da população, foi duramente reprimida, levou à demissão de 42 trabalhadores, e também à aplicação de multa de R\$ 500 mil por dia de paralisação, por determinação do TRT, que julgou a greve abusiva. Apesar de alguns trabalhadores terem sido readmitidos, ainda há 7 trabalhadores demitidos. A violência da repressão policial e a judicialização do movimento foi um “ensaio geral” do que viria a acontecer na Copa do Mundo, com destaque a duríssima repressão ao ato convocado pelo Espaço de Unidade e Ação, no Sindicato dos metroviários na abertura da Copa.

A busca de uma unidade mais ampla, com todos os setores dispostos a construir um calendário unificado de lutas, se materializou no Encontro Nacional do Espaço de Unidade de Ação, em Março, no sindicato dos metroviários de São Paulo, reunindo cerca de 2500 ativistas de todo o país, com a participação ativa de nossa Central, a CSP-Conlutas. Este Encontro, que tinha como mote “na copa vai ter luta” criou forte expectativa de uma grande mobilização contra os gastos do Estado destinados aos megaeventos, que beneficiam os setores burgueses empresariais nacionais e internacionais, em detrimento dos investimentos nas áreas sociais em nosso país. Apesar, de não ter atingido o mesmo grau das mobilizações anteriores - durante a Copa das

Confederações e as manifestações que vivemos em 2013 - os movimentos sociais protestaram nas ruas em todo o país e foram duramente reprimidos por um gigantesco aparelho policial, especialmente montado para a Copa do Mundo. No dia anterior ao último jogo da Copa, a justiça decretou a prisão preventiva de 26 ativistas acusados de formação de quadrilha. Destes, 19 foram efetivamente presos. Atualmente alguns destes respondem ao processo em liberdade. Esta foi uma clara atitude da polícia e justiça intimidatória, que faz parte da criminalização dos movimentos sociais. Eis o principal legado deste evento, absolutamente não condizente com um Estado democrático de direito.

No segundo semestre, o Encontro Nacional de Educação, realizado no Rio de Janeiro, precedido de vários encontros preparatórios no país, reuniu cerca de 2.500 estudantes, trabalhadores e movimentos sociais, para discutir e estabelecer um plano de lutas nacional contra a mercantilização da educação. Apesar do boicote por parte do Estado, rompendo acordos firmados para a utilização de instalações, o Encontro demonstrou a enorme capacidade de articulação e organização de setores vinculados à luta pela defesa da educação pública de qualidade, com intenso envolvimento do ANDES-SN.

A vitória da greve dos docentes e técnico-administrativos das Universidades Estaduais paulistas, iniciada em Junho e finalizada em Setembro, a despeito dos ataques da grande mídia contra o movimento e sua repressão policial, foi uma demonstração da capacidade de luta dos trabalhadores, com apoio dos estudantes, das Universidades estaduais paulistas contra o arrocho salarial, às ameaças de retirada de direitos trabalhistas e à tentativa de adoção de iniciativas privatizantes, como por exemplo, a cobrança de mensalidades e desvinculação dos hospitais universitários. Também aconteceram greves de docentes das universidades estaduais do Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro

O resultado da eleição presidencial representa a continuidade dos interesses de frações das classes dominantes e do grande capital em nosso país. Apesar da expectativa de parcela da classe trabalhadora de que o próximo governo venha a melhorar as suas condições de vida, o que de fato se apresenta é: a ameaça aos direitos trabalhistas; a ampliação da terceirização; o não enfrentamento real dos problemas da classe trabalhadora, como o fator previdenciário e a dívida pública, que tiram do orçamento bilhões de reais todo ano. Organizar a classe trabalhadora do campo e da cidade, a juventude brasileira, mulheres, jovens, a população da periferia e minorias oprimidas, para enfrentar o ataque aos direitos e avançar nas conquistas sociais e democráticas, tendo como pólo aglutinador, a CSP-Conlutas, é o que de fato precisa ser feito.

O Seminário dos Servidores Públicos Federais (SPF), realizado em Novembro, com o objetivo de abordar a conjuntura política e econômica no Brasil e sua vinculação com as medidas governamentais para os serviços e servidores públicos, considerando o cenário de um novo governo, foi uma importante ferramenta para a unidade de ação de todos os servidores públicos federais na organização da Campanha Salarial Unificada de 2015, tendo como eixo orientador a Reposição Salarial Linear, ou seja, a definição de um índice unitário de recomposição salarial.

Em 2015 ocorrerá o 2º Congresso da CSP-Conlutas, dos dias 4 a 7 de Junho em Sumaré, SP. Nosso envolvimento nesse evento apresenta-se como fundamental para o enraizamento e fortalecimento dessa Central Sindical e Popular. Nesse sentido, o 34º Congresso do ANDES-SN deverá debater e aprovar nossas contribuições a serem apresentadas no 2º Congresso.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS

IV – SINDICAL

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Ampliar e consolidar sua atuação na CSP-Conlutas, com especial atenção ao seu

enraizamento em todos os estados do país;

2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora;

3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados;

4. Contribuir e participar com os setoriais, grupos de trabalho e coletivos temáticos da CSP-Conlutas, que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN;

5. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações em 2014;

6. Elaborar, no âmbito do GTPFS, uma programação de atividades que, de forma articulada com as secretarias regionais e as seções sindicais, dê continuidade aos processos de formação político-sindical realizados no último período.

7. Dar prosseguimento aos debates desenvolvidos em 2013 sobre os desafios político-organizativos do ANDES-SN priorizando o fortalecimento e enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho:

7.1 buscar formular propostas de meios financeiros que possibilitem a participação de companheiros de seções sindicais pequenas nos eventos do ANDES-SN, nas lutas e greves em IEES/IMES;

7.2 tratar da mobilidade dos docentes aposentados no sentido de que possam participar em seção sindical mais próxima ao local de residência;

7.3 debater as formas de estruturação do Sindicato e da escolha da diretoria, de modo a responder aos desafios atuais, realizando, no segundo semestre de 2014, um seminário nacional, do qual poderão surgir mais propostas a serem apreciadas pelo 34º Congresso do ANDES-SN.

8. Que o GTPFS faça a proposição de uma metodologia de debate nas seções sindicais para discussão sobre organização sindical (estrutura do ANDES - SN, seções sindicais multicampi etc.).

9. Intensificar o apoio político e material aos coletivos de base que organizam o ANDES-SN em IES onde o PROIFES e outras organizações atuam, visando à unidade, autonomia e independência sindical.

10. Lutar contra as terceirizações em articulação com a FASUBRA, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança etc.) nos quadros de pessoal e nos concursos públicos para servidores técnico-administrativos;

11. Pautar no GTPFS debate sobre formas de intensificar ações que enfrentem o tema das terceirizações no âmbito das IES e no mundo do trabalho em geral.

Recomendações

1. Que as seções sindicais do ANDES-SN pratiquem a solidariedade de classe e indiquem paralisação das atividades docentes coletivamente, em um Dia de Luta

Solidária com os Terceirizados, realizando atividades de formação e integração com estes(as) companheiros(as), agregando os movimentos organizados e demais entidades da comunidade, construindo atividades conjuntas com os sindicatos de base da FASUBRA de denúncia das condições de trabalho dos terceirizados e combate à terceirização;

2. Que as assembleias de docentes incentivem a participação e a rotina de informes em suas plenárias, por parte do segmento terceirizado, contribuindo para a auto-organização dos terceirizados;

3. Que às seções sindicais contribuam para a auto-organização dos terceirizados, realizando atividade de formação e integração destes, agregando os sindicatos de base da FASUBRA;

4. Que o 59º CONAD defina a data de realização do Dia de Luta Solidária com os Terceirizados, que integre as atividades de luta contra a aprovação do PL 4330.

TR - 11

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Prosseguir ampliando sua participação na CSP-Conlutas, para sua consolidação e enraizamento na base da nossa categoria.

2. Envidar esforços para o enraizamento da CSP-Conlutas em todos os estados do país como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora.

3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados, destacando aqueles que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN.

4. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2015.

5. Reafirmar a luta contra as terceirizações e precarizações, em articulação com as entidades dos servidores público, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança etc.) nos quadros de pessoal e nos concursos públicos.

TEXTO 12

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)

POLÍTICA EDUCACIONAL, GERAIS E DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

TEXTO DE APOIO

Desde meados de 2013, no Levante Popular, as ruas do Brasil vivenciaram manifestações massivas e simultâneas por todo o país, em busca de uma causa comum: o da melhora dos serviços públicos. Tal fenômeno se transformou em catarse quando, em resposta à brutalidade policial, milhões foram às ruas e engrossaram o coro. Nesse sentido, influenciado por este movimento de lutas populares e o aumento do custo de vida e da precarização do trabalho, houve um ascenso das lutas no Brasil, com a eclosão de centenas de greves por todo o país. Neste bojo, destaquemos as greves da educação estadual e municipal do Rio de Janeiro.

A greve do ANDES de 2012 foi o prelúdio de uma das maiores, senão da maior, greve dos servidores federais. E esta greve foi por sua vez um dos sinais do que estava por vir: as jornadas de junho de 2013. A greve de 2012 expressou as contradições nascentes. A política de arrocho salarial, de autoritarismo do governo para com a ação sindical. Explicitou também os limites de uma direção política que não estava disposta a ultrapassar os limites do pacto lulista. Por isso a greve terminou não somente com uma derrota, mas sem constituir uma alternativa de reorganização das categorias.

Mas a luta dos servidores federais irá enfrentar as contradições internas. A contradição derivada da experiência e condição objetiva das bases, e também da linha política das direções. Essa linha corporativista está sendo defendida, por exemplo, pela campanha da CONDISEF: *“Estão entre as bandeiras: a luta por uma política salarial permanente; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; definição de data-base; regulamentação da negociação coletiva; diretrizes de plano de carreira; retirada de projetos no Congresso Nacional que prejudicam os trabalhadores públicos; além do cumprimento por parte do governo de acordos e protocolos de intenções firmados em processos de negociação. A antecipação da parcela de reajuste prevista para janeiro de 2015 e reajuste em benefícios como auxílio-alimentação e plano de saúde também fazem parte das prioridades desta campanha salarial”* (Condiseff, 2014).

Essa mesma política está sendo replicada para o ano de 2015. Essas bandeiras não dialogam com as reivindicações sociais de massa e não operam no nível da solidariedade de classe. Fazer um movimento na atual conjuntura exclusivamente salarial é não dialogar com as contradições e demandas da sociedade. E mais: é abrir espaço para uma desmobilização. Caso o governo pague a parcela dos acordos antecipadamente significa que os servidores federais em geral não têm motivos para desencadear um grande movimento? Temos.

Essa campanha salarial, unificada no âmbito do Fórum das Entidades dos SPF (que reúne ANDES, SINASEFE, FASUBRA, CONDISEF e outras) apresenta uma linha de ação corporativista. Mas uma greve da educação e dos servidores federais deve se pautar na luta por reivindicações que agreguem toda a sociedade, e não apenas reivindicações particulares de uma categoria. Uma greve de protesto contra a “copa do mundo” e o que ela significa em termos de retrocesso social.

Logo, trata-se hoje de fazer um movimento de greve não apenas por salário, mas uma greve de protesto por direitos coletivos. O papel da luta dos trabalhadores federais é elevar a luta pela

educação para um patamar nacional, mostrando seu antagonismo com o projeto neodesenvolvimentista e neoliberal. Ativar a solidariedade à luta contra as remoções, contra a repressão, em apoio a luta pelo transporte, pela defesa das terras indígenas e quilombolas.

Não basta uma campanha salarial de interesses corporativos. É preciso uma grande campanha classista. Não basta falar da greve; é preciso construí-la efetivamente; não basta uma greve parcial de uma categoria ou outra, é preciso uma greve unificada dos SPF; não basta uma pauta salarial, é preciso uma pauta que defenda os interesses coletivos da classe trabalhadora. Essa é nossa linha para 2015.

Essas lutas influenciaram e inspiraram as lutas do primeiro semestre de 2014 que combateram a burocracia sindical controlada pelos partidos, como no caso dos garis, que obtiveram a vitória pois não se renderam ao legalismo que assola essas direções. Os trabalhadores da educação retomaram e fizeram importantes nas lutas do primeiro semestre de 2014. Apesar dos ataques ao direito de greve por parte dos governos e de a burocracia sindical (composta pelo governismo e paragovernismo) investir nas tentativas sucessivas de desmobilização da greve, a base da categoria se manteve combativa e disposta a arrancar suas vitórias. Tendo em vista a traição de 2013, uma vez que a prática política dos grupos que dirigem a educação tem como base o legalismo. Além disso, não tem confiança na ação dos próprios trabalhadores, uma vez que o não vem como trabalhadores cada vez mais proletários, sempre reafirmando o “conservadorismo” da categoria para justificar as ações.

Por isso em 2014 a luta da educação federal e dos servidores federais terá um papel fundamental. Criar uma nova linha política sindical de massas. Romper os marcos corporativistas e colocar uma pauta classista, de luta pela educação e pelos direitos trabalhistas, pela liberdade de organização, expressão e contra a criminalização e o Estado de exceção.

Nesse sentido, a preparação de uma greve de massas, com mobilização de rua é uma tarefa fundamental. A defesa da educação pública e as lutas por direitos coletivos (educação, transporte, saúde) deve ser assumida pelos docentes e técnico-administrativos e demais servidores federais.

TR - 12

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Romper e denunciar o Fórum dos SPF como espaço burocrático, controlado pelo governismo que imobiliza as lutas dos servidores públicos federais e construir uma Plenária de Luta dos Trabalhadores da Educação com delegados eleitos em assembleias de base;
2. Organizar campanha contra a regulamentação do direito de greve que é na realidade a supressão do direito de greve no serviço público;

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

O ano de 2014 foi bastante emblemático no que tange às disputas de diferentes projetos de educação para o país. A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2014-2024, aprofundou a política educacional de caráter privatista mercantil e precarizante da educação pública, levada a cabo pelo governo federal na forma de subordinação integrada à coalizão empresarial e midiática intitulada "Todos Pela Educação".

Ao mesmo tempo, a realização do Encontro Nacional de Educação (ENE), convocado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, no Rio de Janeiro, precedido de 32 encontros regionais preparatórios, contou com a participação de mais de 2.000 pessoas, representantes de sindicatos, movimentos sociais, entidades do movimento estudantil, coletivos políticos e demais entidades classistas. Pelo menos há 10 anos, desde o último Congresso Nacional de Educação (CONED), realizado em Recife, não tínhamos um evento com tamanha representatividade dos setores classistas da educação, construindo unidade para o enfrentamento à destruição da educação pública. Neste espaço, foi possível reunir diversos setores da classe trabalhadora para debater a educação pública, estabelecendo princípios de um projeto de educação pública classista, contrapondo-se ao PNE do governo e projetando uma agenda de lutas articuladas em defesa da educação pública. Os eixos debatidos no ENE foram: acesso e permanência, avaliação, democratização, privatização e mercantilização da educação, financiamento, passe livre e precarização.

O PNE aprovado traz um conjunto de proposições definidas nas metas e estratégias para o decênio que absorvem diversos programas que alocam recursos públicos na iniciativa privada. Sobre a discussão de financiamento da educação, cabe destacar o fato de que os recursos destinados à educação serão distribuídos tanto para a escola pública, na forma prevista pela Constituição Federal, como também engloba a destinação de verbas públicas para iniciativa privada, por meio de programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive através de incentivo e isenção fiscal, bolsas de estudos concedidas no Brasil e no exterior, subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil e o financiamento, através de convênios, de creches, pré-escolas e de educação especial, em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Ou seja, o governo aponta na Lei a aplicação dos recursos públicos também em programas como: PRONATEC, PROUNI, Ciência sem Fronteiras e FIES.

Na Meta 20 do PNE, é apontado que será ampliado o investimento público em educação no patamar de 7% do PIB no 5º ano de vigência da Lei e o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio. Alguns setores acreditam que se trata de um importante passo para ampliação do investimento em educação, ao haver referência aos 10% do PIB no texto da Lei. Porém, cabe destacar dois aspectos fundamentais:

- a) O governo não destina imediatamente os 10% do PIB para a educação pública, diferentemente do que reivindicam os movimentos classistas. Além disso, aponta que a origem de tais recursos inclui a parcela de participação no resultado ou da compensação financeira da exploração do Pré-Sal, ou seja, não se tem nenhuma garantia de que o investimento de 10% do PIB ocorrerá ao final do decênio;
- b) O investimento público, ao qual se refere o PNE, considera também a alocação de recursos nas empresas educacionais privadas, na forma de programas, convênios e isenções fiscais, conforme está explicitado no § 4º do artigo 5º da Lei 13.005/2014, que institui o Plano Nacional

de Educação. Significa dizer que, além do PNE não atender a pauta dos 10% do PIB para a educação pública já, ainda amplia o processo de mercantilização da educação, destinando recursos públicos para o setor privado. Enquanto os recursos forem partilhados com o setor privado, a educação pública não terá condições de atender às demandas da sociedade.

A política de “gestão democrática”, preconizada pelo PNE, é, na realidade, fundamentada em uma perspectiva gerencialista, na qual a gestão das instituições de ensino é baseada em critérios técnicos de mérito e desempenho, reproduzindo a lógica meritocrática e tecnocrata da gestão, cujos critérios estabelecidos ferem a autonomia das instituições de ensino em que à gestão somente cabe administrar a precarização da escola e obter resultados. Essa concepção de gestão que está presente no PNE fere os princípios de uma gestão democrática, tais como participação, descentralização e autonomia.

A concepção de avaliação, reafirmada no Plano Nacional de Educação, está baseada na punição, no ranqueamento, na meritocracia, aspectos estes que levam à competitividade e ao individualismo. ~~As~~ Como consequências dessa concepção resultam tratamento desigual entre as instituições e o assédio moral sobre os docentes que não atingem as metas estabelecidas.

Estes elementos analisados sobre financiamento, gestão e avaliação apontam para a ressignificação do conceito de público, alargando ou eliminando a fronteira com o setor privado. Destinar recursos públicos para a iniciativa privada, visando garantir o acesso gratuito dos estudantes nas instituições de ensino, da educação infantil ao ensino superior, tem um sentido de mascarar o real interesse que é o de garantir o lucro das empresas educacionais. Apontar a gratuidade no acesso à educação, na forma do PROUNI, por exemplo, não significa investir em educação pública. Isso também pode ser verificado na concepção de avaliação e gestão presentes no PNE, em que o caráter é de cumprimento de metas através de provas nacionais e de modelos de gestão produtivistas.

A questão público-privada, eixo central do PNE, na realidade é apenas uma reafirmação de políticas que já estão em vigência. O Censo do Ensino Superior de 2013 também expressa, em última análise, a política educacional que o governo federal tem implementado ao longo dos últimos anos, na qual os processos de mercantilização da educação se intensificaram sob o viés das privatizações ou das parcerias público-privadas. O predomínio do aumento de matrículas registrado na rede privada, 74%, mantém a relação de predomínio do setor privado no ensino superior, agravado pelo fato de que grande parcela dos estudantes matriculados são beneficiários de programas governamentais que destinam recursos públicos para instituições privadas de ensino. O gigantesco aumento das matrículas no ensino à distância, especialmente no setor privado, demonstram o caráter mercantil de uma formação precária, aligeirada e de baixa qualidade, tendo em vista que este tipo de modalidade de ensino, não dá conta de uma formação de qualidade com interação do ensino, pesquisa e extensão, além da sociabilidade acadêmica, necessária para uma formação crítica e transformadora.

Além dos aspectos apontados nos parágrafos anteriores, é importante que se destaque o recrudescimento da precarização do trabalho docente, que está presente na educação básica e no ensino superior, e que vem ocasionando adoecimento, falta de motivação e o sentimento de abandono da profissão. O produtivismo acadêmico se acirra com as propostas de desenvolvimento nas carreiras docentes das IFES e IEES, em que se projeta um novo perfil docente de gestor e empreendedor. Os critérios que estão predominando para a ascensão na carreira é a meritocracia, considerando a ideia de que todos partem do mesmo ponto e que o “sucesso” de cada um é uma questão individualizada. É importante destacar também a possibilidade, anunciada pelo presidente da CAPES, de contratação dos docentes por meio de Organizações Sociais (OS), quebrando assim um princípio constitucional que coloca o ingresso no serviço público por meio de concurso. Outro ponto da precarização se refere à situação dos professores e tutores da educação a distância, que são remunerados por meio de bolsa, não tendo nenhum direito trabalhista. Além disso, na rede privada de ensino, pode-se perceber que ainda predomina o regime de trabalho do professor temporário horista, que se configura como o grau máximo de precarização da força trabalho docente. Importante destacar que, programas de

governo como o PRONATEC, introduziram esta condição precária de trabalho também nas instituições públicas federais de ensino

A política dos governos federal e estaduais de mercantilizar e privatizar o ensino superior vem acompanhada de um intenso processo de precarização da educação pública. As precárias condições de trabalho e estudo, a carência de assistência estudantil, necessária para garantir a permanência dos estudantes nas universidades, e o endividamento dos estudantes da rede privada, que financiam seus estudos através do FIES, são elementos que aumentam a evasão no ensino superior.

Diante das reformas da educação brasileira em curso, via PNE de 2014, outros projetos são propostos no sentido de efetivá-las como os PLs apresentados a seguir, que ainda estão aguardando aprovação no Congresso Nacional, como o PL 6840/2013, que visa instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, com caráter tecnicista e minimalista da formação, que incidirá em mudanças na organização dos cursos de formação de professores para atuar na educação básica como também na formação precária e aligeirada para atuação no mercado de trabalho; o PL 518/2009, que propõe transformar o Ministério da Educação (MEC) em Ministério da Educação de Base (MEB), incidindo na desvinculação entre a educação básica e o ensino superior, criando entraves para a construção do Sistema Nacional de Educação ao propor a transferência do ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), com gestões distintas, o que causará uma fragmentação do tratamento da educação no Brasil; o PL 4372/2012, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), uma agência reguladora de políticas sociais de Estado no setor da Educação, ferindo a autonomia universitária, por determinar os parâmetros/indicadores de avaliação e de supervisão, desrespeitando o trabalho já realizado pelos órgãos colegiados de representação da comunidade acadêmica, e tem como prerrogativa aprovar previamente compras e fusões de universidades, que, para os empresários do ensino, significam uma oportunidade de evitar intervenção no setor, assim como cria um mecanismo financiado pelo Estado, que se apresenta com características de setor público não estatal, desprovido de regulação tanto da parte do Estado quanto da sociedade, considerado a total ausência do controle social, pois, ao perder a conexão com critérios estabelecidos pelas instituições públicas da área da educação, a tendência é assimilação de critérios produtivistas provenientes do setor mercantil-empresarial; e a recente apresentação da proposta de emenda constitucional (PEC10/2014), que acrescenta § 6º ao art. 211 da Constituição Federal para criar o Sistema Único de Educação Superior Pública, formado pelas instituições públicas de ensino superior, a ser instituído por lei complementar, com o objetivo de coordenar as políticas públicas e orientar a alocação de recursos para a universalização e interiorização da oferta da educação superior.

Nesse contexto contrário aos interesses dos trabalhadores, a iniciativa de construir o ENE 2014 trouxe a possibilidade de articularmos as lutas, em âmbito local e nacional, em defesa da educação pública junto a outros setores classistas. Os encaminhamentos indicaram a realização de um segundo ENE no ano de 2016, precedido de encontros estaduais e regionais, a serem realizados em 2015, organizados pelos comitês estaduais em defesa da escola pública. É preciso intensificar estes espaços como articuladores de lutas para enfrentar a política educacional mercantil e precarizada em âmbito nacional e local. Sobre estas lutas, a segunda quinzena do mês de Outubro de 2014, foi marcada por diversos atos estaduais que permitiram intensificar a organização dos professores, trabalhadores da educação, estudantes, movimentos sociais e demais setores que defendem a educação pública, gratuita e os 10% do PIB Já! Esses atos denunciaram a mercantilização da educação, que se amplia com o PNE aprovado, especialmente no que tange à forma híbrida de relação entre o sentido público-estatal e o privado. Assim como enfrentaram a precarização do trabalho docente existente nas redes municipais, estaduais e federal de ensino.

É preciso que tomemos a organização dos setores classistas da educação como prioridade para o enfrentamento às políticas do governo, analisando, denunciando e combatendo as políticas privatistas e precarizantes, além de projetarmos ações no sentido de formularmos projetos de

educação pública representativos da classe trabalhadora, organizando as nossas lutas em torno desta pauta.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 33º Congresso delibera que o ANDES-SN, por meio das suas seções sindicais, fortaleça a ação na categoria e intensifique a articulação com os movimentos classistas populares e sindicais, objetivando a construção de uma agenda de lutas e ações que evidencie 2014 como o ano da educação, com encontros preparatórios no primeiro semestre de 2014 para o Encontro Nacional de Educação, reafirmando os princípios e estabelecendo diretrizes e metas do PNE da Sociedade Brasileira, visando à atualização desse instrumento de luta como proposta contrária à que vem sendo empreendida pelos governos.

II - POR UM DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO, EM ESPECIAL, SOBRE AS PROPOSTAS PARA SUA REFORMULAÇÃO.

Diante da conjuntura descrita e dos argumentos expostos, o 33º Congresso do ANDES-SN delibera que sejam tratadas como questões centrais da atuação do Sindicato no ano de 2014 as seguintes ações:

1. Intensificar na base a discussão sobre as reformas na educação básica, em especial sobre o PL 6.840/2013, reconhecendo a pluralidade de setores que compõem a base do nosso Sindicato.
2. Lutar contra a aprovação do PL 6.840/2013;
3. Intensificar na base, em especial com os professores dos colégios de aplicação, dos colégios técnicos vinculados às universidades, dos centros federais de educação tecnológica e dos institutos federais e estaduais, a divulgação e a discussão sobre o Encontro Nacional da Educação, reconhecendo-o como um importante espaço de discussão das questões relacionadas às políticas para o ensino médio.
4. Articular, através do setorial de educação da CSP-Conlutas e com outros sindicatos de profissionais da educação e movimentos sociais e populares espaços de discussão sobre a educação básica e a educação profissional e tecnológica.

III - O ANDES-SN E A UNIVERSIDADE POPULAR

O 33º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN deve incorporar-se ao debate nacional sobre universidade popular na busca de fortalecer os laços do Movimento Docente com os movimentos sociais.

PLANO DE LUTAS

III - EDUCAÇÃO

3.1 Encontro Nacional de Educação

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades até junho de 2014, antecedendo o Encontro Nacional de Educação para agosto de 2014;
2. Realizar o Encontro Nacional de Educação em agosto de 2014;
3. Considerando o teor do PNE votado no Senado e a intenção de votação sumária do Plano na Câmara, articular com as entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais a realização de uma plenária nacional em março (ou em data próxima a ser acertada com as entidades), objetivando organizar um calendário de lutas como parte do processo de construção do Encontro Nacional de Educação;
4. Indicar que o Encontro Nacional de Educação deflagra um processo de atualização do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira.

3.2 Atualização dos PLs em tramitação no Congresso Nacional

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar a luta contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 518/2009, que, se aprovado, resultará em maior fragmentação e desarticulação da educação nacional, na medida em que separaria a educação básica da superior, transferindo esta última para o MCeT;
2. Intensificar a atuação no Congresso Nacional junto aos parlamentares no sentido de apresentar a posição do ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, para que os parlamentares se posicionem contrários ao INSAES (PL 4372/12);
3. Mobilizar as seções sindicais para que entrem em contato com os parlamentares de seus estados (deputados federais e senadores) exigindo que se posicionem contra o PL 4372/12 (INSAES);
4. Lutar pela revogação da Lei nº 12881, de 12/11/2013 (Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior), tendo em vista seu caráter privatista que permite a transferência de recursos públicos por meio de parcerias e subsídios estatais às IES privadas;
5. Intensificar na base as ações de discussão sobre as reformas na educação básica e publicizar a posição do ANDES-SN contrária ao PL 1840/13, que propôs a reforma no ensino médio;
6. Produzir e divulgar material de esclarecimento para as bases a respeito dos conteúdos e efeitos dos projetos de lei em tramitação e das novas leis anteriormente referidas (PL 4372/12, PL 518/09, PL 1840/13, Lei 12881/13).

3.3 Em defesa da autonomia universitária e da democracia plena

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar ações de denúncia, esclarecimento e mobilização pela derrubada da proposta de Lei Orgânica das IFES, apresentada pela ANDIFES;
2. Intensificar ações de mobilização em defesa de processos estatuintes livres e soberanos, em defesa da autonomia universitária e da democracia plena, pela derrubada da Lei Orgânica das Universidades;
3. Intensificar a luta contra o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).

TR - 13

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Denunciar a intensificação da mercantilização da educação, precarização do trabalho e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024);
2. Envidar esforços juntos as seções sindicais para a criação e fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública;
3. Propor aos Comitês Estaduais a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação;
4. Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente na EAD;
5. Acompanhar a tramitação da PEC 10/2014 e discutir, no GTPE e no Setor IEES/IMES e IFE, o significado da criação do sistema único de educação superior, levando em conta a autonomia das instituições;
6. Aprofundar as discussões sobre a reforma nos cursos de formação de professores, nos GTPE nacional e locais;
7. Realizar no primeiro semestre 2015 o IV Seminário de Estado e Educação, tendo como tema a contra reforma do Estado e os impactos na educação pública;
8. Intensificar a luta contra o produtivismo, que está presente nos critérios de progressão e promoção dos docentes das instituições federais, reeditando a GED, e acirrando a competitividade entre os professores;
9. Denunciar a proposta anunciada pelo presidente da CAPES de contratar professores por meio

das Organizações Sociais, eliminando o ingresso por meio de concurso público, transferindo para entidades privadas uma tarefa do Estado;

10. Continuar o acompanhamento das matérias em tramitação no Congresso Nacional e Assembleias Legislativas que digam respeito às políticas educacionais, atualizando as discussões, assim como realizando ações de enfrentamento às reformas educacionais implementadas pelo Estado.

TEXTO 14

Contribuição da Diretoria da ADUNIRIO Seção Sindical

A PRECARIZAÇÃO PELA POLÍTICA DE EAD NO BRASIL

TEXTO DE APOIO

A lógica da reforma do estado brasileiro em geral, e do setor educacional em particular, seguiu a máxima neoliberal, indicada ainda no governo Sarney pelo economista Bresser Pereira: expandir com custo reduzido. Todos os governos que o sucederam continuaram aplicando o mesmo princípio, desde Collor de Mello, Itamar Franco, seu sucessor FHC, seguido por Lula e Dilma. A LDB 9394/96 é o principal fruto dessa lógica no campo educacional, sendo a EAD sua expressão mais contundente. Outra área do campo educacional a ser diretamente afetada pela LDB foi a da formação de professores. Havia, como ainda há até hoje, um certo consenso entre os professores e os responsáveis pelas políticas públicas educacionais que, sem a melhoria da formação de professores, a educação básica não atingiria a qualidade mínima requerida.

O governo do Estado do Rio de Janeiro, na gestão do Sr. Anthony William Matheus de Oliveira - Garotinho (1998 a 2002), uniu a necessidade de melhoria da formação com a EAD, permitida pela LDB e instituiu, no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, o projeto CEDERJ, em 1999. Tomou como base dessa criação antigo projeto do falecido Senador Darcy Ribeiro, cuja ideia primeira era aproveitar a reconhecida excelência do ensino das Universidades Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro e formar um consórcio entre as mesmas para levar ao interior do estado um ensino superior público de qualidade.

Este consórcio, financiado inicialmente pelo Governo do Estado, assumiu a função de agência articuladora da criação dos cursos nas universidades consorciadas, produtora e distribuidora de material didático, de apoio a toda a logística necessária ao funcionamento dos cursos, articuladora das condições político-pedagógicas de sustentação dos polos nos municípios onde se instala, além de, secundariamente, ser o órgão a oferecer cursos de formação continuada através do setor de extensão. No processo de consolidação jurídica da instituição, o consórcio fundiu-se ao Centro de Ciências do Estado do Rio de Janeiro dando origem à Fundação CECIERJ.

As universidades são as responsáveis pelos cursos, são as instituições certificadoras e legalmente reconhecidas para esse fim. Há cursos que são ofertados por uma só instituição, outros que são partilhados entre uma ou mais instituições.

O consórcio e as universidades partilham as responsabilidades pela seleção de tutores, tanto os que atuarão nos polos (chamados de tutores presenciais), quanto os que atuarão na sede do curso (chamados de tutores à distância). Todos esses profissionais são pagos através de bolsas, que podem ser oriundas do CEDERJ, a partir de seleção pública com validade de 2 anos, ou da UAB, também a partir de seleção pública, mas como pré-requisito o tutor deve estar vinculado a

Programa de Pós-Graduação ou ser servidor público. Todos os processos seletivos são pensados de forma a não caracterizar vínculo empregatício.

Hoje esse modelo de expansão atingiu uma quantidade expressiva de alunos e já conta, no Estado do Rio de Janeiro, com 12 cursos ou mais de graduação que se espalham por quase todos os municípios do estado. O modelo criado no Rio de Janeiro se expandiu para o Brasil. Hoje são 1206 os cursos ofertados, entre Tecnológicos, Bacharelados, Licenciaturas e Pós-Graduações em 677 polos distribuídos pelo país, ofertados por 96 instituições de ensino públicas (Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais).

Outro elemento que sustenta este projeto de educação à distância é a diversificação do papel docente (polidocência). Para muitos estudiosos, a docência presencial já se configura como uma atividade multideterminada, que depende de fatores institucionais, culturais e individuais. Em relação à docência realizada na modalidade à distância, entende-se comumente que novos saberes precisam ser incorporados pelos professores, com destaque para o domínio das tecnologias de informação e comunicação, a gestão do tempo e o gerenciamento de uma equipe de tutores como os principais. Corroboramos desse entendimento, embora entendamos também que, no caso específico do uso das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) nas reformas educacionais brasileiras, o mesmo é consequência das exigências internacionais e são utilizados como elementos do processo de individualização de formação do trabalhador.

Agrava o quadro o fato desse trabalho polidocente ser levado a termo de forma precária. Quais são as características dessa precarização?

1 A inexistência de vínculo trabalhista e de garantias legais na execução do trabalho. Os docentes das universidades ganham bolsas que complementam seus salários, embora por um valor h/a menor do que o pago pelo vínculo institucional. Além disso, assumem as tarefas dessa docência como secundárias no seu fazer cotidiano, uma vez que estas não contribuem para a sua progressão docente e não contam pontos para o currículo Lattes;

2 Os tutores presenciais e à distância recebem bolsas e não estabelecem um vínculo trabalhista formal com qualquer instituição, nem com a universidade, nem com o consórcio nem com a prefeitura que mantém o polo. O valor dessas bolsas é nivelado ao dos professores da educação básica estadual, em termos de hora/aula, o que os distancia ainda mais de uma remuneração semelhante a dos demais professores das IES (Instituições de Ensino Superior);

3 A coordenação das disciplinas, a cargo dos professores das IES consorciadas, obriga estes docentes a articular os tutores presenciais e à distância. Os tutores presenciais, que estarão em contato com os alunos e os orientarão nos estudos, têm períodos curtíssimos (1 sábado no Rio de Janeiro, como norma) de preparação geral, e nesses encontros discutem as funções de um tutor à distância e um treinamento para uso da plataforma. É possível que nesses encontros eles tenham momentos com os coordenadores das disciplinas pelas quais serão responsáveis nos polos (é comum o mesmo tutor presencial ser responsável por mais de uma disciplina do curso). Essa preparação específica, quando existe, ocupa 1/3 do tempo total disponível. Ao longo do curso são pouquíssimas as oportunidades de troca e interação entre esses sujeitos, o que pode causar ruídos na comunicação e dificuldades ao aprendizado dos alunos;

4 A seleção de tutores à distância privilegia alunos de cursos de pós-graduação que, mesmo já sendo, na sua maioria, professores de origem, assumem tal tarefa entendendo-a como temporária, passageira e, portanto, distante da sua atividade preferencial e/ou principal, o que aliás é característica de toda a polidocência que forma esta rede.

5 As dificuldades desses colegas tutores se filiam aos sindicatos docentes das universidades uma vez que não estão formalmente vinculados às instituições.

6 A fragmentação da relação dos docentes das IES com seu sindicato, uma vez que, pela quebra da autonomia universitária, a remuneração dos colegas tutores pode ser cortada em caso de adesão a uma paralisação ou a uma greve.

A luta pela melhoria desse sistema passa pela rediscussão do modelo pedagógico adotado, pelo desafio de retomar a autonomia universitária aviltada nesta política pública e, principalmente,

no nosso entendimento, pela esfera da luta sindical, uma vez que são os interesses e direitos das professoras e professores que estão em risco. Há vários colegas que já trabalham há muitos anos no sistema e não terão contabilizado esse tempo de atuação no cálculo para a aposentadoria - se saírem hoje não recebem qualquer tipo de indenização. Férias, nesse sistema, não existem. Em diversos estados da federação os tutores e coordenadores de disciplina recebem 10 bolsas por ano trabalhado. No caso do Rio de Janeiro, não há interrupção de pagamento, pois os cursos funcionam como fluxo contínuo. Em muitos estados e instituições, essa atuação como tutor não é considerada como atuação docente e, portanto, são inúteis para aproveitamento em concursos públicos da área.

A proposta de debate sobre o frágil e precário vínculo dos professores tutores denuncia como a EAD é uma das formas mais explícitas de precarização do trabalho na universidade na atual conjuntura. Assim como os contratos de professor substituto e temporário, similar ao professor horista, também o são.

Temos convicção sobre a importância do debate mais amplo sobre a expansão precarizada nas universidades e suas diferentes manifestações. Há uma clara disputa entre diferentes projetos de universidade, tendo em vista o modelo de expansão imposto via REUNI, em detrimento dos princípios elaborados e defendidos pelo ANDES.

Portanto, conclui-se que a EAD está incluída no debate sobre a fragmentação e demais formas de precarização, como a falta de espaço e de estrutura para o docente trabalhar, dentre outros. Este debate, além de examinar e tencionar a contínua precarização do trabalho docente na universidade como um todo, alude à necessidade de travar uma luta unitária em relação à precarização da educação nos âmbitos do ensino básico, fundamental e médio.

TR - 14

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar um seminário nacional para debater a questão da precarização nas Universidades, considerando o percurso histórico deste processo e não somente questões conjunturais, bem como enfrentando a questão da filiação dos colegas denominados tutores de EAD aos nossos sindicato (de modo a unificar a luta desses professores por condições dignas de trabalho e para terem respeitados seus direitos trabalhistas e previdenciários).
2. Realizar um levantamentos, pelas Seções Sindicais, da situação de precarização em suas universidades\campi, seja pela EAD seja por outras formas.

TEXTO 15

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)

POLÍTICA EDUCACIONAL E A LUTA E OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

A luta pelo PNE foi o encaminhamento da política governista da CUT-PT e CTB-PCdoB de formação de um plano de Estado para educação construído e legitimado com organizações

sindicais e partidárias que se dizem de oposição. O fato é que os setores governistas e paragovernistas apostaram na representação ou lobby parlamentar e na aprovação de um Plano dentro de um Congresso controlado pelo governismo e por forças políticas conservadoras.

O PNE como um todo se insere em um padrão neoliberal de desenvolvimento. Não iludir a sociedade sobre pretensas positivities do PNE e adotar o caminho da ação direta e mobilização pela base como método de luta foi a alternativa para a construção de pautas unificadas do setor de educação, o que garantiu experiências do poder de pressão e não a ilusória via eleitoral e parlamentar viciada da burguesia.

Para enfrentar um Plano de educação Estatal decenal que atinge todos níveis e modalidades de ensino, das creches à pós-graduação, é preciso articular todas categorias da educação. A partir da ruptura com os modelos de organização e pautas corporativistas que conseguiremos passar da mera luta defensiva à ofensiva coletivista dos trabalhadores e estudantes.

A luta por mais verbas para a educação se insere na disputa contra a burguesia pelo Fundo Público, que é a riqueza produzida pelos trabalhadores e arrecadada pelos Estado através de imposto. Assim, é uma luta encarniçada, embora indireta, contra a exploração e pelo avanço dos direitos coletivos na sociedade.

Esta luta jamais será vitoriosa através das regras do Estado burguês, conservador, empresarial e repressor por essência. Portanto, aumentar a verba nacional para educação não resolve por si os problemas dos trabalhadores da educação, muito menos quando se limita a “luta parlamentar”. Neste sentido, devemos rechaçar a construção de um “outro PNE” a ser defendido por representantes de partidos políticos no congresso e servir de plataforma eleitoral aos partidos da esquerda institucional.

O ponto fundamental é estabelecer um Plano Nacional de Luta por melhores condições de trabalho e ensino desse massivo e importante setor da classe trabalhadora. Nossa luta deve ser contra as medidas neoliberais de desenvolvimento e por melhores condições de trabalho, combatendo a perda salarial, a precarização do trabalho, a terceirização e o crescente processo de concentração do capital na educação.

Não devemos separar as reivindicações dos modelos organizativos. Basta de criticar a base por seu economicismo e pretensa incapacidade de associação classista e luta combativa, pois estes mesmos críticos são aqueles que nas assembleias e congressos agem como “professores” do corporativismo e legalismo. É preciso apostar no protagonismo dos trabalhadores da educação, organizar uma plataforma comum de luta e através da ação direta impedir as reformas do ensino que tem retirado autonomia didática e precarizado cada vez as condições de ensino e trabalho.

TR – 15

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Convocar para abril de 2015 uma Plenária de Luta dos Trabalhadores da Educação, eleitos em assembleias de base de todas as redes que terá como função construir e deflagrar a greve unificada dos trabalhos da educação em 2015 e definir sua pauta;

TEXTO 16

Contribuição dos professores Andrey Cordeiro Ferreira (ADUR), Graciela Garcia (Adur), Rômulo Castro (ADCEFET-RJ), Caroline Bordalo (ADCEFET-RJ)

TERCEIRIZAÇÕES E DESIGUALDADES NA COMUNIDADE ACADÊMICA: IMPULSIONAR A LUTA DOS TRABALHADORES TERCEIRIZADOS!

TEXTO DE APOIO

Dados de pesquisa indicam que cerca 11 milhões de trabalhadores integram o quadro dos terceirizados no país, equivalente a 22% dos 50 milhões de empregados formais. Com a segmentação cada vez maior de tarefas específicas, esses números devem continuar aumentando. Nos EUA, por exemplo, onde o processo está adiantado, a terceirização alcança 60% da produção; na Europa, 90%. As Instituições de Ensino em nosso país, desde os anos 1990, vêm aprofundando as relações de trabalho com base em contratação de empresas de terceirização.

O poder econômico forçou o processo das terceirizações de serviços no mundo do trabalho, sem debate prévio e de forma a apenas garantir os interesses do grande capital, representado pelas empresas que controlam ideologicamente o Estado. Assim, dentre os que trabalham na universidade hoje, assistimos, com as terceirizações, aumentarem os processos de superexploração do trabalho, figurando o trabalhador contratado em regime de terceirização, o maior prejudicado neste processo desumano.

Aqui, neste ponto, é preciso enfatizar que o trabalhador terceirizado também é integrante da comunidade acadêmica, mas agora categorizando para comprometer, juntamente com os estudantes, os docentes e os técnicos administrativos. Nesta questão central, não há como pensar em relações democráticas e justiça social, se no universo do trabalho temos companheiros (as) que compõem nossa comunidade, coexistindo na condição de empregados superexplorados, sejam pelas condições de trabalho precarizadas, seja pela remuneração pífia, ou pelos direitos trabalhistas usurpados, ou ainda pela dificuldade de organização sindical.

É com esse ser ganancioso, o empresário das terceirizações, que as Instituições de Ensino mantêm contratos vultosos, e na plena consciência de que essa prática é cruel, desumana e contraditória à sua missão e objetivos históricos. Aos exploradores capitalistas: firulas e rapapés por parte dos gestores contratantes. Aos trabalhadores: procurem seus direitos. E assim sobra uma relação distante para com os trabalhadores, pois juridicamente a universidade não tem relação empregatícia direta com os mesmos. E a situação pode se agravar com a aprovação do PL 4330.

Não é raro, em reuniões oficiais sobre o problema das terceirizações, a culpa cair em cima dos próprios trabalhadores, que chegam a ser identificados como “preguiçosos” e “ruins de serviço”. Além das humilhações, os terceirizados sofrem a dupla exploração: da empresa e da Academia; e não se enquadram para fins de afiliação nas representações sindicais da “comunidade”, dificultando sua organização e emancipação.

Os proletários, vítimas das empresas inescrupulosas das terceirizações, tomam chá de cadeira nos órgãos públicos da justiça trabalhista. E com fome e sede, retornam para suas casas distantes, na melhor das hipóteses, com um número de protocolo ou recibo em mãos. Nada que garanta o sustento imediato.

Por isso é hora dos trabalhadores terceirizados encontrarem na organização sindical de TAs e Docentes, e do movimento estudantil um ponto de apoio da sua própria organização. Hoje temos como tarefa estratégica lutar contra o PL 4330. Mas essa luta não se resume a denúncia das terceirizações. Essa luta passa pela construção da organização dos trabalhadores terceirizados dentro das universidades, com a solidariedade de estudantes, docentes e TAs.

TR - 16

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Iniciar campanha em janeiro de 2015 em defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados das universidades, contra o PL 4330 e contra a terceirização em geral, dando todo apoio material e político aos trabalhadores terceirizados e formas de organização autônomas em relação ao sindicalismo de Estado.
2. o ANDES irá organizar até novembro de 2015 Encontro de Trabalhadores Terceirizados visando fortalecer sua organização;
3. o congresso do ANDES, para combater a violência contra a mulher, resolver deliberar pela construção de comitês de autodefesa da mulher, organismos de base unificado de todas as categorias dentro da universidade (estudantes, técnicos, terceirizados), com função de organizar a luta contra a violência contra a mulher e contra o machismo
4. o congresso do ANDES, reconhecendo que a política neodesenvolvimentista tem promovido a criminalização e violência contra povos indígenas e camponeses, resolve apoiar materialmente às lutas dos povos e camponeses em diversas regiões do Brasil e iniciar uma campanha nacional de denúncia dos crimes contra povos e crimes ambientais cometidos em razão desse modelo de desenvolvimento.



Diretoria do ANDES-SN

A QUESTÃO DOS DIREITOS DA PREVIDÊNCIA E AS PERSPECTIVAS DA CLASSE TRABALHADORA

TEXTO DE APOIO

As sucessivas crises do sistema capitalista, em particular nas últimas décadas, têm demonstrado a fragilidade da nova fase neoliberal e o estado de permanente de crise de um lado, e o acúmulo de capital por parte da burguesia, por outro, em detrimento da precarização da classe trabalhadora, ou seja, em qualquer situação o trabalhador além de não avançar progressivamente, retroage na garantia dos direitos.

Um dos indícios desse quadro atual é o nível de desempregado em vários países do mundo, a desaceleração do crescimento econômico, isso na Europa, Ásia, e até os Estadunidenses em que o sistema capitalista levantava a “bandeira” de sua eficiência que em grande medida e, historicamente, se sabe é apenas temporária uma vez que o sistema opera com acúmulo de capital em detrimento do trabalhador.

É nesse cenário que está instalada uma política de seguridade social que, a partir de uma análise política, os transforma em uma questão a ser enfrentada que é a perda dos direitos sociais nos marcos do capitalismo e das contrarreformas do estado burguês como está ocorrendo em países da Europa e em toda a América Latina. A reforma da previdência no Brasil, iniciada nos anos 1990, foi resposta dos governos FHC, LULA e DILMA, às orientações do consenso de Washington (1989), coordenadas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

O Governo FHC criou a Lei de Previdência Complementar para os trabalhadores em Regime Celetista, estabelecendo um teto para os aposentados. Posteriormente, Lula da Silva estendeu essa lei para os servidores públicos federais e a regulamentou por meio da Emenda Constitucional nº 41/2003. Um dos pontos importantes que permaneceu nas duas reformas (FHC e Lula), foi a taxação dos inativos. A reforma foi uma medida imediata, sem discussão com os trabalhadores, materializada nos acordos por cima e coerente com a política econômica adotada no período de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores. Essa emenda alterou a redação da Emenda nº 20/98 que substituiu a exigência da Lei Complementar (aprovada por maioria absoluta) para definir as normas do fundo de pensão por meio de Lei Ordinária (maioria simples). No governo Dilma, o referido Regime de Previdência Complementar foi disciplinado por meio da Lei nº 12.618/2012 (que instituiu o Regime de Previdência Complementar) para o servidor. O golpe dado pelo governo aos trabalhadores se estendeu aos servidores públicos federais em paralelo a uma luta que levou à uma das maiores greves nos anos 2000 dos docentes das IFES.

Cabe ressaltar que as reformas foram realizadas com argumentos falaciosos de que a previdência causava prejuízos ao estado, no entanto, o que foi e vem sendo constatado é um *superávit* da previdência¹, principalmente porque o fundo foi historicamente utilizado para outros interesses dos governos. No mais, como um fundo que dá prejuízos, pode ser administrado por instituições privadas que visam lucros?

A falácia dos argumentos se estendia principalmente à justiça social, entre trabalhadores celetistas e servidores públicos. Tudo para não justificar o atendimento aos interesses do aumento do capital financeiro e garantir a reprodução das regras financeiras vigentes internacionalmente. O que decorre dessas medidas é uma previdência que segue as regras instituídas pelos investidores financeiros. O pagamento dos aposentados e pensionistas se baseia em uma fórmula (art. 3º da Lei 12.618/2012) que dificilmente poderá ser colocada à prova.

Ao mesmo tempo, os recursos que compõem a fonte do sistema da Seguridade Social cumprem um papel importante na sustentação da política econômica e social dos governos. A Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada em 1984, foi seguida pelos Governos Lula e Dilma, e gera mais problemas e indefinições no controle dos recursos da Seguridade Social, tendo em vista que flexibiliza a utilização dos recursos da previdência em despesas de maior prioridade dos governos, além de permitir o *superávit* primário que contribui para que se controle a inflação. Isto é, o orçamento da previdência está todo o tempo sendo utilizado para fins de controle dos recursos para pagamento de dívida pública, por exemplo, e não dividir o orçamento com os estados e municípios – é um cheque em branco para os governos ficarem adimplentes com os investidores internacionais; significa dizer que 20% do orçamento não é retornado para os direitos da saúde, da previdência e assistência social.

¹ Ver blog da previdência (www.blog.previdencia.gov.br)

Nas últimas décadas o governo tem apresentado proposta de diversos modelos de aposentadoria tanto privada quanto mista cujo objetivo é intensificar o achatamento do salário e das condições de vida material do aposentado. Não satisfeito com as diversas investidas contra o segmento que cumpriu sua parte no “acordo” (pagou a previdência a vida toda), e considerando que há um número crescente de aposentados, o que reflete em alguma medida a longevidade mesmo que contraditoriamente do trabalhador, o sistema tem o argumento da insustentabilidade da previdência, a partir disso vem cada vez mais criando e impondo modelos diferenciados para a mesma categoria, com a mesma atividade e plano de carreira. O Funpresp é um exemplo claro desse processo.

O Governo fez a alteração nos parágrafos 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal do Brasil, conforme texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de Julho de 2010, criando duas grandes classes de servidores públicos federais, aqueles que ingressaram após 04 de Fevereiro de 2013 que terão seus benefícios do RPPS (Regime de Previdência dos Servidores Públicos) sujeitos ao teto do Regime Geral da Previdência Social, e aqueles cujo ingresso no Serviço Público ocorreu antes desta data, que terão seus proventos integrais, caso tenham ingressado antes de 19 de Dezembro de 2003, e ainda aqueles, cujos proventos serão calculados sobre 80% das maiores contribuições, sendo que todos exercerão as mesmas funções durante seu tempo de servidor ativo, mas quando de suas aposentadorias serão tratados de modo totalmente desigual.

A aposentadoria no Regime de Previdência Complementar será calculada levando em conta a expectativa de vida do filiado, de modo que se o servidor viver mais que esta expectativa terá seu provento reduzido. Não existem garantias de que ao se aposentar pelos RPPS e RPC o servidor tenha seu provento igual ao que receberia se estivesse na ativa.

Distintamente dos fundos de pensão denominados “benefício definido”, onde o trabalhador contribui ao longo dos anos com a garantia de um valor do benefício, no momento de sua aposentadoria os fundos de pensão instituídos para os trabalhadores do serviço público são do tipo “contribuição definida”.

Isso significa que os trabalhadores sabem o valor de sua contribuição, mas o valor de seu benefício dependerá de um cálculo que considera vários fatores, com destaque para o elemento que impõe maior risco para esse regime que é a dependência que se estabelece entre o valor do benefício futuro e a rentabilidade das aplicações do Fundo no mercado de capitais.

As experiências internacionais e nacionais já permitem evidenciar o risco intrínseco que o trabalhador corre ao contribuir para os fundos de pensão ao longo da sua vida laboral e, em decorrência não de aplicações “boas” ou “ruins”, mas da natureza desta “previdência”, que mais se assemelha a uma aplicação financeira, devido ao ser caráter de regime de capitalização.

Vários exemplos podem ser resgatados. No ano de 2013, o POSTALIS e fundos de pensão de outras estatais perderam valores expressivos devido aos investimentos nas empresas de Eike Batista, MDX CCX e outras. Outro exemplo remete ao Fundo da Copel (Companhia de Abastecimento de Água do Estado do Paraná), que está cobrando um determinado número de contribuições extras para efetuar um ajuste do seu passivo assistencial. Sob o argumento de que o “investimento” nos fundos de pensão é mais vantajoso para os trabalhadores devido ao fato da contribuição ser em dobro se comparada a qualquer investimento individual que o trabalhador faça, o governo, a

Fundação de Direito Privado – FUNPRESP-EXE –, e as administrações têm sustentado sua argumentação em favor da adesão.

Por óbvio que, no caso dos fundos de pensão, a contribuição do trabalhador é acrescida da contribuição do empregador na ordem de 1 para 1, até o limite de 8,5%; mas esse acréscimo não garante um benefício complementar que signifique a integralidade perdida pela reforma da previdência. Isso se dá porque o benefício dependerá da “rentabilidade” das aplicações do fundo, colocando em risco o conjunto das aplicações – do trabalhador e do empregador.

A baixa adesão dos trabalhadores do serviço público, em particular dos docentes das IFE, e os rebatimentos negativos na viabilidade dos fundos de pensão instituídos, geraram uma nova ofensiva das FUNPRESP-EXE, que tem como parceiros nessa ofensiva as administrações das instituições públicas e sindicalistas, que precisa ser enfrentada pelo conjunto das entidades dos servidores públicos.

Argumentos, como os expressos acima, se somam aos argumentos dos sindicalistas que disputam os cargos nos colegiados de gestão dos fundos de que é possível uma administração segura para os trabalhadores, baseada em investimentos no setor produtivo ao invés de investimentos no capital especulativo.

A opção pela disputa por um capitalismo humanizado se expressa, nesse caso, em uma disputa por um fundo de menor risco para os trabalhadores, desconsiderando que o argumento que a sustenta representa defender o investimento em empresas que, por serem mais produtivas, resultam na ampliação da exploração de seus trabalhadores, expressando uma ausência de perspectiva solidária entre os trabalhadores.

A adoção dessa perspectiva já é conhecida desde a conversão de dirigentes sindicais das estatais em “gestores do capital”, denominados ainda como uma “nova classe social” ou ainda como representantes de uma “esquerda para o capital”.

Não entrando no debate em curso sobre a caracterização desses “dirigentes sindicais”, o fato é que abandonaram a perspectiva classista, e que essa realidade se expressa no serviço público, sendo um elemento a mais na conjuntura para considerarmos em nossas ações no plano de lutas.

No entanto, essas investidas também tem sido combatidas por iniciativas de trabalhadores. O INSTITUTO MOSAP (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), é um desses exemplos. O instituto, do qual o ANDES-SN desenvolve, em algumas situações pontuais, ações conjuntas com outras entidades do serviço público federal na tentativa de revogar essa contribuição injusta e desenvolver ações pela aprovação da PEC 555/2006.

Outros protagonistas de luta no Congresso Nacional são os aposentados do INSS, que tem a frente a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados, pensionistas e idosos) que travam a luta pela aprovação do PL 4434/2008. Este reajusta as aposentadorias do INSS pelo mesmo número de salários da época da concessão do benefício. Este PL se faz necessário, tendo em vista a grande defasagem que vem sofrendo os benefícios dos aposentados e pensionistas, comparando os valores da época da aposentadoria com o que eles recebem nos dias de hoje.

Os defensores de ambas as propostas travavam suas lutas separadas ao longo dos anos nas instâncias legislativas, lutando por suas respectivas reivindicações. Ocorreu que em 05 de Agosto de 2014 essas duas frentes se uniram para fortalecer as suas lutas. Criou no Congresso Nacional em Brasília, o Movimento Unificado dos Idosos, aposentados e Pensionistas do Serviço Público e do INSS, o chamado “UNA-SE”. O objetivo é o de

sensibilizar os parlamentares, para colocar na pauta de votação a PEC 555/2006 e no PL4434/2008. Neste caso, o ANDES-SN também tem ações pontuais por considerar que é necessário travar as lutas conjuntamente, desde quando não firam a autonomia dos servidores públicos.

Um elemento importante a ser destacado nessa conjuntura foi a intensificação das lutas contra os processos de retiradas dos direitos no interior das IFES. Ao mesmo tempo, o conjunto de greves que também foram deflagradas em 2014 nas estaduais, apontam para a necessidade de intensificar a luta em torno da garantia dos direitos previdenciários públicos, assim como, com o conjunto da classe trabalhadora, incluindo os SPF para que a classe tenha mais força na luta pela reversão da Reforma da Previdência.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS

V – SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Em relação à privatização da saúde e à EBSEH, o ANDES-SN, as secretarias regionais e as seções sindicais devem:

1.1 intensificar ações de enfrentamento à política de desmonte da saúde pública que vem sendo implementada pelos governos das três esferas, reforçando a participação do ANDES-SN e das seções sindicais na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde;

1.2 denunciar e intensificar ações de enfrentamento à pressão exercida pelo governo para a adesão das IFES à EBSEH, expressa através de:

a) dispositivos administrativos – redução de recursos materiais e não realização de concursos públicos para preenchimentos de vagas, no sentido de inviabilizar o funcionamento pleno dos HU que não aderiram;

b) vinculação da criação de novos cursos de medicina (incluindo os dispositivos no Programa Mais Médicos) à construção e/ou federalização de hospitais e imediata contratualização com a EBSEH;

1.3 realizar levantamento, acompanhar e denunciar irregularidades administrativas, de atendimento a pacientes e nas relações de trabalho, bem como no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos HU nas IFES, em decorrência da adesão à EBSEH.

1.4 organizar e divulgar estudos, análises e projetos elaborados pelas seções sindicais referentes à defesa dos HUs como parte indissociável da universidade pública.

1.5 realizar campanha pública com organização e participação em plenárias, mobilizações e campanha de comunicação que posicione a luta contra a EBSEH como uma luta da classe trabalhadora pela saúde e educação públicas.

2. Em relação ao FUNPRESP e aposentadoria:

2.1 intensificar a articulação com os demais SPF (federal, estadual e municipal) para o recrudescimento da luta em 2014 contra o FUNPRESP e demais fundos privados, que vêm sendo criados em estados e municípios;

2.2 intensificar as lutas contra o FUNPRESP nas IFES, ampliando a divulgação do

material já produzido (cartilha, panfleto explicativo e cartaz) e intensificar o debate sobre os riscos a que ficam expostas as aposentadorias;

2.3 que as seções sindicais façam o levantamento junto aos DRH sobre solicitações de aposentadoria especiais baseadas na MI 880 que estejam enfrentando dificuldades de efetivação;

2.4 que as seções sindicais encaminhem para a secretaria do ANDES-SN o resultado deste levantamento para sua socialização com as outras seções sindicais, e para subsidiar possíveis ações do Sindicato em busca de uma solução definitiva;

2.5 ampliar a articulação com as outras entidades de servidores públicos federais, estaduais e municipais para montar estratégias de ações no Congresso Nacional, nos estados e municípios de forma a pressionar os deputados federais, intensificando a luta pela aprovação da PEC 555/2006 (que propõe a eliminação da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas).

2.6 alertar os novos docentes que ocuparam cargo público anterior sem descontinuidade, seja municipal, estadual ou federal, sobre o seu direito de se manterem no sistema previdenciário anterior a 2013.

2.7 retomar a luta pelo direito à aposentadoria com a remuneração do padrão de classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado, conforme previa o artigo 192 do RJU, revogado pela Lei nº 9.527, de 11.12.97.

3. Em relação à Saúde do Trabalhador:

3.1 que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre condições de trabalho e adoecimento docente em suas bases;

3.2 que o ANDES-SN participe do Setorial Nacional de Saúde do Trabalhador da CSP-Conlutas, assim como dos setores estaduais através de suas secretarias regionais e seções sindicais, e envie esforços para a criação destas onde não existam;

3.3 que as seções sindicais organizem espaços de discussão sobre a tese do risco e manutenção do risco para a saúde do trabalhador docente frente às condições de trabalho, e a inadimplência do governo frente a essas situações.

3.4 que as seções sindicais do setor das IFES levanten a situação da implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) junto às reitorias das respectivas IFES para posterior discussão do assunto no GTSSA.

4. que o GTSS/A, em consonância com os GTs locais, abra discussão sobre a política nacional de saúde implementada pelo governo federal, que inclui o Programa Mais Médicos, a contratação de médicos estrangeiros e a política nacional de combate à dependência química.

5. que as seções sindicais e o GTSSA discutam as questões referentes à monetarização do risco e necessidade de regulamentação adicional às questões de insalubridade e periculosidade, para posterior posicionamento do ANDES-SN;

6. Que se estabeleçam espaços de diálogo com os docentes acerca do tema de insalubridade e periculosidade, dando novo significado a essa demanda sob a ótica da saúde do trabalhador.

7. Que as seções sindicais se empenhem na criação de novos espaços de participação dos professores aposentados, bem como na ampliação daqueles já existentes;

8. Dar maior centralidade à luta pelo direito dos aposentados;

- 9.** Recomendar às ADs que atualizem as informações quantitativas sobre o segmento de AP em suas IES e no quadro de associados;
- 10.** Com base nessas informações, no âmbito de cada seção sindical, realizar um levantamento exploratório coordenado pelo GTSSA, para estabelecer um perfil representativo dos APs, apontando para as estratégias de mobilização do segmento;
- 11.** Estimular as seções sindicais, com veemência, à realização da pesquisa sobre Saúde Docente através de sua universalização.
- 12.** Para formulação coletiva de diretrizes e estratégias de mobilização política dos aposentados e pensionistas apoiar:
- 12.1** Encontros estaduais de APs;
- 12.2** Encontros regionais de APs;
- 12.3** Encontro nacional de APs.

TR - 17

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Unificar a luta dos docentes contra o Sistema Previdenciário por meio das Seções Sindicais e Secretarias Regionais do ANDES-SN;
2. Estabelecer um calendário para realização de um dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas: federal, estadual, municipal (primeiro semestre 2015);
3. Realizar, no mês de Abril de 2015, um dia de luta pelos direitos de aposentadoria, articulando com os demais servidores públicos nos estados;
4. Intensificar a luta pelo direito dos aposentados e pensionistas através de um calendário que comporte encontros regionais e estaduais a partir da mobilização de base, unificando com os setores federais, estaduais e municipais;
5. Articular a luta pela estruturação da carreira docente à garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade.



Diretoria do ANDES-SN

EBSERH ampliando a luta em defesa da autonomia universitária e de Hospitais Universitários públicos

TEXTO DE APOIO

O ano de 2014 foi marcado pela intensificação das lutas em defesa dos HU públicos e contra a adesão à EBSERH. A submissão dos reitores às políticas governamentais, cuja expressão mais contundente foi a declaração de apoio à candidatura de Dilma Rousseff, tem se materializado,

inclusive, na atuação no interior das IFES, para garantir a assinatura do contrato entre a EBSEH e a universidade. Tal submissão tem se expressado desde as primeiras assinaturas de contratos no ano de 2013, muitas das vezes sem o debate nas instâncias de deliberação da universidade, incluindo em alguns casos a utilização de força policial para garantir a contratualização. A intensificação da mobilização dos três segmentos – estudantes, técnico-administrativos e docentes –, em articulação com os movimentos sociais, incluindo os fóruns contra a privatização da saúde, tem garantido a ampliação do debate sobre o caráter mercantilista e privatista da adesão e o processo de resistência. A defesa dos hospitais tem se materializado, inclusive, na construção de propostas que reafirmam a gestão estatal e pública.

Após o primeiro semestre de 2014, com um número insignificante de novas assinaturas de contratos, o último quadrimestre foi marcado pela intensificação da pressão das reitorias em favor das assinaturas, incluindo a retomada da perspectiva de adesão à EBSEH, onde já havia deliberação contrária das instâncias universitárias, como foi o caso da UFPR. Nesses casos, a iniciativa da administração universitária demonstra o desrespeito às deliberações dos Conselhos Superiores das Universidades.

As reitorias reiteram o argumento, já desmistificado, de que as medidas do TCU - Tribunal de Contas da União - exigem a contratualização com a EBSEH, omitindo e modificando o real conteúdo dos acordos que tratam da despreciação das relações de trabalho dos trabalhadores temporários dos HU, vinculados em sua maioria às Fundações privadas ditas de apoio, e demandam a realização de concurso público para os HU.

Em resposta às análises críticas, que desvendam o ataque à autonomia universitária e a descaracterização dos hospitais enquanto HU, as administrações universitárias adotam um discurso falacioso sobre o conteúdo da contratualização, veiculando informações que não retratam a realidade dos contratos já assinados como forma de argumentar a favor de uma possível elaboração de um contrato, que garanta a autonomia universitária.

A conjuntura atual, onde já há experiências em curso, incluindo a criação de filiais EBSEH, coloca a luta em um novo patamar que exige um aprofundamento da análise da implantação da EBSEH, particularmente no que se refere às evidências do ataque à autonomia universitária, à mercantilização das atividades realizadas nos HU e aos problemas decorrentes da adesão.

As ações judiciais em curso incluem a ADIN e diversas ações em nível local e devem se articular com a luta política. A liminar concedida em Minas Gerais, cujo objeto foi o contrato assinado entre UFJF e EBSEH, acrescentou novos elementos à luta na medida em que foi a primeira decisão judicial que incluiu o mérito da questão, que reproduz os argumentos construídos na nossa luta política.

Evidências do processo de mercantilização das atividades e do ataque à autonomia universitária

A análise dos contratos assinados entre a EBSEH e as Universidades Federais já fornece elementos que nos permitem o aprofundamento da análise sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e seu significado para a privatização e mercantilização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, e para a autonomia universitária. Até Novembro de 2014, havia 23 contratos assinados entre Universidades e a EBSEH com divulgação na página eletrônica da Empresa, referentes a 19 universidades federais.

A EBSEH adota a perspectiva da reforma gerencial do Estado propugnada por Bresser Pereira, que estabelece a separação entre o financiamento e a oferta das atividades ligadas às políticas sociais. A relação entre quem financia e quem oferta os serviços se operacionaliza a partir de contratos de gestão, sendo que as instituições que ofertam são por princípio de direito privado.

Essa configuração se materializava, na proposta de Bresser Pereira, a partir das Organizações Sociais – OS –; e foi retomada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva nas proposições de criação de instituições estatais de direito privado, como as Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP –, propostas a partir do PL 92 de 2007, e a EBSEH – Empresa Brasileira de Direito Privado –, dentre outras; e, mais recentemente, no governo de Dilma Rousseff, na

proposta de criação do INSI – Instituto Nacional de Saúde Indígena -, entidade civil de direito privado, instituído pelo Poder Público mediante autorização legislativa e regulamentado, por meio de decreto presidencial, para gerir a política de Saúde Indígena.

Os contratos de gestão vinculam o repasse de verbas mediante o atendimento de metas de desempenho expressas em indicadores quantitativos. No caso dos contratos analisados, cabe ressaltar que, tanto o seu texto como as metas e indicadores do Plano de Reestruturação, anexo do instrumento legal, expressam a existência de um padrão no conteúdo que se baseia em eixos centrais, dentre eles a “cessão do patrimônio”, as “obrigações e responsabilidades da contratada e da contratante”, “cargos diretivos do Hospital” e “extinção e vigência do contrato”.

A combinação dos elementos referentes à cessão do patrimônio, de forma integral e por prazo indeterminado, ou ainda de vinte anos, como é o caso de alguns contratos, com os poderes concedidos à Empresa pela lei que a criou – de obtenção de lucros e assinaturas de contratos e convênios, dentre outras atividades –, consolida a configuração de uma nova instituição, não mais Hospital Universitário, agora Filial EBSEH.

Não por acaso, a criação de filiais EBSEH - prevista na Lei 12550 e já implementada em alguns municípios sede das universidades onde houve a adesão – passa a fazer parte da segunda versão do regimento interno da EBSEH que, em seu artigo 49, denomina as Unidades Hospitalares administradas pela EBSEH como “Filiais”, assim como os novos contratos assinados, que incluem a criação da Filial, como etapa conclusiva do processo de transição previsto no documento.

A consolidação da perspectiva empresarial e mercantil, já apontada pelo ANDES-SN e pelas demais entidades sindicais e movimento estudantil e social, prossegue sendo evidenciada no ato mais recente da Empresa em suas resoluções 119, 120 e 121, datadas de 20 de Outubro de 2014, e publicadas no DOU de 22 de Outubro de 2014, que dispõem sobre a especificação das atividades econômicas secundárias de três filiais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH -, respectivamente, sob o argumento da “necessidade de detalhar as atividades econômicas secundárias, desenvolvidas nos hospitais universitários federais – filiais da Ebserh, com vistas ao adequado registro nas Juntas Comerciais e Receita Federal do Brasil”.

Considerando a autonomia, agora da EBSEH, de posse do patrimônio dos antes HU, hoje filiais EBSEH, autorizada pela sua constituição enquanto Empresa Estatal de Direito Privado na Lei 12550, adquiriu a prerrogativa, ainda que inconstitucional, tal como argumentada em ADIN, que aguarda apreciação, prosseguirá registrando suas diversas atividades enquanto atividades econômicas, tal como o fez, nas resoluções acima citadas e no posterior registro nas juntas comerciais, em relação ao conjunto de ações de assistência à saúde.

Chama a atenção o fato de que os contratos pouco tratam das atividades de ensino, pesquisa e extensão, características dos HU, sendo que as metas e indicadores apresentados dizem respeito à gestão propriamente dita e ao conjunto de atividades de prestação de serviços de assistência à saúde, doravante sob a responsabilidade da EBSEH, ferindo a autonomia da Universidade.

As atividades próprias de uma unidade universitária se resumem aos indicadores de Ensino e pesquisa expressos no número de vagas de residência em especialidades estratégicas para o SUS e nos conceitos dos programas de pós-graduação.

Soa mais evidente a autonomia da EBSEH e sua relação com a prestação de serviços educacionais quando, sob o argumento de garantir um “melhor contrato para a universidade”, se inclui um inciso na cláusula referente às obrigações da contratada que prevê a preservação dos espaços e serviços necessários para o processo de ensino e aprendizagem destinados à formação profissional e ao desenvolvimento de pesquisas e priorização de sua utilização no atendimento das demandas da universidade contratante, prevendo ainda que as solicitações do cenário de ensino possam ser consideradas, desde que, sem prejuízo da universidade contratante e priorizando instituições públicas.

A inclusão deste dispositivo evidencia mais o caráter autônomo da EBSEH em relação à universidade contratante ou, poderíamos dizer, cedente, e a viabilidade de mercantilização das

atividades de ensino, via “solicitações de cenários de ensino” por instituições privadas. Ainda que utilizado em apenas um dos contratos assinados e publicizados até o presente, esse argumento tem sido utilizado em favor da possibilidade de elaboração de contratos que garantam a autonomia universitária frente à gestão da EBSEH. Em seu conjunto, os contratos reproduzem os dispositivos da própria lei que criou a empresa, restando pequenas diferenças que, como a que aqui apresentamos, mais corroboram à consolidação da perspectiva empresarial e autônoma da empresa, como, por exemplo, a necessidade de inclusão de artigos que garantem a manutenção do nome do HU após a assinatura do contrato.

Nesse sentido, torna-se fundamental nossa ação com intuito de acompanhar a implementação da EBSEH, denunciando e combatendo a privatização e mercantilização das atividades, assim como documentando, sob a forma de dossiê, no sentido de reverter a contratualização e impedir a assinatura de novos contratos com a empresa.

A implementação da EBSEH reitera ainda a proposição de Bresser Pereira de reforma gerencial quando institui a contratação de trabalhadores pela CLT. A proposição de Emprego Público por nós derrotada, a partir de mobilização e luta conjunta com os SPF, foi retomada a partir da ampliação da adoção das Organizações Sociais em diferentes estados e municípios nas políticas sociais, notadamente no Sistema Único de Saúde.

A combinação de diversas formas de privatização – Fundações Estatais de Direito Privado, Organizações Sociais, EBSEH e congêneres –, sob a denominação falaciosa de mecanismos de melhoria na gestão, deve ser conhecida, documentada e combatida a partir de ações conjuntas com trabalhadores dos serviços públicos estaduais, municipais e federais.

A recente proposição de contratação de docentes por Organizações Sociais, expressa publicamente pelo presidente da CAPES, vai ao encontro de nossas avaliações acerca do caráter mais amplo da contrarreforma do Estado, evidenciado, de forma mais contundente, no período recente na particularidade da EBSEH e que não pode ser descolada da perspectiva mais geral da contrarreforma.

Nosso plano de lutas deve considerar como fundamental a unidade com demais trabalhadores dos serviços públicos e com movimento sindical e social pela manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores e pelo combate às diversas formas de privatização não clássica, incluindo a EBSEH e suas diversas formas de atuação.

Novas formas de atuação da EBSEH

A Lei 12.781, de 22 de Outubro de 2013, que criou o Programa Mais Médicos, não se restringe à contratação de médicos brasileiros e estrangeiros de forma precária como bolsistas, conforme previsto no projeto. O Programa Mais Médicos, cuja finalidade é formar recursos humanos na área médica para o Sistema Único de Saúde (SUS), inclui a reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas para residência médica, a partir da expansão dos Cursos de Medicina no setor público e no setor privado. Um dos aspectos da implementação dessa expansão tem sido a negociação entre reitores de universidades públicas e MEC que vinculam a criação de novos cursos de medicina, sobretudo em regiões onde há carência real desses cursos e profissionais, à contratualização com a EBSEH, caracterizando uma verdadeira “operação casada”. A vinculação da criação dos novos cursos à EBSEH extrapola o Ministério da Educação, posto que propõe que sejam federalizados Hospitais públicos do SUS – Municipais e Estaduais - e sua imediata cessão à empresa, assim como a cessão de hospitais federais do SUS à empresa. Mais recentemente, a alternativa de ampliação do número de hospitais a partir da construção de novas unidades, tem sido implementada desde que, sob a gestão da EBSEH, tal como exemplo da UFRR recentemente divulgado na página eletrônica da empresa.

A ampliação da atuação da empresa coloca como tarefa para o ANDES-SN, de forma articulada com o movimento estudantil, a FASUBRA e movimentos sociais, a mobilização nas Universidades onde não há Hospitais Universitários, mas que já são local de ampliação e consolidação da perspectiva empresarial da EBSEH como alternativa à gestão pública.

TR - 18

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Em relação à privatização da saúde e à EBSEH, o ANDES-SN, as secretarias regionais e as seções sindicais devem:

- a) Desenvolver ações nas seções sindicais das IFES onde não há HU no sentido de:
 - i. Solicitar às administrações centrais informações sobre a expansão dos cursos da área de saúde e os compromissos assumidos junto ao MEC sobre a construção de hospitais e/ou federalização de hospitais públicos vinculados à assinatura de contrato com a EBSEH;
 - ii. Implementar ações no interior das IFES, em conjunto com técnicos administrativos e estudantes, na luta contra a privatização dos hospitais decorrente dos compromissos assumidos junto à EBSEH;
 - iii. Lutar para que a criação de novos cursos na área de saúde se dê a partir do debate nas instâncias democráticas da universidade;
- b) Dar continuidade, ampliar e intensificar as ações já aprovadas nas deliberações dos congressos e conad;
- c) Produção de material de divulgação a partir da análise das informações coletadas pelas seções sindicais relativas ao processo de implementação da EBSEH e aos processos de resistência à contratualização;
- d) Intensificar a articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, incluindo a luta contra a ampliação da ação da EBSEH, que promove a adesão dos demais hospitais públicos vinculados ao SUS.
- e) Dar continuidade, em articulação com a Fasubra, movimento estudantil e movimentos sociais, à luta em defesa dos Hospitais Universitários públicos e contra a privatização dos mesmos e de demais hospitais públicos, a partir da expansão da atuação da EBSEH.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem pautado, nos últimos Congressos e Conads, a necessidade de discutir as questões que envolvem as novas políticas científicas, suas formas de financiamento, seus mecanismos e critérios de distribuição de recursos, as políticas produtivistas e seus impactos no trabalho docente e na pós-graduação. Todavia, não temos conseguido dar consequência prática a esta discussão dentro do GT Ciência e Tecnologia, o que põe a premente necessidade de que as Seções Sindicais desenvolvam estudos e implementem ações políticas nessa seara.

O entendimento sobre Ciência e Tecnologia (C&T) tem se transformado, ao longo dos últimos anos, em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Esta mudança, aparentemente de

nomenclatura, expressa o sentido social e político atribuído pela sociabilidade burguesa à produção do conhecimento. Com efeito, a lógica de acumulação de capital tende a imiscuir-se em todas as esferas da vida social e a impor a viabilidade econômica como parâmetro supremo das ações humanas. Consoante com essa lógica, a inventividade e criatividade humanas, bem como a prospecção de novos conhecimentos científicos sobre a natureza e a sociedade, só ganham cidadania na medida em que provam, na prática, sua viabilidade econômica.

Na quadra histórica aberta pela crise estrutural do capital, a vinculação do conhecimento científico e tecnológico com os imperativos de lucratividade foi aprofundada e refuncionalizada em face das exigências postas pelo açoitamento da concorrência entre as corporações transnacionais que, sendo estrangidas pelos limites de expansão dos mercados, buscaram saídas na produção flexível ou enxuta. É nesse contexto que a ideia de inovação ganha ampla audiência nas estratégias empresariais, pois, doravante, além da prospecção de novos conhecimentos que conduzam a novos produtos técnicos, tornou-se imperativo a diversificação de modelos já existentes para o atendimento de demandas localizadas. Em poucas palavras: trata-se de inovar os métodos de produção e operar transformações de modelo e de escala nos produtos para que se adequem às demandas focalizadas. Assim, a ideia de inovação ganhou estatuto de cidadania no léxico empresarial e estatal, adentrando com força as universidades e centros de pesquisa em escala mundial, operando a mudança do binômio Ciência & Tecnologia (C&T) para o trinômio Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), e aprofundando a instrumentalização do conhecimento em proveito da lógica capitalista. Este utilitarismo eleva a inovação à condição de objetivo central da pesquisa científica, e aprofunda a subordinação da universidade à lógica do capital, uma vez que o valor da pesquisa passa a ser medido pela possibilidade de aplicação imediata aos imperativos do mercado. Isto tem levado à uma pesquisa cada vez mais fragmentada, desqualificada e descompromissada com as condições sociais e econômicas às quais está submetida a maioria da população brasileira.

Ora, se por um lado não se pode combater a aplicação técnica do conhecimento científico no sentido de responder às demandas postas pela sociedade, por outro é imperativo compreender que as próprias “demandas sociais” e as formas de respondê-las são, hoje, amplamente articuladas pelo capital e suas personificações – as corporações capitalistas. Estas últimas, cujos interesses constituem a forma impessoal do mercado, jogam papel preponderante na determinação dos objetos, temas, tempos e formas de aplicação da pesquisa científica.

É preciso compreender ainda que a introjeção da lógica do capital nas funções vitais da sociedade não se apoia apenas nas suas personificações mais elementares, as empresas, mas se faz mediada pelas estruturas políticas, jurídicas e ideológicas que compõem o Estado. Como ente responsável pelo controle abrangente do metabolismo social, o Estado reflete os interesses que predominam na sociedade civil, assumindo-os e impondo-os como interesses gerais para toda a sociedade. Não é, pois, de admirar que no tempo presente as políticas estatais sejam amplamente embasadas na ideologia do desenvolvimento, tido como expansão e aceleração do processo de acumulação de capital. É assim que a política de CT&I assume abertamente que a pesquisa científica deve contribuir para melhorar a desempenho do Brasil no mercado mundial, razão porque advoga a integração de esforços do Estado e das corporações capitalistas como pilastra estruturante da política, instaurando, também aqui, a perspectiva abrangente das Parcerias Público Privadas (PPP). Tal perspectiva não apenas cria as bases para a apropriação do fundo público pelo capital, mas também direciona o fomento da CT&I para o saber instrumental em prejuízo doutras áreas do conhecimento e de temas concernentes aos problemas que dilaceram a sociedade brasileira atual. É de se enfrentar, ainda, as formas de controle sobre a produção científica e tecnológica das universidades, instauradas pela política de editais que subtraem a autonomia e a liberdade de criação dos docentes, impondo temas, objetos e conteúdos dos projetos e determinando prazos restritivos às execuções dos mesmos.

Atualmente, a tendência de submeter à pesquisa desenvolvida nas IES públicas aos interesses privados, se opera de várias formas como, por exemplo, nas fundações de pesquisa e nos convênios firmados entre a Embrapii e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação, visando à execução dos chamados planos de ação de

desenvolvimento tecnológico – projetos que são implementados em parceria com empresas do setor industrial, avaliadas e eleitas segundo seu potencial de indução do desenvolvimento econômico do País.

Diante desse quadro, impõe-se que a intervenção do Andes-SN nessa seara, parta da crítica ao sentido social da produção do conhecimento científico, e sua aplicação técnica, no seio da sociabilidade burguesa e, em particular, na sociedade brasileira. Por este meio, empreenda lutas contra a subordinação da pesquisa desenvolvida nas universidades aos imperativos das corporações capitalistas. Esta crítica deve ser orientada pela proposta alternativa e abrangente de universidade, substanciada no Caderno 2, reconhecendo que as IEs, sobretudo as públicas, têm um papel decisivo no desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no que diz respeito às atividades de pesquisa e extensão quanto na formação de pessoal qualificado por meio do ensino de graduação e de pós-graduação.

O Movimento Docente tem aprovado, nos fóruns deliberativos do Andes-SN, lutar por um conjunto de princípios para C&T, visando à melhoria das condições de vida da população e à soberania do país, exigindo o cumprimento, por parte dos governos federal e estaduais, dos dispositivos constitucionais, lutando contra a privatização dos espaços públicos geradores de ciência e tecnologia, bem como pelo aumento do financiamento público para o setor.

No mesmo rumo, é necessário combater a imposição, sobre as atividades acadêmicas e de pesquisa dos parâmetros de produtividade do trabalho praticados nas empresas capitalistas. Tais parâmetros, caracterizados como produtivismo acadêmico, têm resultado no aumento e intensificação do trabalho docente, na “corrosão do caráter” dos pesquisadores constrangidos a requeentarem artigos científicos para atender às exigências ditadas pelas agências de fomento e pelos órgãos de controle do trabalho internos nas universidades. A generalização do produtivismo acadêmico impacta negativamente na qualidade do conhecimento produzido nas universidades e na saúde dos trabalhadores docentes, além de fomentar o etos, inerente à lógica do capital, da concorrência, da competitividade e do individualismo.

Diante desta realidade que nos vem sendo imposta pelas agências de fomento na pesquisa dentro das IEs, o ANDES-SN está convocando o GTC&T e as seções sindicais para o debate e para contribuir na construção da política de enfrentamento do sindicato ao produtivismo.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS

VI - CIÊNCIA E TECNOLOGIA, PÓS-GRADUAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que o GTPE, o GTCeT e o GT Carreira estabeleçam um calendário para a discussão das ações vinculadas às políticas de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN e os desafios colocados para o movimento docente, abordando:

1.1 políticas de CeT e orçamentos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento);

1.2 critérios e mecanismos de distribuição de recursos para o sistema de CeT, em especial para as IES;

1.3 a questão da pesquisa, da pós-graduação, as políticas produtivistas e o trabalho docente;

1.4 a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos animais.

TR - 19

O 34º Congresso do Andes-SN delibera:

1. Pautar no GTC&T e nas Seções Sindicais um temário que possibilite discutir:
 - 1.1 as políticas de C&T, orçamentos, critérios e mecanismos de distribuição de recursos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica;
 - 1.2 a Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela EMBRAPPII;
 - 1.3 a questão da pesquisa, da pós-graduação, e das políticas produtivistas e seu impacto sobre o trabalho docente;
 - 1.4 a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito dos seres humanos e demais animais.



Diretoria do ANDES-SN

COMUNICAÇÃO E ARTES

TEXTO DE APOIO

Há anos a intenção do sindicato de discutir aspectos do âmbito das artes e da cultura está manifestada no interior do GTCA. No entanto, por motivos diversos, muitos de natureza de construção e estruturação de um sistema de informação jornalística capaz de dinamizar as ações do ANDES-SN, estas duas áreas foram preteridas.

Nos governos pós-ditadura – notadamente o de Collor e os que o seguiram -, essas áreas enfrentaram enormes dificuldades, pois viveram momentos de recrudescimento de ações públicas de incentivo à atividade artística. Mais recentemente, os governos brasileiros, apesar das políticas neoliberais de restrições ao financiamento de atividades culturais e artísticas, vêm constantemente aplicando políticas de renúncia fiscal sob a forma de incentivos, e conseguiram, de certa forma, impulsionar, via editais, o fomento à produção e à difusão de obras artísticas.

Entretanto, vê-se atualmente uma crescente diminuição das políticas públicas impulsionadoras da produção cultural e artística, principalmente junto àquelas de caráter mais popular. Mesmo nas universidades públicas, nota-se uma precarização mais acintosa em cursos de formação nas áreas de cinema, teatro, artes musicais, artes plásticas e demais práticas artísticas. Trata-se de um reflexo de políticas de educação e cultura frágeis, denotando uma vinculação de subalternidade aos interesses de mercado na economia.

Insere-se nos setores cultural e da comunicação, as limitações impostas à existência de uma radiodifusão mais democrática, com o cerceamento crescente aos rádios e televisões comunitárias, a despeito de uma legislação já limitadora dessas práticas. Os avanços, que podem ser manifestados no projeto de lei de iniciativa popular da Comunicação Social Eletrônica (PLIP), encontram fortes barreiras em seu desdobramento pela ação do lobby do setor privado. Isto, no entanto, deve estimular os filiados ao ANDES-SN para que continuem

buscando apoio de outros setores da sociedade para recuperar o sentido mais democrático e original da comunicação social prevista na Constituição Federal.

Nesse sentido, torna-se imperioso que alguns temas, como Cultura, Artes e Democratização da Mídia, voltem a ocupar o espectro de estudo e discussões no interior do sindicato, resgatando a origem expressa no GT Comunicação e Artes.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS

III - COMUNICAÇÃO

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera pelo combate ao monopólio ditatorial dos meios de comunicação, usando as seguintes mediações:

- 1.** Ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto no âmbito nacional como local;
- 2.** Articular, local e regionalmente, com outros setores sociais para constituir movimento e força política a favor da democratização das comunicações, mobilizando amplos setores sociais e populares;
- 3.** Ampliar a divulgação da plataforma pela democratização das comunicações que defendemos, pautando na imprensa sindical materiais específicos e em diferentes mídias;
- 4.** Propor o engajamento das seções sindicais na constituição de comitês, núcleos, fóruns em apoio e busca de assinatura ao PLIP (Projeto de Lei de Iniciativa Popular) da mídia democrática ou integração aos que já existem.
- 5.** Utilizar como tema agregador e mobilizador do interesse social pela democratização das comunicações as manifestações de rua, a repressão a elas e o comportamento da mídia tradicional;
- 6.** Investir na formação e aperfeiçoamento das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais.
- 7.** Indicar e promover atividades que levem as seções sindicais a elaborarem seus planos de comunicação, considerando o debate interno, as peculiaridades e possibilidades, tendo sempre como referência o Plano Geral de Comunicação do ANDES-SN;
- 8.** Instigar e solicitar às equipes de comunicação das seções sindicais que disponibilizem suas produções através dos instrumentos de mídia disponíveis e, sobretudo, que se voltem para a implantação e manutenção de conteúdo repositório de arquivos com importância jornalística e informativa;
- 9.** Estimular a criação e fazer uso de veículos de comunicação alternativos, populares e comunitários, ampliando o raio de veiculação da programação com aqueles já existentes, incluindo o estreitamento. Tal objetivo deve incluir o estreitamento de laços entre setores de comunicação de outros sindicatos classistas e a CSP/Conlutas;
- 10.** Aprofundar o debate no Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte - GTCA sobre a participação do ANDES-SN e suas seções sindicais nas articulações locais para a criação e consolidação do canal da cidadania, que possibilita que movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores tenham duas emissoras na Tv aberta por

município;

11. Propor ao GTCA do Andes-SN que realize estudos sobre a possibilidade de controle popular dos gastos financeiros dos governos municipais, estaduais e federal no tópico de Publicidade e Propaganda.

Recomendação: Recomendar às secretarias regionais e seções sindicais a divulgação da revista Universidade e Sociedade, do ANDES-SN

TR - 20

O 34 Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Pautar, no GTCA, a discussão sobre Arte e Cultura, com vistas a intervenção do sindicato na área artística e comunicacional, a partir de:
 - a) Identificação, no âmbito das IES, de práticas de fomento artístico, inclusive de cursos de formação;
 - b) Levantamento das atuais políticas públicas para as áreas de produção audiovisual (cinema e TV), artes cênicas, artes plásticas e radiodifusão;
 - c) Levantamento e análise da política de concessão de rádio e TV no país;
 - d) Levantamento de práticas de rádios e TVs universitárias e comunitárias, no âmbito das Secretarias Regionais e Seções Sindicais;
 - e) Identificação dos movimentos reivindicatórios por maior democratização no acesso à produção e difusão de atividades artísticas, nos estados;
 - f) Intensificação do trabalho no FNDC, visando a articulação dos movimentos em defesa de políticas públicas pela democratização da comunicação no país;
 - g) Aplicação e uso de instrumentos artísticos-políticos, via internet (redes sociais, portais e sites).
2. Promover o debate, no interior do sindicato, sobre o significado da comunicação privada, pública e estatal, resgatando inclusive as experiências de outros países.
3. Intensificar, junto às Seções Sindicais e às Secretarias Regionais, a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Comunicação Social Eletrônica, ao mesmo tempo em que devem promover a ampla divulgação de seus princípios.



Diretoria do ANDES-SN

CLASSE, ETNIA, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

Historicamente, o GTPCEGDS abarca, em seu campo de estudo, análise, crítica e intervenção de grande parte das demandas por uma sociedade mais justa, democrática e solidária, na perspectiva ampla da defesa dos direitos humanos, da negação da diferença como inferioridade,

da superação das desigualdades e de todas as formas de dominação e violência que pretendam, sob qualquer pretexto, segregar, classificar, hierarquizar indivíduos, classes e/ou grupos sociais.

Todas as questões decorrentes da discriminação de gênero exigem denúncia e intervenção, quer na repressão à violência, quer na cobrança de apoio e assistência aos violentados. A hierarquização de classe que criminaliza a pobreza e naturaliza formas violentas de repressão, requer, no mínimo, vigilância e denúncia permanente. A situação de vulnerabilidade de indivíduos discriminados pela orientação sexual, supõe uma luta pela adoção de políticas que lhes assegurem plenamente direitos civis desfrutados por outros segmentos, tais como possibilidades de matrimônio, constituição de família, adoção, etc. As estatísticas dramáticas de mulheres pobres, vitimizadas por situações de aborto clandestino, escancaram a necessidade de novas leis sobre a possibilidade de interrupção opcional da gravidez. Ademais, a constatação sobre o alheamento/desconhecimento da sociedade quanto à situação e aos direitos dos povos indígenas e quilombolas, exige que se amplie a discussão sobre o tema e que seja implementada a legislação que reconheça seu direito ao território. Consideramos, portanto, a possibilidade de intervenção efetiva do ANDES-SN acerca dessas questões por meio do acompanhamento, divulgação e mobilização em torno de projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Atualmente, existem no Parlamento Brasileiro diversos projetos de lei relativos às questões etnicorraciais, de gênero e LGBT. Um dos exemplos é o Projeto de Lei 7086/2014, que dispõe sobre equidade de gênero e raça, igualdade de condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público. Outro exemplo é o PL 5120/2013, que altera o código civil brasileiro para reconhecer o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Observe-se que, com relação à legalização do aborto, sanção da presidenta Dilma Rousseff do PLC 3/2013, que regulamentou o direito ao aborto às vítimas de estupro, atualmente, não tramita nenhum projeto de lei acerca do assunto no parlamento brasileiro. A mobilização da sociedade em torno da questão (prós e contras) exige que a mesma seja mantida em pauta.

Destaca-se, também, o extermínio da juventude negra no Brasil, fato denunciado por várias entidades dos movimentos negro, sindicais e populares. Dados do Mapa da Violência (2002), por exemplo, mostram que as taxas de homicídio de brancos caíram de 20,6 para 15,0 em cada 100 mil brancos; queda de 27,1% entre 2002 e 2010. Já na população negra, as taxas passaram de 30,0 em 2002 para 35,9% homicídios para cada 100 mil negros em 2010, o que representa um aumento de 19,6%! Ainda, segundo o estudo, as taxas mais elevadas concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos, se estendendo, de forma também intensa, até os 29 anos, reforçando o extermínio da juventude negra.

Sem dúvidas, todas essas questões merecem atenção, acompanhamento, denúncia e intervenção por parte do ANDES-SN, pois dizem respeito à população brasileira de forma geral e, especialmente, a segmentos mais vulneráveis. Numa sociedade marcada pelo arbítrio e desigualdade, em que a violência espreita em cada esquina, a todo o momento, seja pela cor da pele, pela orientação sexual, pela origem de classe, pela defesa e ampliação de direitos, sua pauta de lutas permanece e amplia-se.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

VIII – APOIO AOS POVOS INDÍGENAS

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera:

- 1.** Intensificar, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, apoio à luta dos povos indígenas por meio de apoio político e financeiro.
- 2.** Realizar, por intermédio do GTPCEGDS do ANDES-SN, debates sobre a temática e demandas dos povos indígenas e elaborar proposta de realização de

Encontro/Seminário no 2º semestre de 2014. O 59º CONAD apreciará a planilha financeira para a realização deste evento.

PLANO DE LUTAS

II – AÇÕES EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE CLASSE PARA QUESTÕES ETNICORACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Promover, em conjunto com as seções sindicais, entidades de combate à homofobia, a CSP-Conlutas e as secretarias regionais do ANDES-SN, audiências públicas para discutir a violência contra a população LGBT e apresentar propostas para o seu enfrentamento;
2. Produzir e divulgar nacionalmente materiais informativos para subsidiar as ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual;
3. Lutar, por intermédio das seções sindicais e em conjunto com todos os segmentos da comunidade acadêmica, pela criação de espaços de discussão e acolhimento de denúncias de violências contra a mulher, etnicorraciais e homofóbica nas IES;
4. Dar continuidade à luta junto ao INCRA e ao governo federal pela demarcação de terras dos povos indígenas e quilombolas;
5. Apoiar a construção e mobilização dos povos indígenas na construção do 1º Congresso Intercultural da Resistência dos Povos Indígenas e Tradicionais do Maraká'nà, de abrangência nacional, com representações das lutas contra-hegemônicas internacionais

TR - 21

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, projetos de leis, bem como iniciativas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal e do Senado Federal, relativas às questões etnicorraciais, de gênero, LGBT.
2. Acompanhar, junto ao Congresso Nacional e debater nas associações de docentes, as discussões sobre direitos reprodutivos à descriminalização do aborto, visando a um futuro posicionamento do ANDES-SN acerca dessas questões.
3. Lutar pela criação de políticas públicas que implementem a legislação já existente sobre a laicidade do estado brasileiro, bem como promover debates sobre como essa questão impacta as relações existentes entre professores, técnico-administrativos e estudantes, na realidade de cada IE.

TEXTO 22

Contribuição dos professores: Carlos José F. dos Santos (ADUSC); Caroline de Araújo Lima (ADUNEB); Euclides Santos Bittencout (ADUNEB); Francisco Carlos C. da Silva (ADUSB); José Luis Caetano da Silva (ADUSB); Benedito Gomes Santos Filho (ADUFRA); Gilson Penalva (SINDUNIFESPA); Gerson Luiz Marinho (ADUFRJ); Carmem Suzana Tornquist (APRUDEJC); Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPEL); João Diógenes P. dos Santos (ADUSB); Meire Adriana da Silva (SINDUFAP); Cristhiane Ferrequette (ADUNEB); Elemar Kleber Favreto (SINDUERR); Kátia Paulino dos Santos (ADUEAP).

O ANDES–SN, O MOVIMENTO DOCENTE E A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO INDÍGENA: UM DEBATE NECESSÁRIO

TEXTO DE APOIO

Os Povos Indígenas historicamente habitaram todo território brasileiro. Após 514 anos de invasões, imposições socioculturais, expulsões, massacres e prisões estes Povos ainda resistem bravamente. Devemos nos orgulhar dos Povos Indígenas que lutam contra as ações de violência, difamação, criminalização e perseguição. Os Povos Indígenas são legítimos herdeiros das terras ancestrais. Os Índios falam de Território porque vai além de enxergar a terra como uma mercadoria. O Território é sagrado porque para os indígenas nele estão seus ancestrais. Onde existem Índios a natureza é preservada. Eis aqui mais uma boa razão para apoiar a imediata demarcação de todos os Territórios Indígenas no Brasil.

Não podemos esquecer que são mais de 514 anos de Luta e Defesa do Território Originário. A demora do governo e da justiça federal em demarcar os Territórios Indígenas tem feito os Povos Indígenas brasileiros realizarem as Justas Autodemarcações através de Retomadas Legítimas. Por isto pensamos que o governo e a justiça federal são também culpados pela situação de atrito existente em quase todas as terras indígenas. Além disso, existe forte tendência de alteração da política de demarcação para pior através de novas normatizações que ferem a Constituição Brasileira, impedindo demarcações e revendo as já realizadas. A propósito, a própria Constituição é violada pelo governo ao não demarcar imediatamente os Territórios Indígenas. Os processos de demarcações estão parados, existindo o perigo de revisão dos Territórios Indígenas já demarcados. Há também situação de descaso em relação à educação indígena e temor de que ocorra a privatização da saúde indígena.

Tem aumentado a situação de difamação, perseguição e repressão sobre os índios. Vários índios foram presos irregularmente e, por vezes, ocorrem ações violentas de reintegração de posse. Parte da imprensa, ruralistas e setores ligados ao desenvolvimentismo criam um clima de guerra contra os indígenas. É comum ainda tratarem os Índios de “não legítimos, invasores, ladrões, criminosos e bandidos”. A situação é pior nas áreas de Retomadas e litígios onde os conflitos são físicos, existindo pistoleiros e todos se sentem alvos de humilhações e de possíveis atentados. Segundo os dados do CIMI, os assassinatos de indígenas no Brasil cresceu 269% nos governos Dilma e Lula em comparação ao governo anterior.

Os Povos Indígenas são legítimos herdeiros das terras ancestrais. Os Índios falam de Território porque vai além de enxergar a terra como uma mercadoria. O Território é sagrado porque para os indígenas nele estão seus ancestrais. Onde existem Índios a natureza é preservada. Eis aqui mais uma boa razão para apoiar a imediata demarcação de todos os Territórios Indígenas no Brasil. Tendo em vista as resoluções do 33º Congresso do ANDES-SN que deliberou “intensificar, em conjunto com as secretarias regionais e as seções sindicais, apoio à luta dos

povos indígenas por meio de apoio político e financeiro”, e o Seminário Nacional sobre povos indígenas, se faz necessário que o Movimento Docente e o Movimento Indígena organizem ATO PELA IMEDIATA DEMARCAÇÃO DE TODOS OS TERRITÓRIOS INDÍGENA, QUILOMBOLAS E DOS POVOS TRADICIONAIS BRASILEIROS, BEM COMO PELO FIM DA CRIMINALIZAÇÃO, PRISÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA ESTES POVOS. Diante disso encaminhamos ao 34º Congresso do ANDES – SN essa pauta que também faz parte das bandeiras de luta desta entidade.

TR – 22

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. realizar no dia 26 de setembro de 2015 no Território Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia), Ato Público com participação do ANDES-SN e a entidade ser uma das realizadoras do VII Seminário de História Indígena: Índio Caboclo Marcelino que será realizado entre os dias 23 a 27 de setembro no Território Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) às vésperas da Caminhada Tupinambá em Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe (séc. XVI) e ao Índio (Caboclo) Marcelino (Séc. XX).
2. formalizar campanha pelo fim Da Criminalização, Prisões, Violências e Assassinatos de Indígenas.
3. formalizar campanha pela não Aprovação das Pec 215/00, Pec 38/99 e Pec 237/11 e pela Revogação e Não Aprovação Da PLP 227/12 e PL 1610/96.
4. realizar o Segundo Seminário sobre os Povos Indígenas com o tema: *Universidade Intercultural Indígena e a Preservação da Alteridade e Autonomia dos Povos Indígenas*.



Diretoria do ANDES-SN

QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS

TEXTO DE APOIO

O modelo econômico predatório e socialmente excludente vem intensificando a precarização das condições de vida, na cidade e no campo, assim como a própria ampliação de processos de violências aos seus sujeitos diretos e movimentos sociais. A mundialização do capital, em seus novos contornos econômicos na contemporaneidade, vem acentuando ainda mais tais contradições, caracterizando de sobremaneira um forte cenário de crise.

A concentração da renda se estrutura a partir da concentração da terra nas mãos do agronegócio, estimuladas por políticas governamentais que tratam a reforma agrária como coisa do passado, assim como a contração dos solos urbanos, por meio da expansão exponencial da especulação imobiliária, tem como consequência uma ação do estado que criminaliza a pobreza e os movimentos reivindicatórios.

Historicamente as políticas de urbanização no Brasil foram acompanhadas por um processo de extrema higienização social, no entanto, após avanços ainda que não completamente atendidos, nos direitos à moradia, saneamento básico, dentre outros, temos hoje um retrocesso desse processo. Tal retrocesso configura-se, por exemplo, com as remoções criminosas e arbitrárias

para atender os interesses do capital, a partir da organização dos Megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas .

Ao mesmo tempo, esse processo também se materializa pelo sequestro da população de rua e dependentes químicos (projeto de internação compulsória e das comunidades terapêuticas); a coação, expulsão e assassinato da população tradicional que esteja no meio do caminho dos megaempreendimentos, da especulação imobiliária, do agronegócio e dos projetos de “modernização” das cidades; a flexibilização das legislações ambientais (código florestal, código de mineração, legislação de liberação dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos), que colocam em risco grave os ecossistemas originais e a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis, assim como a vida nas cidades e no campo, vem balizando as respostas governamentais a um conjunto de contradições sociais impostas à população.

Paralelamente a isto, a desconstrução do caráter público da universidade, que hoje se preocupa em formar trabalhadores para a mão-de-obra do capital, prioriza na pesquisa os produtos, especialmente aqueles que tragam patentes e que tenham forte articulação com as empresas, que modifica o sentido de extensão para auxiliar na maior produtividade da sociedade. Este fator, muitas vezes, torna os professores co-partícipes neste processo de degradação ambiental, exploração dos recursos naturais e enfraquecimento das populações menos favorecidas em nome do “desenvolvimento” que, na verdade, significa o fortalecimento do capital.

Diante desse quadro, diversos setores se organizam e lutam em defesa das melhorias para a população, como aconteceram em Junho de 2013, as grandes mobilizações massivas em todo o Brasil, as ocupações do MTST e os atos durante a Copa. No entanto, quanto mais as lutas se intensificam, mais se ampliam as respostas à criminalização dos movimentos sociais. Na cidade do Rio de Janeiro, a ocupação militar dos morros com a criação das UPP's, levam a atos extremos, como o desaparecimento do Amarildo e o assassinato de Cláudia. Os representantes do capital tentam frear estas manifestações de modo violento e repressivo, como a Portaria Normativa do Ministério da Defesa no. 3.461, de 19 de Dezembro de 2013.

Essa situação também se espalha para as instituições. No caso das instituições federais, uma das medidas autoritárias e de forte poder de criminalização, foi a última tentativa apresentada pelo deputado João Rodrigues de Santa Catarina, que propõem no PL nº 7541/14 (regula sobre a segurança e autoriza a inserção das polícias civil e militar atuar nos campi das universidades federais, estaduais e municipais).

Para dar curso ao enfrentamento dessas questões, é indispensável que os GTs das seções sindicais aprofundem o trabalho de discussão e organização interna nas IES, assim como fortaleçam o alinhamento com os movimentos sociais em luta, no sentido de intensificar ações unitárias.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

PLANO DE LUTAS

I – QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS E AMBIENTAIS

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a aprovação do Código de Mineração em tramitação no Congresso Nacional;
- 2.** Desenvolver ações em conjunto com os movimentos sociais, para denúncia e enfrentamento do retrocesso do código florestal tendo ênfase na defesa do meio ambiente, direitos sociais e a reforma agrária;
- 3.** Lutar contra a apropriação estrangeira dos recursos do solo e subsolo e de outras riquezas brasileiras, exploradas por empresas que devem ser reestatizadas sem

indenização e sob o controle dos trabalhadores, e seu produto investido na melhoria dos serviços públicos;

4. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais voltados à crítica e enfrentamento da Economia Verde, aprovada na Rio+20;

5. Intensificar o debate junto às seções sindicais acerca da estrutura da matriz energética brasileira, suas consequências e alternativas, dando destaque às questões sociais, ambientais e de desenvolvimento;

6. Promover ações de denúncia dos problemas sociais e ambientais devido à construção dos megaempreendimentos, como expressa a luta contra o projeto de matriz energética do governo, imposto às bacias dos rios Xingu e Tapajós, bem como já estão demonstradas nas consequências já expressas nos empreendimentos em Rondônia (Santo Antônio do Girau);

7. Em relação à produção e ao consumo de transgênicos:

7.1 Continuar a luta com os movimentos sociais pela imediata identificação, rotulação e descrição de produtos que contenham Organismos Geneticamente Modificados (OGM – transgênicos);

7.2 Lutar contra a legislação que libera a produção e comercialização de alimentos transgênicos, inclusive aqueles destinados à ração animal;

7.3 Realizar ações de conscientização da população acerca da falta de estudos e pesquisas em relação à segurança no uso de transgênicos, contribuindo para o desenvolvimento de um contradiscurso em relação às informações veiculadas na mídia, que têm apenas considerado os interesses mercadológicos;

8. Intensificar as ações, com os movimentos sociais, em defesa dos direitos dos povos tradicionais – indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e camponeses;

9. Realizar atividades em conjunto com o GTSS/A, GTPE, GTC&T e GTPAUA no sentido de aprofundar estudos e debates sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos;

10. Participar das ações que ocorrerão no país no ano de 2014, com destaque para as lutas em defesa dos direitos sociais e recursos para saúde, educação e transporte públicos, em contraponto ao uso destes recursos para a Copa do Mundo;

11. Defender no interior da CSP-Conlutas, dos movimentos sociais e demais entidades que vêm atuando nas lutas por direitos sociais e contra a criminalização das suas lutas, a elaboração de material informativo para divulgação em mídias diversas que denunciem:

11.1 os gastos com os megaeventos em contraponto aos investimentos públicos em educação e saúde públicas;

11.2 as ações repressivas dos estados/governos.

12. Promover e participar da campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida de forma a contribuir na luta pela consolidação de uma política nacional de desenvolvimento rural fundada nos princípios da agroecologia camponesa.

13. Iniciar estudos sobre a exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e os danos que causam ao meio ambiente e à saúde pública.

14. Desenvolver ações com os demais movimentos sociais e instituições ligadas à

educação, saúde e segurança visando à prevenção e ao enfrentamento da violência urbana e rural.

15. Fomentar, por meio de suas seções sindicais, a criação de observatórios regionais que façam amplo debate e balanço da política nacional de esportes e seus impactos nas políticas sociais, objetivando o fortalecimento das lutas contra os megaeventos.

16. Realizar uma ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e os movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13, denunciando seu caráter repressivo e ditatorial, que atenta contra as liberdades democráticas;

17. Denunciar, combater e lutar pela revogação da Portaria Normativa do Ministério da Defesa nº 3.461, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a publicação da “Garantia da Lei da Ordem”, que retoma o regime de exceção no país, criminaliza os movimentos sociais e cerceia a liberdade individual e coletiva da população.

Recomendação: O 33º Congresso do ANDES-SN recomenda que o GTPAUA pautar uma discussão acerca dos danos ambientais provocados pela exploração do “gás de xisto” e da técnica de fraturamento hidráulica (fracking) que foi introduzida no país a partir da 12ª rodada de leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

TR - 23

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Lutar contra o PL nº 7541/14, que cria bases de autorização aos órgãos de segurança pública, polícias civil e militar, para atuar nos campi das universidades públicas;
2. Integrar-se a luta em favor da desmilitarização da polícia;
3. Lutar para que as IES se posicionem contra os rodeios e eventos congêneres, caracterizados por maus tratos e crueldade contra os animais;
4. Fortalecer os GTPAUA das seções sindicais, para pautar o debate sobre:
 - a. buscar formas e espaços de diálogo e de aproximação aos docentes que desenvolvem ações/trabalhos na mesma linha política do sindicato, mas o fazem por fora dele;
 - b. construir espaços de debate nas Seções Sindicais, sobre as questões fundiárias (habitação, regulamentação e titulação de terra/áreas), a luta pela moradia e contra as remoções;
 - c. construir debates que busquem articular o conhecimento acadêmico às reais necessidades/demandas da população, principalmente dos grupos em situação de marginalização social e precarização, imposta pelos projetos de cidade voltados para o capital. Inclusive sobre o processo de exploração e precarização no mundo do trabalho (terceirização);
 - d. ampliar o debate sobre as reservas ambientais nacionais e latino-americanas - aquíferas, minerais, biomas; projetos dos executivos; interesse do capital; crises e consequências destas para os espaços urbanos, rurais e povos originários e a privatização dos recursos naturais;
 - e. ampliar em conjunto com trabalhadores do campo e da cidade a necessidade de aprofundar a luta pela Reforma Agrária.
5. Debater, em conjunto com outros GT's, alternativas ao projeto de cidade e campo, voltadas para o capital.

AMPLIAR O ESTUDO SOBRE O ORÇAMENTO PÚBLICO E EDUCAÇÃO: UMA TAREFA NECESSÁRIA

TEXTO DE APOIO

O GT Verbas tem um papel importante no que diz respeito a subsidiar as diversas instâncias do Andes-SN, em especial na construção de propostas para o financiamento da educação e a distribuição de recursos públicos para os diversos níveis e modalidades educacionais – mas tendo como foco a educação superior –, seja na esfera federal, estadual, municipal e particular. Se possível, perseguir esse mesmo objetivo no que se refere à Ciência e Tecnologia.

Nesse sentido, o esforço para desvelar as políticas adotadas pelos governos federal e estaduais para o financiamento da educação e seus desdobramentos é imprescindível, pois a destinação de recursos para a área traduz a valorização efetiva que se atribui à educação, e não os discursos oficiais, sobretudo nos períodos eleitorais.

A análise crítica dessas políticas permitirá a formulação de propostas consistentes, com vistas ao enfrentamento dessas políticas oficiais, que continuam negligenciando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, privilegiando expansões sem recursos adicionais perenes, aceleração de cursos com encurtamento de prazos, imposição de avaliações meritocráticas, etc. – que caracterizam uma administração pública meramente gerencial, favorecendo prerrogativas de mercado, também na área da educação – e configuram a chamada “universidade operacional”.

Partindo dessa constatação e desse entendimento, a Diretoria do Andes-SN considera importante resgatar e/ou reforçar a atuação do GT Verbas, tanto em nível nacional como no âmbito das Seções Sindicais e das Secretarias Regionais.

Para além da análise citada, a defesa do financiamento adequado da educação exige acompanhamento e intervenção na elaboração e tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e também da Lei Orçamentária Anual (LOA), tanto no âmbito federal como nos dos estados e, se possível, também nos municípios; enfim, em todos os locais onde hajam setores sociais organizados e dispostos ao enfrentamento na defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Esse embate nos diversos níveis da administração pública exige um domínio dos dados relativos ao financiamento – pessoal, custeio e investimento –, das iniciativas políticas que estabelecem sua distribuição e dos trâmites legais, que definem sua destinação, sendo necessário reforçar o papel do Andes-SN nessa luta, que não tem sido de domínio social mais amplo, sendo que o nosso Sindicato tem cumprido um papel histórico no que se refere a subsidiar os embates com os governos na luta por aplicação necessária e correta dos recursos públicos para a educação pública e para as conquistas da categoria.

TR - 24

O 34º Congresso do Andes-SN delibera:

Realizar estudo, com o apoio da Subseção do Dieese no Andes-SN e a contribuição das Seções Sindicais, sobre o financiamento das IES públicas (federais, estaduais e municipais) nas últimas décadas, que relacione os recursos aplicados nestas instituições com as respectivas Receita Corrente Líquida (RCL) do ente federado no qual elas estão inseridas. Comparar, ao longo do período estudado, os valores aplicados em Pessoal / “Recursos Humanos”, Custeio e Capital (Investimento), relacionando-os com o crescimento do número de matrículas (na graduação e pós-graduação), do número de professores e funcionários técnico-administrativos, do número de cursos (graduação e pós-graduação), do número de *campi* e IES, dentre outros indicadores.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

Balanco de 2014: pauta geral e pauta específica do Setor das Federais

O principal desafio para o movimento docente, em 2014, foi enfrentar politicamente o quadro geral de um ano marcado por especificidades, entre as quais a realização da Copa do Mundo de Futebol e as eleições presidenciais. O Plano de Lutas do Setor das Federais, aprovado no 33º Congresso do ANDES-SN, definiu ações em dois sentidos: as lutas específicas da categoria articulada com a luta conjunta dos demais SPF, além da inserção política do setor nas mobilizações classistas mais amplas.

No âmbito dos Servidores Públicos Federais (SPF), um dos eixos do nosso plano de lutas apontava para investir em ações conjuntas com os SPF, atuando no Fórum das Entidades dos SPF, e na articulação com as entidades para potencializar as ações da Campanha. Com iniciativas para buscar a abertura de negociações, realizando atos, reuniões, debates, seminários, definição de pauta, forçando espaços junto aos setores do Poder Executivo, aos parlamentares e atividades de mobilização nas categorias nos estados e em Brasília. Neste processo, destacou-se a luta em defesa dos direitos de aposentadoria, pela aprovação da PEC 555-2006 (que prevê a extinção da contribuição previdenciária dos proventos de aposentados e pensionistas do setor público) e do PL 4434-2008 (que prevê o reajuste dos benefícios mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social e o índice de correção previdenciária).

Após a realização dos atos políticos em Brasília e nos Estados, os representantes do Fórum foram recebidos pelo secretário das relações de trabalho. Prevaleceu a intransigência do governo, seu descompromisso com o serviço público e o processo negocial não se efetivou, com a alegação de que existiam acordos vigentes (2012) e qualquer negociação só ocorreria a partir de 2015, para impacto financeiro em 2016. Neste momento, Fasubra e Sinasefe, que já se encontravam em processo de mobilização, deflagraram greve que, após mais de cem dias, foi judicializada pelo governo, forçando as categorias a retornarem ao trabalho sem que o governo abrisse negociação efetiva.

Durante o segundo semestre de 2014, reuniões e atividades conjuntas foram realizadas pelo conjunto dos SPF, avaliando e discutindo a campanha salarial de 2014 e preparando a campanha salarial de 2015. Com este sentido, foi realizado o Seminário Nacional dos SPF, entre 14 e 16 de Novembro, em Brasília. O objetivo central do seminário foi unificar e fortalecer a luta dos SPF para a campanha salarial de 2015.

No que se refere à luta específica do setor, confirmou-se a mesma postura governamental em relação ao conjunto dos SPF. A reabertura das negociações com a SESU/MEC sobre a reestruturação da carreira também não frutificou devido à intransigência sistemática do governo de que não poderia haver qualquer repercussão financeira em 2014, apesar das pressões exercidas pela categoria organizada na base do Sindicato Nacional.

A pauta do setor aprovada no 33º Congresso foi protocolada no MEC e MPOG, e solicitada audiência com o Ministro da Educação. Em 18 de Março, ocorreu a reunião com o secretário executivo, Luís Cláudio, e com o secretário da SESU/MEC, Paulo Speller. A diretoria do ANDES-SN cobrou do governo uma mudança de postura que tem adotado e que abrisse negociações efetivas, tendo como referência a pauta aprovada no 33º Congresso. Os

representantes do governo ficaram de discutir internamente e trazer o posicionamento em reunião, que seria agendada com a SESU/MEC. Essa reunião foi realizada no dia 26 de Março, com sinalização para iniciar o debate sobre as questões conceituais de reestruturação da carreira.

No primeiro semestre, após reunião do setor das federais, a avaliação constatou que era necessário intensificar a mobilização para forçar o governo a negociar. As reuniões com a SESU/MEC iniciaram-se a partir de Março e, no dia 10 de Abril, foi apresentada a proposta inicial, aprovada pelo setor, com pontos conceituais para reestruturar a carreira docente. Em 23 de Abril, a direção do ANDES-SN voltou a se reunir com a SESU/MEC, quando o secretário Paulo Speller assinou, representando o MEC, um documento de concordância com os pontos iniciais para a reestruturação da carreira apresentados pelo ANDES-SN, ficando acertado o compromisso de nova reunião marcada para o dia 21 de Maio. Houve acordo nos seguintes pontos: *(1) a carreira deve ser estruturada em degraus constantes do início até o final; percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações; relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da dedicação exclusiva (a combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regimento de trabalho); (2) que o piso organizador da malha de vencimentos, estruturada em decorrência do item anterior, seja o valor fixado para o nível inicial da carreira do graduado em regime de 20 horas; (3) reconhecer a autonomia das instituições, para que os critérios de desenvolvimento na carreira sejam definidos no âmbito do Plano de Desenvolvimento Institucional, resguardada a supervisão pelo Ministério da Educação.*

A seguinte reunião do setor das IFES avaliou que o documento, assinado pelo secretário da SESU, reconhecia a desestruturação da carreira docente e, qualquer movimentação futura em relação aos pontos acordados, necessitaria de mobilização intensificada da categoria. Nesta reunião, também foi aprovado um elenco de propostas a serem apresentadas na próxima reunião com o governo, remetendo para nova reunião do setor, nos dias 24 e 25 de Maio, a deliberação sobre período de deflagração da greve, com base no resultado da rodada de assembleias gerais (AG). Nas rodadas de AG, foi aprovado o indicativo de greve nacional dos docentes das IFE 2014, ainda sem data. Nessa reunião do setor, foi aprovada uma intensa agenda de atividades, incluindo novas rodadas de AG e paralisação. A reunião agendada com o Secretário da SESU para dia 21 de Maio foi cancelada, sob alegação de motivo de viagem do secretário.

Mesmo com o cancelamento da reunião, os representantes do ANDES-SN protocolaram a carta contendo as propostas aprovadas na última reunião do setor das IFES. Os pontos destacados na carta contemplavam os itens apontados abaixo.

1) Avançar na objetivação do primeiro conceito que houve aceitação do MEC sobre a reestruturação da carreira, levando a proposta do ANDES-SN e cobrando a definição de um horizonte temporal para a implantação desse conceito na carreira. O conceito é: “Fixar como conceito no texto da Lei: - a estruturação em degraus constantes desde o início até o final;- percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações;- relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicação Exclusiva; (a combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regime de trabalho)” A proposta do ANDES-SN é: - Degraus constantes determinados mediante variação crescente em razão de 5%; - Percentuais de acréscimos relativos à titulação: 75% para doutor; 37,5% para mestre; 18% para especialista; 7,5% para aperfeiçoamento (os acréscimos não são cumulativos); - Percentuais de acréscimos relativos ao regime de trabalho, tomando por base o regime de 20h, serão: 100% para o regime de 40h; 210% para o regime de DE.

2) Propor novo ponto conceitual que trate do reenquadramento: - Reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão, em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira (no caso dos aposentados e instituidores de pensão em ralação ao topo da estrutura da carreira que estava em vigor na data da

sua aposentadoria). - Reenquadramento dos professores ativos ou aposentados que cumpriram os requisitos para progressão funcional, mas ficaram retidos no nível ou classe por tempo superior ao interstício previsto, e também os professores aposentados com a vantagem prevista no artigo 192 da Lei 8112 – RJU terão os períodos e níveis correspondentes acrescidos;

3) Pautar inicialmente, sobre Garantia da Autonomia, as seguintes propostas: - Reverter o movimento que intentaria a regulamentação do preceito constitucional da autonomia das universidades federais, seja com a denominação de Lei Orgânica ou outra, adotando, isso sim, medidas urgentes para afastar o cipoal normativo e a imposição de condutas pelo Poder Executivo, que agredem a autonomia universitária, entre elas a transferência das atribuições das assessorias jurídicas para a AGU, a submissão dos órgãos de pessoal ao sistema centralizado de pessoal do governo federal, a gestão, controle e condicionamentos dos hospitais universitários à empresa externa (EBSERH), entre outras..... - Revogação da Lei 9192/92 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB) que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia, de forma que a composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes sejam definidas pelas próprias comunidades universitárias; - manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição para livre execução no exercício seguinte;

No dia 25 de Maio de 2014, a reunião do setor das IFES aprovou o indicativo de greve nacional dos docentes por tempo indeterminado para o mês de Junho. Após rodada de AG das seções sindicais entre os dias 2 e 6 de Junho, a reunião do setor do dia 7 de Junho, considerando as informações trazidas pelas seções sindicais sobre o resultado da rodada de AG, avaliou-se que não estava configurado quadro fortalecido para deflagração da greve nacional dos docentes das IFE por tempo indeterminado, apesar do crescimento da mobilização.

No 59º CONAD, foi atualizado o Plano de Lutas do Setor das IFES. Considerando as precárias condições de trabalho, agravadas pela elaboração das resoluções internas de desenvolvimento na carreira, foi elaborada uma agenda temática que envolvia temas como: direitos de aposentadoria; promoção, progressão na carreira e critérios para RSC; democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES. Além de aprovar a exigência ao governo em retomar a agenda de negociação com o ANDES-SN, que foi interrompida unilateralmente pela SESU/MEC. Após várias solicitações para retomada de reuniões, as respostas por parte da SESU-MEC foram evasivas e nenhuma reunião ocorreu.

Desenvolvimento na carreira: progressão, promoção e RSC

O modelo de universidade, concebido por dentro das políticas educacionais existentes, se fundamenta no atrelamento à lógica gerencialista e de mercado. A concorrência, competitividade e a lucratividade são parâmetros para a organização do trabalho nas IFE. Essa caracterização se desdobra também no desenvolvimento da carreira docente, cuja lógica do produtivismo, meritocracia e empreendedorismo, são inseridos na forma de critérios para promoções e progressões.

Após o estabelecimento das diretrizes gerais para o desenvolvimento na carreira, coube a cada IFE elaborar suas regulamentações internas, definindo critérios para promoção, progressão e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o que tem gerado embates das seções sindicais nas disputas internas nas IFE travadas em relação aos conselhos superiores e reitorias. Tendo em vista que, após o levantamento realizado pelo Setor das IFES, os materiais enviados pelas seções sindicais apontam uma forte tendência de que a definição das normas para o desenvolvimento na carreira estão sendo forçadas à margem do debate com a comunidade acadêmica. De maneira geral, as resoluções são estabelecidas ora em única minuta para Magistério Superior e EBTT, ora em várias minutas. Na maioria das minutas/resoluções, os critérios de pontuação estão distribuídos de forma desigual entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Há resoluções que supervalorizam a gestão, desconsiderando que a

mesma é limitada a alguns e não depende da vontade dos docentes, além de não ser parte do fundamento do trabalho docente nas IFE em relação à ensino, pesquisa e extensão.

No trabalho do Setor das Federais, em conjunto com o GT-Carreira, identificou-se que nas resoluções são listadas uma diversidade de itens inerentes à rotina acadêmica, tendo como critério central o produtivismo na definição do novo perfil docente, especialmente baseadas nos indicadores Qualis-CAPES. Devido a esta diversidade, em muitos itens observam-se aspectos contraditórios na valorização das atividades, em que há divergências na quantificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Opera-se uma mudança na concepção de trabalho acadêmico, onde cargos de gestão e o produtivismo são o foco central. A tendência é que haja um processo de elitização na carreira docente em que apenas um grupo minoritário galgará o topo da carreira, possivelmente gerando uma disputa fratricida entre docentes.

Tendo em vista as alterações na carreira originadas pela Lei 12772/2012, especialmente a incorporação da classe de titular (Classe E), as administrações superiores alteraram todas as resoluções referentes à promoção, progressão e estágio probatório; e elaboraram critérios para promoção à Classe E e RSC. Importante destacar que, nestas resoluções, aprofundou-se as distorções entre as relações ensino, pesquisa e extensão, além de ter sido apontado um novo sentido para o ensino (valorizando a pós-graduação em detrimento da graduação) e a pesquisa (quantificada pelos critérios de produtivismo da CAPES e de agências de fomento externas, por exemplo). Ainda, os critérios não respeitam as desiguais condições de trabalho existentes em cada IFE, a relação entre campi e campus e as diferenças entre áreas do conhecimento.

Em relação a ascensão à Classe D (Associado), por exemplo, é exigido ao professor, impreterivelmente, participar de programas de pós-graduação. Na Classe E, os obstáculos para a promoção são quase intransponíveis. Convém destacar que a licença, inclusive para qualificação, impede o professor de pontuar para desenvolvimento na carreira. O professor em estágio probatório deve atingir média aritmética a partir de diversos itens e, em caso de licença para pós graduação, o tempo do estágio será suspenso. Outro elemento presente na desestruturação da carreira refere-se à data a ser considerada para a percepção remuneratória, por meio da qual o docente adquire direito relativo à sua progressão/promoção. Em algumas IFES os efeitos financeiros das progressões e promoções terão vigência a partir da data do pedido formulado pelo docente, ou mesmo a partir da homologação do processo via CPPD e/ou Reitoria.

Cabe destacar que a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do ANDES-SN elaborou Parecer Jurídico (enviado às seções sindicais via Circular) em que conclui que o docente faz jus a concessão de sua promoção/progressão, preenchidos os requisitos elencados nas resoluções, a partir do término do interstício legal de vinte e quatro meses na classe e/ou nível referente, iniciando neste período a contagem dos efeitos funcionais e patrimoniais. Portanto, é a partir da data em que o docente conclui os vinte e quatro meses que deve ser contado o período para efeitos financeiros retroativos.

Outra forma de ataque à autonomia universitária e intelectual surge com a implantação dos sistemas de controle acadêmico, sendo mais uma investida no propósito de desestruturar a carreira docente e precarizar as condições de trabalho. Estes sistemas são estruturados de forma a monitorar o trabalho, inclusive no tempo da jornada de trabalho (na forma de ponto eletrônico, por exemplo), subnotificando as atividades docentes e mascarando o excesso de trabalho.

Já na carreira EBTT, o RSC instituído pela Lei 12.772/2012 coloca uma reflexão cuidadosa e necessária para que possamos compreender as implicações trazidas por estes critérios. O Art. 18, que dispõe sobre o RSC, coloca: "no caso dos ocupantes de cargos da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, para fins de percepção da RT, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências - RSC". O RSC é uma certificação, equivalente à Retribuição por Titulação (RT), somente para fins de percepção remuneratória, que pode ser concedida ao docente que solicitar e que consiga atingir a pontuação mínima a partir dos critérios estabelecidos pelas IFE e autorizados pelo Comitê Permanente de Reconhecimento de Saberes e Competências

(CPRSC). A tarefa que nos é posta, a partir de Março de 2013, consiste na reflexão sobre o *conceito* desse reconhecimento, e nosso desafio é problematizar em nossa base o paradoxo da criação de um dispositivo de percepção remuneratória que enfatize ainda mais as discrepâncias entre as carreiras, possivelmente aprofundando a falta de incentivo à qualificação dos docentes EBTT e crie critérios diferentes de promoção/progressão e RSC na mesma carreira, mas que traga aos professores um benefício financeiro.

A questão a ser destacada no que diz respeito a essa particularidade da carreira EBTT, é a problematização do princípio do RSC. Há defesa de hipóteses de que esse instrumento de equivalência de retribuição por titulação veio para corrigir injustiças históricas com os professores da EBTT em relação ao baixo incentivo à qualificação; outra hipótese é que trata-se de uma iniciativa visando diminuir a pressão dos docentes da EBTT para condições de saída para qualificação. Tais conjecturas reafirmam o caráter discriminatório entre as duas carreiras, que parece agora estar se normatizando com a Lei 12.772/2012.

As reflexões devem ser estendidas à uma previsão das consequências da implementação da RSC. A carreira EBTT nunca teve incentivo, como o magistério superior, para qualificação do seu quadro e, no atual contexto da implantação do Reconhecimento, há um negligenciamento em relação a esse direito dos professores. É necessária atenção e cautela para que não passe despercebida mais uma estratégia de retiradas de direitos aos professores. Dessa forma, o aprofundamento das discrepâncias entre as carreiras do MS e EBTT se materializa quando se observa a diferenciação no tratamento dado às atividades que definem as tarefas entre elas, abrangendo produzir ensino, pesquisa e extensão. Estas reflexões se fazem importantes num cenário em que, a carreira contida na lei do governo, demonstra-se eficaz na implementação de uma visão tecnicista, produtivista e operacional de trabalho universitário, em fina sintonia com a perspectiva da mercantilização da educação e do conhecimento, como também na geração de professores mais capacitados e outros menos.

Por fim, é importante a denúncia da intensificação do trabalho e divisionista presente na certificação de RSC, apontando para a necessidade de um programa de qualificação que permita aos docentes obterem sua titulação em nível de pós-graduação, para atingirem o topo da carreira e qualificar o trabalho docente e a formação universitária. Nesse sentido, é preciso intensificar as lutas para que se tenha políticas efetivas de qualificação e não de "penduricalhos" nos vencimentos que poderão não ser agregados na aposentadoria e serão barreiras para a promoção ao topo da carreira.

Para o ANDES-SN, os critérios para o desenvolvimento da carreira devem ser articulados no Plano de desenvolvimento Institucional da IFE e/ou na Avaliação Institucional; devem também considerar a contextualização social da IFE ou seus campi e estar inseridos dentro das reais condições de trabalho docente da IFE; e devem ainda considerar a diversidade das práticas acadêmicas e as especificidades de cada área do conhecimento, sem favorecimento e/ou prejuízo de umas em relação as outras.

Funpresp/Ebserh/Fundações/Os

Os ataques do governo federal contra a autonomia universitária e retirada de direitos dos trabalhadores, surgem das mais diferentes formas, como a entrega do patrimônio público ao capital privado, resultando na reconfiguração do mundo do trabalho, e intensificando ataques aos direitos da classe trabalhadora historicamente conquistados na conjuntura atual, através da administração de empresas privadas via Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS). Nesse mesmo compasso, as fundações estatais de direito privado e a EBSEH – também instrumento de ataque direto à estrutura das IFES em sua autonomia administrativa e seu princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão –, apresentam-se como mais um instrumental de desmonte do próprio SUS. Portanto, em sua dinâmica de funcionamento, a EBSEH, aliada ao projeto do MEC e MCTI de criar organização social para contratar docentes por meio da CLT, reflete a política do governo federal de extinguir o RJU e precarizar cada vez mais as condições de trabalho dos SPF, afrontando o dispositivo constitucional de nº 207, referente à autonomia universitária.

Estes ataques à autonomia se expressam das formas mais arbitrárias nas IFES, especialmente na condução autoritária de reitores que assinam contratos de adesão à EBSEH sem debater com a comunidade e, por vezes, nem mesmo os Conselhos Superiores das instituições. Neste quadro de destruição da educação pública e de privatização do fundo público, a criação do regime complementar de previdência tem acusado um forte golpe de resistência da categoria docente: a baixa adesão dos docentes ao FUNPRESP, resultado da campanha protagonizada pelo ANDES-SN, tem conduzido as administrações das IFE a operarem uma política de assédio aos docentes cada vez mais presentes, constringendo os docentes à aderirem ao fundo. Ainda sobre direitos de aposentadoria, tendo em vista que um dos setores que mais sofre com os ataques aos direitos trabalhistas são os aposentados, os desafios que se colocam apontam tanto no sentido da continuidade das lutas pela aprovação da PEC 555/2006 e do PL 4434-2008, assim como, pela garantia de direitos de aposentadoria na reconfiguração das resoluções sobre desenvolvimento na carreira, que vem ocorrendo por dentro das IFE.

A conjuntura exige atuação do Setor na mobilização e definição de ações que fortaleçam nosso projeto de educação e de carreira docente, bem como, incidir para reverter a precarização das condições de trabalho. Vale lembrar que o distanciamento temporal entre a preparação do Caderno de Texto e a realização do 34º Congresso, conduz a ausência de um cronograma de ações, uma vez que ainda estão em curso as articulações com as demais entidades representativas dos servidores públicos federais.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A- NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Intensificar a ação na CNESF (Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais) para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF;
- 2.** Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras;
- 3.** Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las;
- 4.** Retomar, por meio das Secretarias Regionais e Seções Sindicais, as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF, fomentando, dentro do possível, a efetiva participação da CSP-Conlutas e outras centrais que se disponham à luta política de mobilização dos SPFs nos estados;
- 5.** Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos SPF;
- 6.** Desenvolver a Campanha 2014 dos SPF, a partir de eixos, pauta, estratégia de ação e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais;
- 7.** Intensificar e dar visibilidade às ações da Campanha Salarial em 2014 com movimentações de rua, paralisações nacionais e intensificação da unidade com os demais segmentos dos SPF;
- 7.1** Eixos da campanha 2014, definidos em articulação com as demais entidades dos

SPF:

- Definição de data-base (1º de maio);
- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações;
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolo de intenções firmados;
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;
- Retirada de PLs, MPs dos decretos contrários aos interesses dos servidores públicos;
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Reajuste dos benefícios;
- Antecipação para 2014 da parcela de reajuste de 2015.

8. Intensificar as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades, movimentos sociais e populares, reforçando a articulação classista na base, com destaque para a necessidade de constituir fóruns para atuação conjunta com os servidores públicos e com os demais segmentos do setor educação. Nesse movimento, reforçar e buscar apoio para as campanhas temáticas que temos defendido, em especial, 10% do PIB para a educação pública já, busca de apoio e assinaturas para aprovação da PEC 555, do projeto de Lei de iniciativa popular para democratização das comunicações e contra EBSEH, FUNPRESP, PL 4330 e PLP 92;

9. Intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência, contra a redução do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e na defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta;

10. Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação;

11. Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política;

12. Intensificar a luta contra a criminalização das mobilizações e das lutas dos diferentes segmentos dos trabalhadores e da juventude sobretudo por meio do engajamento nas campanhas contra o PLS 499/2013.

B – QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL:

- 1.** Atualizar a estratégia de mobilização/negociação e as iniciativas políticas para conquistar a reestruturação da carreira docente a partir da experiência acumulada.
- 2.** Desencadear, a partir do 33º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário;
- 3.** Deliberar, a partir da avaliação de base, sobre a necessidade, as condições e as possibilidades de retomada da greve da categoria no ano de 2014;
- 4.** Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação, bem

como as deliberações pertinentes, de acordo com o posicionamento do setor das IFE, tendo como referência a proposta de Carreira de Professor Federal aprovada no 30º Congresso.

INICIATIVAS E AÇÕES:

5. Fazer a disputa e o enfrentamento aos desdobramentos da implantação do projeto de carreira do governo tanto em âmbito local como nacionalmente;
6. Intervir fortemente em cada IFE para que a progressão/promoção dos docentes na carreira não seja obstaculizada e para que sigam critérios definidos no âmbito da autonomia universitária;
7. Elaboração de material que explicita as consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores;
8. Definir atividades de mobilização e ações conjuntas de luta com o Sinasefe para conquistar a reestruturação da carreira docente;
9. Recepcionar os docentes em 2014, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação da carreira docente considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, e a respeito dos novos projetos de lei em tramitação, como o PNE, o INSAES, o PLS 518/ 2009, a lei das instituições comunitárias da educação superior, conclamando para intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação.
10. Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo em relação à carreira para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;
11. Aprofundar a discussão sobre a Carreira Única de Professor Federal com os professores e nos conselhos superiores das IFE e CPPD, com o objetivo de retomar a força do movimento de apoio à nossa proposta;
12. Buscar interlocução com a ANDIFES, CONIF, CONDICAP e CODETUF com o objetivo de obter apoio à reestruturação da carreira docente, conforme proposta pelo ANDES-SN;
13. Atuar no Congresso Nacional no âmbito da luta pela reestruturação da carreira docente proposta pelo ANDES-SN.
14. Dar continuidade às lutas e ações jurídicas em resposta às consequências das políticas e medidas implementadas pelo governo, em especial, na questão da carreira docente.
15. Imprimir caráter nacional à campanha específica do setor das IFE em 2014, nos seguintes termos:
 - 15.1 Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 33º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;
 - 15.2 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2014, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 33º Congresso;
 - 15.3 Coordenar as ações de enfrentamento e a troca de informação sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, dando visibilidade nacional, sob o eixo

geral: luta por melhores condições de trabalho, valorização salarial e autonomia universitária.

15.4 Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

a) Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

b) Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação, por um lado, das insuficiências, e por outro, das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

c) Democracia: enfrentar e denunciar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

d) Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas;

16. Ampliar a produção dos dossiês que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc. Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das universidades, elaborando matérias e boletins, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria;

17. Dar continuidade à luta em defesa dos colégios de aplicação – CAP e das escolas vinculadas às IFE, priorizando:

17.1 Denunciar que o ataque aos CAP é também um ataque à autonomia das IES onde eles são instituídos;

17.2 Mobilizar a categoria para reverter os ataques que têm sido perpetrados contra os CAP, utilizando para isso a divulgação de análises críticas, políticas e jurídicas que demonstrem os movimentos do governo no sentido do desmonte dos CAP, restringindo vagas de pessoal, condições de trabalho e tratamento dado em relação à carreira docente;

17.3 Intensificar a luta contra a diferenciação entre professores do Magistério Superior e professores da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, em direção a uma carreira única;

17.4 Lutar pela garantia da autonomia acadêmico-política dos CAP no contexto das universidades públicas, pela responsabilidade pública de sua manutenção e desenvolvimento, além da garantia de condições de trabalho adequadas a essa natureza, dando continuidade ao debate interno no Sindicato para aperfeiçoar a elaboração e ajustar as ações nesse mesmo sentido;

17.5 Manter a pauta conjunta de discussões com o GTPE sobre atividades acadêmico-políticas dos CAP;

- 17.6** Que as seções sindicais promovam seminários e debates em cada IFE sobre a situação das escolas vinculadas, casas de cultura e outras realidades, recolhendo informações detalhadas sobre essas unidades universitárias, a serem encaminhadas para a secretaria do ANDES-SN com o objetivo de compor um diagnóstico nacional;
- 17.7** As seções sindicais deverão realizar campanhas pela garantia da vinculação dos CAP à estrutura acadêmica das IFE;
- 17.8** Intensificar a luta pela reposição e ampliação imediata do quadro docente dos CAP e escolas vinculadas para o atendimento de todas as suas necessidades específicas, via concurso público, reconhecendo estas instituições que são unidades de ensino, pesquisa e extensão.
- 17.9** Realizar levantamento nacional sobre a situação do quadro docente nos CAP e nas escolas vinculadas e esclarecimentos dos critérios de distribuição destas vagas.
- 18.** Lutar pela revogação da Portaria Interministerial nº 253 de 26/07/11, que, dentre outros, fere flagrantemente a autonomia universitária e afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes do EBTT.
- 19.** Realizar ações de esclarecimento a respeito do significado dos RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências), sobretudo em relação a precarização do trabalho docente.
- 20.** Dar sequência nas seções sindicais ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSEH e ao FUNPRESP;
- 21.** Reafirmar a autoaplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal, lutando para que o Poder Executivo reverta o conjunto normativo e suas posturas que atentam contra a autonomia universitária:
- 21.1** Atuar nas universidades, frente à Andifes e aos três Poderes, em defesa da autonomia com democracia e financiamento público das IFE, tendo como parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”;
- 21.2** Avançar nacionalmente e em cada IFE, por atuação das seções sindicais, na identificação de dados, métodos, critérios ou falta de critérios, relacionados com o funcionamento das instituições, especialmente a respeito de verbas, pessoal, organização do trabalho e atividades inerentes às atividades de ensino/pesquisa/extensão/administração;
- 21.3** Produzir estudos a respeito da evolução orçamentária de cada IFE frente à evolução do número de cursos, matrículas, docentes e TAs, distinguindo verbas de pessoal, custeio (em custeio, contratação de serviços), investimento e HUs;
- 21.4** Buscar mais informações em cada IFE a respeito das consequências decorrentes da utilização do SISU como método de seleção dos estudantes;
- 21.5** Produzir um balanço a respeito dos processos estatuintes em curso ou em vias de instalação nas IFE, tomando como referência as deliberações do ANDES-SN sobre democratização das universidades, especialmente o Caderno 2;
- 22.** Explicitar e desmascarar o governo em sua ação relacionada com a retirada de direitos previdenciários, a situação atual de ataque à equiparação entre ativos e aposentados, os prejuízos gerados pelos desdobramentos da desestruturação da carreira

e também aos novos ingressantes;

23. Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades;

24. Intensificar a denúncia dos cursos pagos como violação do princípio da gratuidade de ensino e lutar pelo fim da cobrança de quaisquer valores nos cursos das universidades;

25. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do setor em 2014:

25.1 Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março;

25.2 Atualizar as pautas locais em todas as seções sindicais e estabelecer negociação com as reitorias tendo como referência a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE aprovada neste 33º Congresso;

25.3 Cronograma de lutas da Campanha 2014 nas reuniões do Setor das IFE:

- Entre 24 e 28 de fevereiro - protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;

- Entre 10 e 14 de março - enviar para as seções sindicais InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;

- De 10 a 18 de março - rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação dia 19 e atualização da pauta local;

- De 13 a 18 de março - indicar as seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos Fóruns de Servidores Públicos Federais em seus Estados;

- Dia 19 de março - dia nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização;

- Dia 19 de março - Ato público em Brasília;

- Dia 21 de março - Reunião ampliada da Coordenação Nacional da CSP/CONLUTAS, em São Paulo;

- Dia 22 de março - Encontro do Espaço de Unidade de Ação, em São Paulo;

- Entre 24 e 28 de março - Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação;

- Dia 27 de março - Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades nacionais dos SPF;

- Dias 29 e 30 de março - Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

26. Lutar pela revogação da Lei 12.772/12, retomar e intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial e por melhoria das condições de trabalho, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira

única, aprovado no 30º Congresso;

26.1 Divulgar, por diferentes meios (jornais, informativos, cartilhas, etc) as características das leis 12.772/2012 e 12863/2013 e suas implicações à luz da proposta de carreira do ANDES – SN).

27. Exigir do MPOG a revogação da Orientação Normativa nº 02/1998, reeditada em 2011 (nº 02/2011), que regulamenta o pagamento de férias para servidores afastados para qualificação.

28. Aprofundar a discussão sobre os CEFETs e Institutos Federais em torno de suas especificidades institucionais e representação sindical.

29. Reafirmar em 2014 a pauta do setor aprovada em 2013, já protocolada junto ao governo federal, exigindo negociações efetivas.

30 Atualizar a pauta para 2014, conforme segue:

*** PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFE – CAMPANHA 2013/2014**

1. UNIVERSIDADE PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE (demandas gerais)

a) garantia de que o caráter público da universidade, sua autonomia constitucional e a função social da atividade docente sejam os elementos definidores das políticas de financiamento e do regimento das relações de trabalho;

b) garantia de financiamento público estável e suficiente para as IFE, assegurando incrementos compatíveis para a expansão com qualidade, tal como apresentado no PNE da Sociedade Brasileira;

c) garantia das condições adequadas para que o exercício do trabalho docente se desenvolva fundamentado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em busca do padrão unitário de qualidade;

d) garantia de carreira única para todos os docentes das IFE;

e) garantia de aposentadoria integral, de forma a assegurar a paridade entre ativos e aposentados, resguardando o poder aquisitivo dos proventos, além de todos os direitos e vantagens percebidos quando da aposentadoria;

f) garantia das condições para que as IFE cumpram a sua responsabilidade de oferecer educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade para todos, como direito social e dever do Estado, combatendo todas as formas de precarização decorrentes das iniciativas que vêm sendo impostas a título de reforma universitária;

g) garantia de que a contratação do corpo docente se dê unicamente pelo Regime Jurídico Único;

h) manutenção da estabilidade no emprego como regra nas IFE e nos serviços públicos;

i) garantia do princípio da isonomia salarial entre cargos públicos com funções, titulação e regime de trabalho equivalentes;

j) garantia do caráter público e da função social das IFE, assim como sua desprivatização;

k) garantia de estatuto jurídico público para as IFE e seus órgãos complementares, preferencialmente como autarquias de regime especial, assegurando a responsabilidade

do Estado e a autonomia universitária constitucional;

l) garantia de um sistema de avaliação institucional das IFE de caráter autônomo e democrático, tendo como referência o projeto político acadêmico de cada instituição, resguardando-se o integral financiamento público do sistema;

m) garantia de condições estruturais e acadêmicas que propiciem a universalização do acesso dos estudantes às universidades públicas do país;

n) garantia da gratuidade, integralidade e universalidade das ações dos hospitais universitários (HUs), com adoção de medidas contra sua mercantilização e privatização.

2. AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E VAGAS DOCENTES

a) cumprimento do preceito constitucional que dispõe recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplicando o índice nunca inferior a 18% previsto sobre a arrecadação líquida de impostos, somando-se a arrecadação das contribuições, excluídas apenas as contribuições relativas à previdência social e ao salário educação, e destinando no mínimo 75% desses recursos às IFE;

b) preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU/PUCRCE, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos;

b.1) Autorizar a imediata realização de concursos públicos que preencham, com professores efetivos, preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, todas as vagas abertas pela Lei nº 12.677/2012, e imediata contratação dos concursados;

b.2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE;

b.3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas três décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação;

c) contratação de professores substitutos, limitada às situações eventuais de excepcionalidade, para suprir a falta de professor na carreira, por prazo determinado, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação docente, licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112 – RJU;

c.1) assegurar que a ampliação do número de matrículas e criação de cursos sejam condicionadas à ampliação do número de cargos docentes preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, e técnico-administrativo, conforme projeção de necessidades definida de forma autônoma em cada unidade acadêmica, com autorização de concursos efetivos, espaço físico e equipamentos adequados.

d) retirada do PLP nº 92/07, que autoriza o Poder Público a instituir, em várias áreas do serviço público, as chamadas Fundações Estatais de Direito Privado, autorizando a venda de serviços que hoje se constituem em direitos de cidadania sob responsabilidade do Estado;

e) manutenção da natureza jurídica dos HUs em autarquias públicas vinculadas ao MEC e às universidades públicas, com financiamento viabilizado por meio de recursos públicos oriundos da seguridade social, da ciência e tecnologia e da educação, de modo a garantir condições adequadas de funcionamento, preservando as finalidades

concomitantes de integrar-se à rede do SUS e suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e.1) intensificar a luta pela não adesão ao EBSEH;

f) autonomia de nomeação, pelas IFE, de seus procuradores jurídicos, com garantia de atuação igualmente autônoma, sem subordinação administrativa à AGU;

g) prioridade do financiamento da educação pública em relação ao pagamento dos encargos da dívida pública;

h) instituição de uma mesa de negociação para discutir o orçamento das IFE na perspectiva de estabelecer os quantitativos de suplementações necessárias ao orçamento de 2013, além das diretrizes e montantes para a LDO e LOA de 2014, tendo como referência a garantia de orçamento global, mantendo-se separadas as rubricas de Pessoal e OCC, de forma a que os recursos para OCC sejam de, no mínimo, 28% dos recursos destinados à despesa de pessoal e encargos em cada IFE, e mais 3% da soma dos recursos de Pessoal e OCC para assistência estudantil, além dos recursos destinados à expansão e fomento;

i) Conclusão imediata das obras e reforma de infraestrutura para atender a expansão precarizada promovida pelo REUNI garantindo plenamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

i.1) conclusão das obras com prazo de conclusão vencido já iniciadas nas IFE;

i.2) construção de salas de aula respeitando o limite de vagas ofertadas para o ingresso dos alunos em cada curso;

i.3) construção dos laboratórios, clínicas, ambulatorios e demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, atendendo às normas de biossegurança;

i.4) adequação dos laboratórios, clínicas e ambulatorios já existentes às normas de biossegurança, bem como adequação dos demais espaços previstos nos projetos políticos pedagógicos;

i.5) criação de restaurantes universitários que atendam à demanda da comunidade universitária, definida em cada IFE e ligada às suas estruturas de gestão autônoma e democrática;

i.6) adequação de todas as estruturas físicas das IFE (já existentes, em construção, e a serem construídas) às normas de acessibilidade vigentes no país;

i.7) realizar auditoria sobre o REUNI, avaliando as metas impostas de expansão de matrículas e a contrapartida governamental no que concerne à ampliação de recursos humanos e instalações físicas;

i.8) condicionar a continuidade do processo de expansão em curso à avaliação das metas do REUNI e ao atendimento de todas as demandas de pessoal e infraestrutura;

j) afastar qualquer possibilidade de medidas que possam levar a contingenciamentos ou retenções de verbas orçadas, exigindo regularidade no fluxo de liberação financeira;

k) manutenção dos saldos de exercício financeiro na instituição para execução no ano seguinte;

l) aplicação imediata de recursos públicos, da ordem de 1,5% do PIB, em ciência e tecnologia;

m) fixação de recursos, nos orçamentos das IFE, para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, com a definição democrática desses valores;

- n)** políticas de incentivo à pesquisa dos órgãos financiadores direcionadas às instituições públicas federais de educação básica, técnica e tecnológica;
- o)** autonomia das universidades no que diz respeito aos instrumentos centralizados de gestão administrativa e financeira do governo;
- p)** revogação da cobrança de taxas, a qualquer título, nas IFE;
- q)** desvinculação das IFE com as fundações privadas ditas de apoio, impedindo o estabelecimento de convênios e ajustes para implementação de suas atividades fins, devendo para isso recuperar as suas instâncias administrativas de infraestrutura e pessoal competente para tais tarefas;
- r)** remoção, respeitadas as regras de controle e transparência do uso do dinheiro público, das dificuldades legais e entraves administrativos que dificultam o bom andamento do trabalho acadêmico e administrativo das IFE, em especial a execução de projetos e convênios de interesse acadêmico da instituição;
- s)** exigir, junto ao MEC, a realização de concursos para as vagas já existentes e a criação de novas vagas para atender às demandas atuais dos Colégios de Aplicação;
- t)** exigir, junto ao MEC, à SESu e à ANDIFES que assumam a responsabilidade pelos Colégios de Aplicação, respeitando a autonomia universitária;
- u)** exclusão de dispositivos antidemocráticos do PPA/LDO/LOA 2014, como o artigo 76 da LDO/2013, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

- a)** escolha dos dirigentes pela comunidade universitária em eleições diretas, no mínimo paritárias;
- b)** respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFE, garantindo a sua homologação no âmbito da própria instituição;
- c)** definição democrática de critérios públicos para a distribuição interna de recursos e de cargos, além de outras medidas de transparência na gestão;
- d)** condições equânimes de participação na vida acadêmico-institucional a todos os docentes, inclusive os substitutos, os em estágio probatório e os dos campi descentralizados;
- d.1)** combater e exigir a punição das práticas de assédio moral crescentes nas IFE, em especial aos docentes em estágio probatório;
- e)** lutar para que seja respeitada a decisão contrária à adesão EBSE RH, dos conselhos universitários, sem prejuízos de destinação orçamentária;
- f)** assegurar o direito à livre manifestação política nos campi;
- g)** garantia de liberação para o exercício de mandato classista, sem perda da remuneração e demais direitos, mediante alteração do artigo 92 da Lei nº 8112/90 (RJU);
- h)** contra a cobrança de qualquer contribuição sindical compulsória;
- i)** lutar para que sejam definidas/revisadas, com urgência, as normas institucionais das IFE (estatuto, regimento e outras) por meio de processos democráticos, dos quais

participe toda a comunidade envolvida;

j) processos de democratização e revalorização dos órgãos colegiados;

k) revogação imediata da Lei nº 9192/95, do Decreto nº 1916/96, que a regulamenta, e do parágrafo único do artigo 59 da LDB – 9394/96, que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia universitária na escolha de dirigentes;

l) democratização das agências de fomento à pesquisa como CAPES, CNPq e FINEP.

4. CONDIÇÕES DE TRABALHO, CAPACITAÇÃO E SEGURIDADE

a) eliminação de todas as formas de precarização do trabalho docente, tais como: aumento da relação professor/aluno e de horas em sala de aula, vinculação de parcela do salário ao cumprimento de metas quantitativas, posto que descaracterizam a carreira docente e prejudicam a qualidade do trabalho docente;

b) impedimento de qualquer tipo de contrato precário de trabalho, assim como dos mecanismos que impliquem a transferência de responsabilidades docentes para estudantes de pós-graduação, estagiários ou técnico-administrativos;

c) condições adequadas de funcionamento dos novos cursos, especialmente nos campi descentralizados, para que a comunidade acadêmica possa desenvolver, com qualidade, seu trabalho, que, em relação aos docentes, implica o respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

d) ampliação da infraestrutura necessária à pesquisa nas IFE, incluindo laboratórios, equipamentos, logística, pessoal e setores administrativos da própria instituição com capacidade de gerenciamento eficiente de projetos e convênios;

e) recuperação do preceito constitucional original de paridade e integralidade da aposentadoria;

f) eliminação do padrão do produtivismo científico que, além de reforçar uma competição individualista, tem contribuído para a redução na qualidade da produção acadêmica;

g) eliminação, no sistema de avaliação acadêmica, de qualquer exigência do cumprimento de metas burocrático-gerenciais;

h) reversão da crescente criminalização do direito de divergir, bem como combate à perseguição àqueles que lutam em defesa da universidade pública;

i) combate ao assédio moral, causa crescente de doenças físicas e psíquicas dos docentes, denunciando-o ao Ministério Público e às Delegacias do Trabalho;

j) controle dos fatores determinantes das condições de insalubridade, periculosidade, penosidade e que representem qualquer tipo de risco à saúde dos docentes em suas atividades acadêmicas;

k) condições de funcionamento para as atividades acadêmicas noturnas idênticas às aquelas oferecidas durante os expedientes diurnos;

l) apoio oficial adequado à capacitação docente, tanto dos órgãos de fomento como da própria IFE, o que envolve atualização do valor das bolsas de estudo e dos seus prazos de cobertura, repudiando a precariedade contida no ProDoutoral/PLANFOR.

5. CARREIRA ÚNICA

a) exigir do governo a imediata abertura de negociações para a reestruturação da Carreira do Magistério Federal;

b) retirada da PEC nº 306/08, bem como qualquer outra iniciativa que proponha a extinção do RJU e a contratação via CLT nos serviços públicos;

c) restauração dos direitos dos servidores públicos suprimidos do texto original da Lei nº 8112/90 (RJU);

d) extinção do mecanismo de gestão da força de trabalho docente através do banco de professor-equivalente, dado seu caráter precarizador e fragmentador da categoria, a fim de garantir que todos os professores efetivos nas IFE tenham direito ao regime de dedicação exclusiva.

6. POLÍTICA SALARIAL

Estabelecimento de pontos comuns com os SPF:

a) revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos, como preceitua a Constituição, em índice no mínimo igual à desvalorização monetária, de acordo com o ICV DIEESE;

b) estabelecimento de política salarial que recupere as perdas históricas;

c) reivindicar do governo a retomada do processo de discussão, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC);

d) reconhecimento da data-base em 1º de maio;

e) restabelecimento dos anuênios;

f) pagamento imediato de todos os precatórios pendentes. Pontos da política salarial dos docentes das IFE;

g) piso salarial para os docentes das IFE nos termos do artigo 7º, inciso 5º, combinado com o artigo 206, incisos 5º e 8º da Constituição Federal, no valor do salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2014, para docente graduado em Regime de Trabalho de 20 h;

h) equivalência da remuneração e condições de trabalho dos professores substitutos com a dos docentes efetivos com a mesma titulação e regime de trabalho;

i) manutenção dos valores destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e pensionistas com recursos do Tesouro Nacional, no orçamento e na folha de pagamentos da IFE de origem. Esse pagamento não será incluído a título de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

j) reversão do confisco nos proventos de aposentadoria e pensão decorrentes da exigência de contribuição dos aposentados e pensionistas à Previdência, bem como dos impactos decorrentes das Leis nº 11.784/08, nº 12.772/12 e nº 12.863/13.

7. PROPOSTA SALARIAL

a) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração integral e uniforme do trabalho prestado pelo professor do mesmo nível da carreira, mesmo regime de trabalho e mesma titulação;

b) piso remuneratório no valor de R\$ 2.748,22, correspondente ao salário-mínimo do DIEESE em 1º de janeiro de 2014, para docente graduado, em Regime de Trabalho de 20 h;

c) interstício de 5% entre os níveis da carreira;

d) remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira, que unifique em uma linha só no contracheque os percentuais correspondentes à titulação e

regime de trabalho. Os percentuais de acréscimos relativos à titulação serão: de 75% para doutor ou livre-docente; de 37,5% para mestre; de 18% para especialização; de 7,5% para aperfeiçoamento. Tendo por base o regime 20 horas semanais, os percentuais de acréscimo relativo ao regime de trabalho serão: 100% para o regime de 40 horas; 210% para o regime de DE;

e) paridade e integralidade para os aposentados;

f) reposicionamento, de forma a resguardar a posição do docente em relação ao topo da carreira na data da aposentadoria, e garantia dos direitos decorrentes da aplicação do artigo 192, da Lei nº 8.112/90 (RJU), aos docentes que se aposentaram até 1997 e aos seus pensionistas.

TR - 25

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

A - NO ÂMBITO DOS SPF

1. Desenvolver a Campanha 2015 dos SPF de forma articulada com outras entidades dos SPF, que se disponham a construir as lutas a partir da definição de eixos, pauta, estratégias de ação e calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais

2. Que a campanha salarial dos SPF para 2015, tenha como eixos centrais: o reajuste salarial linear e a definição de um índice unitário de recomposição salarial, como forma de fortalecer a unidade entre os SPF e definição de data-base em 1º de Maio.

3. Participar das atividades previstas na agenda da Campanha Salarial dos SPF de 2015, conforme segue (a construção da campanha salarial dos SPF está em andamento e seus desdobramentos serão apontados no 34º Congresso).

B - QUANTO A PAUTA ESPECÍFICA E AGENDA DO SETOR

1. Manter como eixos centrais de luta para 2015: projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal e condições de trabalho.

2. Desencadear, a partir do 34º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos, que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário

3. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação com o Governo, de acordo com o posicionamento do setor das IFE, tendo como referência a pauta de reivindicações aprovadas no 34º Congresso

4. Recepcionar os docentes em 2015, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação da carreira docente, considerando a vigência da Lei 12.772/12 e da Lei 12.863/13, e os desdobramentos da implementação das referidas leis através de resoluções sobre promoção/progressão e RSC em cada IFE, conclamando para intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação

5. Imprimir caráter nacional à campanha específica do setor das IFES em 2015, nos seguintes termos:

5.1 Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 34º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;

5.2 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2015, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 34º Congresso;

5.3 Dar visibilidade nacional às ações de enfrentamento sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, em relação à pauta de reivindicações aprovada no 34º Congresso

5.4 Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes pontos:

a) *cargos/vagas*: cobrar a ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

b) *infraestrutura e orçamento*: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, destacando as insuficiências e as impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras e o orçamento federal para as universidades (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos de acesso e permanência estudantil;

c) *democracia*: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, assim como, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como, as atitudes autoritárias de Reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão, processos estatuintes e contratualização com a EBSERH;

d) *destacar outras situações que resultem em precarização ou ataques específicos, tais como*: aposentadoria; adoecimento docente; assédio moral; opressões machistas, homofóbicas, racistas e outras; campi descentralizados; hospitais universitários; CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas.

CARREIRA E SALÁRIO

6. Que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e ANDES-SN no dia 23 de Abril de 2014, onde constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.

7. Que as seções sindicais tenham como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFES, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.

8. Que as seções sindicais enfatizem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.

9. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e seus impactos na carreira EBTT.

10. Denunciar as práticas autoritárias utilizadas pelas administrações superiores nos processos de regulamentação da progressão, promoção e RSC.

11. Que o ANDES-SN atualize os estudos sobre as perdas salariais evidenciando as distorções salariais impostas pela lei 12772/2012 e Lei 12.863/13.

12. A partir do levantamento realizado sobre as resoluções ou minutas sobre promoção e progressão na carreira, aprofundar a análise, tendo como elemento central a discussão sobre democracia, autonomia e precarização do trabalho docente nas IFES.

13. Atuar nas diversas instâncias em cada IFE para que não sejam criadas barreiras que dificultem a progressão/promoção dos docentes na carreira, e para que os critérios sejam definidos no âmbito da autonomia universitária, aprofundando a discussão sobre a Carreira Única de Professor Federal com os docentes.

14. Que as seções sindicais lutem para que os efeitos financeiros e funcionais das promoções/progressões sejam contados a partir da data em que o docente cumpre o interstício de vinte e quatro meses na classe e/ou nível, percebendo remuneração retroativa a partir desta data (conforme apontado pelo Parecer da AJN do ANDES-SN).

15. Que as seções sindicais intensifiquem a divulgação do material elaborado em 2014 (vídeos, textos, cartaz e peças de divulgação), que explicita as nefastas consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores.

PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

16. Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância e subnotificação do trabalho nas universidades, tais como a utilização do ponto eletrônico para controle da jornada de trabalho do docente.

17. Utilizar os dossiês sobre precarização do trabalho como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFES e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho, ampliando a produção de outros dossiês locais que registrem os problemas vivenciados pelas IFE, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc.

FUNPRESP/EBSERH/FUNDAÇÕES/OS

18. Que as seções sindicais realizem levantamento sobre as ações que o governo e as administrações locais das IFE estão utilizando para a adesão dos docentes ao Funpresp.

19. Intensificar o trabalho junto aos docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a adesão ao Funpresp representa, indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência, denunciando as iniciativas de assédio dos docentes para adesão ao referido Fundo.

20. Dar continuidade às estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA e o movimento estudantil, com objetivo de construir agendas de debates e lutas constantes visando combater a EBSERH, precarização nas IFE, FUNPRESP e a implementação do PNE.

21. Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES, e colaborando com o Ministério Público Federal na apuração das irregularidades.

22. Denunciar as iniciativas do governo em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais (OS), tal como foi recentemente divulgada pelo presidente da CAPES com aval do MEC.

23. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do setor em 2015 (a construção da campanha específica do setor está em andamento e seus desdobramentos serão apontados no 34º Congresso).

TEXTO 26

Contribuição do professor José Maria Alves da Silva – sindicalizado da ASPUV-S.Sind.

O AVANÇO DA HETERONOMIA NA ACADEMIA

TEXTO DE APOIO

Conforme consta no difundido Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, heteronomia é o nome que se dá à “condição de pessoa ou de grupo que receba de um elemento que lhe é exterior, ou de um princípio estranho à razão, a lei a que se deve submeter”. Pois é exatamente isso que está acontecendo de forma progressiva na Universidade Brasileira, em flagrante violação ao artigo 207 da Constituição Nacional, o qual reza que: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão”.

Comparando o que ocorre hoje na Universidade Pública em relação ao que havia no tempo da ditadura militar não há dúvida de que naqueles tempos gozava-se de maior autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial do que atualmente. Além disso, no que tange às atividades de ensino, pesquisa e extensão, os docentes de outrora podiam estar sujeitos à espionagem do Serviço Nacional de Informações (SNI), mas ninguém ditava, de fora para dentro, o que deveria ser feito dentro dos laboratórios ou nas salas de aula, como agora está ocorrendo em muitos programas de pesquisa e pós-graduação, nos quais, para sobreviver, os docentes estão tendo de se submeter cada vez mais a desígnios, regras, prioridades e valores impostos de “fora para dentro” dos *campi* universitários. Uma verdadeira opressão estabelecida por órgãos localizados nos ministérios da educação (MEC) e da ciência, tecnologia e inovação (MCTI), como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (Capes).

Criados por iniciativa de grandes brasileiros, com o propósito de fomentar a ciência e a educação nacional, esses órgãos foram aos poucos mudando de rumo, desviando-se dos ideais originais para se converterem em meros espaços estratégicos para a formação de relacionamentos simbióticos entre tradicionais oligarquias científicas, negócios privados e burocracias estatais.

Na origem do CNPq estava o ideal científico do grande físico brasileiro Cesar Lattes, que, instrumentalizado pela burocracia, hoje é mais conhecido pelo currículo que leva seu nome.

A Capes, idealizada pelo educador Anísio Teixeira, tinha por objetivo original a qualificação de professores, partindo do princípio óbvio de que não pode haver boa educação sem bons quadros docentes, e que não adianta expandir o sistema educacional sem o recurso fundamental que determina sua qualidade: o professor.

No entanto, fazendo um balanço sobre o que estas agências, de fato, estão fazendo, e há muito tempo, chegamos à conclusão de que se encontram em estado de flagrante contradição com os objetivos originais que justificaram sua criação.

Certamente, as universidades públicas brasileiras poderiam contar com apoios importantes caso estas agências de fato funcionassem de acordo com os objetivos originais de sua criação, mas sem que, para isso, tivessem de se portar de forma subordinada e dependente, como de fato está acontecendo, devido a uma crescente relação de dependência financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) espalhadas por todo o Brasil para com órgãos federais localizados em Brasília.

Esta relação de dependência acentuou-se no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, cujo governo, premido pela crise financeira, provocou o maior esvaziamento de recursos orçamentários já presenciado na história das Ifes. E isto fez aumentar sobremaneira a dependência financeira das mesmas em relação a outras fontes de recursos, por meio de projetos e convênios. O CNPq passou então a ditar os rumos da pesquisa e a Capes a ter poder de vida e morte sobre os cursos de pós-graduação.

Se existe um órgão lotado no MCTI para fomentar nas universidades as atividades que lhe dizem respeito, é lógico supor que o mesmo deveria acontecer no MEC, para o fomento da educação. Mas, na verdade, isto não ocorre. Um exame da missão da Capes, disponível em seu sítio da internet, indica maior compromisso com pesquisa científica do que com a educação superior propriamente dita. Há bom tempo que sua principal função tem sido fomentar e avaliar programas de pós-graduação. Até aí nenhuma incoerência, uma vez que a pós-graduação também faz parte da educação. Contudo, os parâmetros de avaliação e critérios de distribuição de recursos utilizados priorizam as atividades de pesquisa vinculadas a estes programas, como é o caso de publicações em revistas científicas indexadas. É aí que está a distorção. Outro fator importante é o que se chama de inserção internacional, entenda-se “convergência de conteúdos disciplinares e programas de pesquisa a padrões ditados de fora para dentro” do País.

Ademais, estes critérios estão contribuindo para aumentar as desigualdades de condições entre as Ifes. As que não operam com pós-graduação ficam limitadas às dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União (OGU) diretamente alocadas à função de educação superior. As que possuem programas de pós-graduação, tradicionalmente as mais bem localizadas em relação aos centros de poder, têm acesso diferenciado a recursos extras provenientes de transferências da Capes e do CNPq, e também de projetos e convênios com empresas privadas e outros órgãos públicos, por meio das chamadas “Fundações de Apoio”. Assim, o atual sistema brasileiro de ensino público superior pode ser dividido em dois segmentos: um que subsiste em condições miseráveis, mas independente de “agências reguladoras”, e outro constituído pelas universidades com tradição em pesquisa, mas que depende crucialmente de fontes de recursos extraordinários.

A criação de novos programas de pós-graduação, com uma mínima garantia de recursos, depende da aprovação da Capes, em conformidade com os padrões ditados, ao passo que os programas já existentes que não obtiverem pontuação suficiente para alcançar classificação igual ou superior a quatro perdem acesso aos recursos e são praticamente condenados à extinção. Nesta relação subordinada, tudo o que os docentes podem fazer é seguir os ditames da Capes, que os pró-reitores de ensino e pesquisa encaminham aos coordenadores de cursos para conhecimento dos professores sobre ao que deverão obedecer.

Estando, de fato, mais focada na atividade de pesquisa do que na educação, a Capes se coloca numa área de superposição com o CNPq, desvirtuando-se em relação ao seu objetivo original, que era o da formação de quadros docentes qualificados. Na universidade pública, isso pressupõe a formação não apenas de pesquisadores ou tecnólogos, mas, sobretudo, de docentes politizados e pensadores das problemáticas nacionais, capazes de contribuir para a formação de agentes de transformação social.

No entanto, por força das ingerências destas agências, introduziu-se um viés cientificista-tecnológico, a ponto de fazer com que até as atividades nas áreas de humanidades sejam regidas pelos mesmos parâmetros das ciências naturais, exatas e tecnológicas. Trata-se de uma imposição autoritária do monismo metodológico pelas oligarquias científicas que determinam critérios que são mais convenientes a eles próprios, à revelia do povo e do País. Esta é a razão pela qual se vê hoje tantos cientistas políticos, sociólogos, filósofos, historiadores, economistas, geógrafos, antropólogos e outros profissionais das humanidades completamente alheios à nefasta tendência social brasileira. O que estão fazendo eles? Estão elaborando projetos de pesquisa para o CNPq, preenchendo relatórios de prestação de contas, atualizando ininterruptamente o currículo Lattes, prospectando editais e correndo atrás da publicação de *papers* em revistas indexadas, como parte do esforço para que os programas de pós-graduação aos quais pertencem alcancem os pontos necessários para continuar existindo.

É paradoxal constatar que a Capes esteja, de fato, contribuindo para a alienação da classe que deveria estar pensando criticamente o País. O clima de alienação no meio acadêmico é visível na falta de debates, na ausência de conferências indignadas, e mesmo de panfletagem nos meios de comunicação de massa, como era comum em outros tempos de luta pelas liberdades democráticas. Tanto barulho por nada. Os painéis temáticos dos congressos nas áreas de humanidades no Brasil hoje são de uma pobreza assustadora. O que mais se vê são discussões de métodos e assuntos especializados de baixa relevância, por grupos restritos de especialistas que só se comunicam entre si. Enquanto isso, o Brasil caminha na direção contrária ao desenvolvimento, com um povo majoritariamente carente de habitação, educação, cuidados pessoais, sendo tratado como “gado” nos meios de transporte coletivo e no SUS; e com uma classe média cada vez mais ameaçada pelo avanço do consumo de drogas, e da morte violenta por crimes e acidentes, devidos à precariedade e a incúria de órgãos estatais que deveriam zelar pela segurança das famílias.

Questões relacionadas à perda de autonomia das universidades públicas e ao “produtivismo” insano insuflado nos *campi* universitários por obra e arte de agências federais localizadas em Brasília não tem passado despercebidas nas reuniões e congressos do ANDES. No entanto, a nosso ver, além de “barulho” em assembleias, pouco de efetivo tem sido feito para combater os fatores responsáveis pela condição heterônoma da universidade pública. Por nossa iniciativa, encaminhamos um texto para o Congresso de 2007, com propostas de ações concretas nesse sentido. Embora aprovadas, nenhuma delas foi levada à efeito. Esperamos que o mesmo não ocorra com o que possa resultar dos debates sobre o conteúdo deste texto, para o qual apresentamos o texto de resolução abaixo.

TR - 26

O 34º CONGRESSO DELIBERA QUE O ANDES - SN:

1. Conclame suas diretorias regionais e seções sindicais para promover discussões sobre o papel das agências de fomento à educação e à pesquisa, bem como sobre sua relação com as universidades públicas;
2. Promova um grande encontro nacional especificamente dedicado à análise e discussão dos programas de avaliação institucional vigentes nas Ifes e suas implicações no ensino, na pesquisa e na extensão;
3. Pressione a cúpula do MEC e a ANDIFES, visando uma urgente revisão dos critérios de avaliação pela Capes dos programas de pós-graduação;
4. Por meio de seus próprios meios de comunicação, e esforços de ocupação de espaços da mídia, denuncie as consequências nefastas que a condição heterônoma da universidade pública pode trazer para o povo, o País e o Estado de direito.

UMA MINORIA OPRIMIDA DEMANDA APOIO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN historicamente tem se notabilizado pela luta em defesa de minorias oprimidas, como os tradicionais grupos alvos do preconceito étnico-racial, dos ataques homofóbicos e dos vários tipos de assédio, bem como pela solidariedade com os movimentos de defesa dos direitos humanos fundamentais. No entanto, paradoxalmente, parece que não levou ainda na devida consideração a existência de uma minoria oprimida, cujo contingente cresce a cada dia dentro dos redutos de sua própria base sindical. Quem são estas novas vítimas da opressão?

São docentes que, dentro e fora do meio acadêmico, sempre se comportaram de forma coerente com as grandes bandeiras do ANDES: a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, da liberdade de cátedra, do efetivo engajamento social, da priorização da problemática brasileira nas suas atividades de pesquisa, das liberdades democráticas, e da soberania nacional.

A tradicional postura combativa do ANDES dirigida a fontes de opressão não diretamente relacionadas com as atividades docentes é característica louvável que o distingue fundamentalmente de outras organizações sindicais autocentradas onde impera o espírito corporativista. No entanto, há que conferir prioridade ao combate às formas de opressão que atualmente estão se tornando presentes de forma cada vez mais visível no ambiente da Universidade Pública.

Para ilustrar, considere-se o caso real de um personagem concreto que milita no meio acadêmico, como aluno e professor, há mais de quarenta anos, e cuja conduta, tanto na condição docente quanto na discente, sempre foi orientada pela consciência de sua dívida social perante o povo brasileiro, pela ventura de ter podido frequentar a Universidade Pública gratuita, como estudante, e, como docente, ser remunerado à custa do sacrifício tributário de muitos que não têm acesso aos *campi* da Universidade Pública.

Para não compactuar com o que considerava indevida interferência externa na atividade de pesquisa, esse professor abdicou de concorrer a bolsas do CNPq, contentando-se em sobreviver apenas com o salário docente. De forma coerente com o que se espera do regime de trabalho com dedicação exclusiva, ele nunca estipulou preços para proferir palestras ou prestar consultorias, por entender que isso faz parte da função docente dos membros da Universidade Pública; recusou-se a fazer parte de cursos pagos oferecidos no interior das Ifes, por entender que isso contraria a natureza mais autêntica da universidade pública.

Por recusar-se a seguir os ditames impostos pela Capes e fazer concessões ao “produtivismo” inócuo, entrou em choque com a coordenação do curso em que atuava há décadas, razão pela qual acabou sendo banido da pós-graduação.

Foi o único professor do programa de pós-graduação de seu departamento a aderir, sem reservas, ao movimento grevista de 2012, contrariando a orientação da pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa. Estava no comando de greve de sua seção sindical quando ficou sabendo que, na sua ausência, a comissão de coordenação do curso, em reunião com os professores orientadores deliberou pelo seu afastamento de uma das disciplinas que ministrava no programa, cujo conteúdo se recusara a modificar anteriormente por orientação dessa mesma coordenação, interessada em promover “convergência” com o conteúdo de disciplinas ministradas nos programas mais pontuados. Em seu lugar foi designado um jovem professor recém-contratado. O fato causou muita indignação entre seus colegas do comando, por tratar-se de alguém que, em

estado de greve, deveria gozar de imunidade contra decisões administrativas adversas à sua pessoa. No entanto, a diretoria da sua seção sindical nada fez para defendê-lo.

O exemplo aqui retratado é o do próprio autor deste texto. Mas há muito mais exemplos de docentes em condição semelhante, e também dos que, para não cair na “vala comum”, estão suportando os mais variados tipos de assédios. Por excessos de “cobranças de resultados”, o ambiente nos programas de pós-graduação avaliados pela Capes está se tornando cada vez mais hostil e estressante, tanto para os docentes quanto para os discentes que deles participam, razão pela qual, segundo apontam algumas estatísticas, é crescente o número dos acometidos por patologias psicológicas nos *campi* universitários.

E o que o ANDES-SN, de acordo com seu tradicional histórico de lutas, poderá fazer em defesa dessas minorias oprimidas? Duas sugestões nesse sentido são apresentadas abaixo.

TR - 27

O 34º CONGRESSO DELIBERA QUE O ANDES - SN:

1. Promova estudos visando identificar as consequências do produtivismo insuflado pelos mecanismos de avaliação externa sobre as condições do trabalho docente nas Ifes brasileiras;
2. Crie uma espécie de “Comissão da Verdade” para abrigar denúncias de opressões sofridas pelos docentes que se recusam a seguir ditames externos e abdicar de valores e princípios acadêmicos fundamentais relacionados à autonomia científica da universidade e à liberdade de cátedra.
3. Coloque sua assessoria jurídica em sintonia com as assessorias jurídicas das seções sindicais, para identificar casos de violações legais, na área do direito administrativo, e promover ações jurídicas cabíveis em defesa dos docentes.

TEXTO 28

Contribuição dos professores Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Aduesb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Celi Taffarel, Cláudio Lira (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo, Érika Suruagy (Adufrpe); Eudes Baima (Aduece); Marco Oliveira (Aduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Patricia Sartoratto (Adufg); Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Adujff); Janaina Brum (Adufpel).

REAJUSTE SALARIAL E CARREIRA DOCENTE: PAUTAS PRIORITÁRIAS PARA 2015

TEXTO DE APOIO

Após grande mobilização em 2012 os docentes federais não conseguiram avançar nas conquistas. Em 2013 nada foi feito por parte da direção do ANDES-SN para manter a categoria em estado de mobilização, o que repercutiu em 2014.

Priorizando pautas como o inexpressivo “não vai ter copa”, em fevereiro de 2014 a direção do sindicato foi ao congresso do Maranhão sem apresentar nenhuma proposição política efetiva para negociar com o governo federal e arrancar as reivindicações dos docentes. Como reflexo das prioridades da direção, o congresso foi prejudicado por conta do pleito eleitoral do

sindicato, onde o agrupamento liderado pela atual direção apoiada pela CSP-Conlutas não tinha proposta concreta para a luta da categoria.

Após discussões e proposições vindas de delegados da base, o congresso encerrou aprovando um calendário de mobilização com um dia de paralisação nacional, o que colocou para direção a necessidade de mobilizar a categoria em torno das pautas específicas.

NÃO TEVE GREVE NEM NEGOCIAÇÃO, MAS TEVE COPA E ENE

Sem um empenho da direção do ANDES/SN o dia nacional de paralisação não ocorreu efetivamente, o que foi constatado pelos relatos dos dirigentes das seções presentes na primeira reunião do setor das IFE. Se no congresso a prioridade da direção do ANDES-SN era a eleição do sindicato, no período de mobilização pela carreira docente era o Encontro Nacional de Educação (ENE) e o debate do “Não vai ter COPA” e /ou “Na COPA vai ter luta”, enquanto isso SINASEFE e FASUBRA faziam indicativo de greve em 2013.

Com grande atraso em relação aos demais sindicatos, e com prioridades alheias ao pleito da categoria (melhoria salarial e carreira), e, após pressão da base, a direção do ANDES foi instada a exigir audiências com o MEC, que não configuravam mesa de negociação. Enquanto isso na base as assembleias discutiam, e apenas as que tinham mobilização pela pauta local e algumas novas conseguiram aprovar indicativo de greve, sua maioria no norte e nordeste. Em contrapartida as outras seções alegavam baixa mobilização assembleias esvaziadas, culpando as bases e a direita que fazia campanha contra mobilizações e o indicativo de greve, o que em alguns casos contradizia com os informes destas seções e da direção do ANDES quando relatavam positivamente sobre as atividades preparatórias do Encontro Nacional de Educação.

Não bastassem esses elementos, a insistência de sobrepor o debate da pauta concreta da categoria pelos interesses dos movimentos contra a COPA, capitaneada pela CSP- Conlutas, contribui para a desmobilização, uma vez que esta discussão não tinha nenhuma repercussão na base. Ciente desse cenário o governo não levou a sério a interlocução da diretoria do ANDES, cancelando reuniões, e pior, aproveitou para apresentar a autorização de novas vagas docentes para as IFE em reunião com o PROIFES jogando na divisão da categoria.

Em agosto de 2014 então aconteceu o ENE, o que não implicou nenhuma grande mobilização e envolvimento da base da educação brasileira. Enquanto isso não houve nenhum avanço na pauta do setor da IFE. Nesse mesmo período a direção do ANDES ficou de fora e combateu as mobilizações do Plebiscito Popular para Constituinte da Reforma Política, que na semana da pátria (setembro 2014) culminou com uma expressiva participação com quase 8 milhões de votantes, uma mobilização histórica no país e que adentrou decisivamente na campanha eleitoral.

UNIDADE DOS DOCENTES PARA CONQUISTAR SUA PAUTA

A política divisionista da CSP- Conlutas e da direção do ANDES-SN não permitiu um ano de lutas por conquistas para a categoria e impeliu os docentes de juntar-se às ações da maioria da classe trabalhadora brasileira. Com a pauta docente estagnada e sem pressão para negociar com o governo, abriu brecha para que o Proifex negociasse novamente as pautas com o MPOG e MEC.

Acompanhando a posição equivocada da CSP/Conlutas de chamar voto nulo no segundo turno presidencial, a direção do sindicato nacional foi indiferente às eleições para presidente da república e convocou para véspera (dois dias antes) da votação do segundo turno, uma reunião do setor das IFE para discutir carreira. Como discutir carreira docente federal desconsiderando as eleições para presidência da república que decidirá qual governo negociaremos nossa proposta de carreira?! Será mesmo que os trabalhadores e os docentes eram indiferentes a qual governo fosse eleito?

Para retomar as mobilizações pela pauta dos docentes das IFE defendemos que a direção do ANDES assuma como prioridade para 2015 as pautas da categoria tendo como diretriz a recuperação e aumento real dos salários e reestruturação na carreira definindo pontos fundamentais para tal fim, sempre defendendo paridade ativo-aposentado.

Retomar esta luta e as mobilizações passa pela necessidade exigir a abertura de uma negociação efetiva com o governo reeleito e de ampliar a mobilização dos docentes para conquistar o atendimento da pauta específica. Conquistas que podem se apoiar na luta unitária com as entidades dos servidores federais e apoio das centrais sindicais.

TR - 28

O 34º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. Mobilize a categoria com atos, manifestações e paralisações em dias de luta para cobrar do governo abertura das negociações com o ANDES/SN e demais servidores federais das IFES. A primeira paralisação nacional deve acontecer já no mês de março;
2. Reúna-se com todas as entidades dos servidores federais propondo que estas coordenem a campanha salarial unificada do funcionalismo e solicitem apoio das centrais sindicais na interlocução com o governo federal e, cobrem a imediata abertura das negociações prometidas pelo governo ao redor dos 11 pontos acertados com o ministro Aloísio Mercadante no período do 2º turno eleitoral e demais pautas definidas nas entidades;
3. Organize campanha nacional com divulgação de materiais contra a Lei Orgânica das Universidades Federais;
4. Organize seminário nacional sobre a previdência dos novos docentes.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O ano de 2014 foi marcado por intensas lutas nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES), em várias regiões do Brasil. Ocorreram mobilizações e greves em defesa da autonomia, por melhores condições de trabalho, salários, carreira, financiamento adequado. O motivo de fundo dessas mobilizações e greves decorreu da política de contingenciamento e estrangulamentos orçamentários, imposta pelos governos às IES. Vale ressaltar que, nesses enfrentamentos, o Movimento Docente articulou-se com o Movimento estudantil e dos servidores técnicos e administrativos, demonstrando uma forte capacidade de unificação nas lutas em defesa de direitos e da Universidade pública e de qualidade.

No Ceará, professores, estudantes e servidores técnico administrativos das três universidades estaduais (Uece, Urca e Uva) realizaram uma vitoriosa greve entre Novembro de 2013 e Janeiro de 2014. Até Setembro de 2014, o governo cumpriu os seguintes pontos do acordo que selaram o fim da greve: recomposição das tabelas salariais dos servidores e o envio de lei que institui o Plano de Cargos e cria vagas para servidores técnicos a serem preenchidas em concurso subsequente; autorizou a complementação de verbas para assistência estudantil no ano de 2014, no valor de 30 milhões de reais, distribuídos igualmente entre as três universidades; tramitou e publicou leis que regulamentam os seguintes aspectos do Plano de Cargos dos docentes: Dedicção Exclusiva, Mudança de Regime de Trabalho e Afastamento de docentes para pós-graduação e pós-doutorado. No entanto, o não cumprimento de pontos deste mesmo acordo considerados fundamentais – quais sejam, realização de concurso para professores e servidores, contratação de 31 docentes já concursados nas três universidades, regulamentação da classe de professor associado, a ampliação/reforma do prédio e criação de novo curso na Facedi/Uece – levou professores e estudantes a retomarem a greve em Setembro de 2014. As tratativas com o governo resultaram no envio da regulamentação do Plano de Cargos para a Assembleia Legislativa e no encaminhamento do projeto de reforma da Facedi. Quanto à contratação dos docentes concursados e à realização de concurso para professores, há um impasse causado pela exigência do governador de que os docentes atuais e futuros dediquem 52% de sua jornada de trabalho à sala de aula. Na prática, esta condição implica em drástica redução da demanda de vagas apresentada pelas administrações superiores das universidades e encampadas pelo movimento docente/discente, reduzindo-a a zero em vários cursos. Se efetivada, a medida transforma as IEES cearenses em escolas de terceiro grau, onde se desenvolvem apenas o ensino, bem como imprime grave ataque ao trabalho docente.

Na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), os docentes organizados na seção sindical do ANDES-SN, Aduern, desencadearam, em 2014, amplo processo de mobilização contra a precarização das condições de trabalho e estudo, e por melhorias na infraestrutura da universidade. Mediante levantamento das condições de sucateamento das estruturas físicas da universidade e das perdas salariais, os docentes desenvolveram várias mobilizações dirigidas à reitoria e ao governo do Estado, com o fim de abrir negociação e pautar estes problemas. No fim de cinco meses de atividades e com várias audiências realizadas, conquistaram reposição salarial da ordem de 57,53% distribuídos em quatro parcelas, sendo que o primeiro repasse, de 12,035%, se dará em Maio de 2015, e os demais nos anos subsequentes. As lutas realizadas arrancaram, ainda, o compromisso da reitoria e do governo de investirem na melhoria

dos *campi* da instituição e de abrir processo de negociação sobre carreira docente, autonomia e democracia na universidade. Os docentes continuam mobilizados para garantir as conquistas salariais e os demais acordos.

Como em vários estados, na Bahia, a luta contra o estrangulamento orçamentário, imposto pelo governo petista de Jacques Wagner, foi, e está sendo, para o Movimento Docente das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA), o principal motivo da luta implementada no ano de 2014. A redução sistemática das rubricas para manutenção e investimento têm levado as UEBA a uma situação crítica, comprometendo o seu funcionamento para os próximos anos. No ano de 2014, o estrangulamento orçamentário ameaçou fechar restaurantes universitários e outras ações da insipiente política de permanência estudantil; inviabilizou a compra de equipamentos, materiais e reagentes para aulas práticas; impediu a realização de concursos públicos para docentes e técnicos universitários e sua ampliação, já que o quadro de servidores está estrangulado há algum tempo; e comprometeu os direitos trabalhistas dos docentes garantidos no Plano de Carreira, o Estatuto do Magistério Superior, Lei 8.352/02, tais como, promoção e progressão na carreira. Em mais um ataque aos serviços públicos, a três meses de encerrar seu mandato, o governador da Bahia publicou o Decreto 15.624/14, que impediu o simples direito dos trabalhadores servidores gozarem as suas férias: ataque nunca visto antes na história da Bahia! Por seu lado, o Movimento Docente, em momentos pontuais com o movimento estudantil e dos técnicos, realizou paralisações, greve de advertência com ocupação da Assembleia Legislativa da Bahia, o que, de certo modo, atenuou e impediu um maior ataque por parte do governo.

No Mato Grosso do Sul, os docentes da UEMS, continuam lutando por uma pauta represada desde a greve de 2013, que diz respeito à saúde do professor, condições precárias em muitas Unidades e cursos, autonomia e produtivismo acadêmico.

No Rio de Janeiro, o ano de 2014 foi marcado por intensas mobilizações. O grito de “fora Cabral” virou um grande consenso entre amplos setores dos trabalhadores e da juventude. As universidades estaduais fluminenses, que vêm mobilizadas desde antes deste período, também estiveram em luta e contribuíram para o desgaste do governo. As pautas de carreira e condições de trabalho foram as mais presentes. Em 2014, os docentes, técnicos e estudantes da Uenf (Universidade do Norte Fluminense) protagonizaram uma longa greve. No caso específico dos docentes, estes buscavam a remuneração pela Dedicação Exclusiva. Como resultado da luta, o governo equiparou os salários dos professores DE da Uenf aos salários da Uerj. Com a “isonomia” salarial dos docentes nas duas maiores universidades, abre-se um cenário mais propício para a unificação das lutas para a consolidação do fórum da IEES fluminenses. A Uerj, por sua vez, vem construindo uma luta por concurso e pela paridade com integralidade na aposentadoria para os professores DE que ingressaram antes da reforma da previdência de 2003. Esta luta ainda não se resolveu, mas a comissão de educação da assembleia legislativa enviou um projeto de emenda visando resolver o problema. Na UEZO (Universidade da Zona Oeste) estão em debate os planos de carreira de técnicos e docentes. No caso dos docentes, uma das discussões mais importantes é o regime de trabalho em dedicação exclusiva.

Em Minas Gerais, os docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), organizados na seção sindical do ANDES-SN, Adunimontes, deflagraram uma greve de 05 de Agosto à 08 de Setembro, cuja pauta de reivindicação constava a realização imediata de concurso público; defesa dos direitos dos professores, medidas de reparação de danos materiais e morais aos professores atingidos pela LC100; reivindicações relativas à reestruturação da carreira docente, aumento da dedicação exclusiva e incorporação de gratificações ao salário base. No final de Setembro, os docentes da Universidade Estadual da Minas Gerais, organizados na ADUEMG, seção sindical do ANDES-SN, fizeram greve, reivindicando: autonomia e democracia; imediato enquadramento na carreira de acordo com a titulação; ampliação da jornada de trabalho de 20h para 40h; melhores condições de trabalho e efetiva política de pesquisa e extensão.

Em São Paulo, os docentes das universidades estaduais paulistas vivenciaram a maior greve da história da Unesp, USP e Unicamp, enfrentando uma campanha patrocinada pela grande mídia,

com o apoio de setores das próprias universidades (destaque para a reitoria da USP), de criminalização do Movimento, pela cobrança de mensalidades, entre outros ataques às universidades. O movimento coordenado pelo Fórum das Seis, após quatro meses de greve, derrotou o projeto de congelamento salarial do Cruesp, conquistando um reajuste de 5,2%, em duas parcelas, e abono de 28,6% para repor a retroatividade ao mês de maio (data base). Além disso, avançou na luta por mais recursos para as três universidades, para responder, dentre outras questões, ao processo de expansão ocorrido nos últimos anos. Outra significativa vitória foi ter conseguido expor à sociedade os projetos de desmonte das universidades estaduais por parte das reitorias e governo estadual, com maior nitidez na USP, e a necessidade de destinar mais recursos para a educação. A greve fortaleceu a luta pelo aumento do financiamento das Universidades e pela necessidade de democracia no interior das Instituições.

Destaca-se, ainda, o Dia Nacional de Luta em defesa da autonomia e financiamento das IEES/IMES, em Maio de 2014, quando foram realizadas atividades pelas seções sindicais, como audiências públicas nos legislativos estaduais. Ainda no ano de 2014, em Brasília, no dia 26 de Setembro, foi realizado o Seminário Nacional sobre financiamento das Universidades Estaduais e Municipais (IEES-IMES), seguido pelo XII Encontro do Setor das IEES/IMES, realizado nos dias 27 e 28 de Setembro. Com a participação de 23 seções sindicais, o Seminário sobre Financiamento das IEES/IMES aprofundou a discussão sobre: financiamento das IES; a dívida pública federal e estadual e a relação entre autonomia e financiamento das IEES-IMES. No XII Encontro Nacional do setor das IEES-IMES foi feito um balanço das lutas travadas pelas seções sindicais do setor no ano de 2014, e as lutas prioritárias para o próximo período, expressas por recomendações para compor o plano de lutas para o setor a ser aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN.

Em todos os estados e municípios observa-se ações similares dos governantes no sentido da retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as) docentes e técnicos administrativos, ataques à autonomia e democracia, redução do financiamento e ameaças ao caráter público das IEES e IMES.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

IV - O COMBATE À VIOLÊNCIA MORAL NAS IES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Indicar às seções sindicais o levantamento das situações registradas de assédio moral e sexual nas suas respectivas IES para aprofundar as discussões sobre o tema pelo ANDES-SN.
- 2.** Sistematizar as ações de apoio das seções sindicais indicando o apoio político e jurídico aos docentes a partir de procedimentos de orientação e acompanhamento em situações de assédio moral e sexual.
- 3.** Que o ANDES-SN atualize e reedite a cartilha sobre assédio moral

Recomendação: Preparar um Seminário Nacional com o tema de assédio moral e sexual.

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A) Sobre carreira docente

1. Que as seções sindicais enviem informações sobre critérios de promoção, progressão e desenvolvimento na carreira para atualização do banco de dados do setor, a fim de mobilização e fortalecimento do setor;
2. Lutar por uma carreira docente que priorize a Dedicação Exclusiva como regime de trabalho preferencial;

B) Sobre democracia interna

3. Intensificar procedimentos nas seções sindicais que garantam a atualização constante do banco de dados do setor sobre democracia e autonomia universitária;
4. Lutar pelo estabelecimento de instâncias democráticas nas IEES/IMES;
5. Lutar pela garantia da autonomia acadêmica e administrativa das universidades;
6. Mobilizar a categoria para enfrentar e reverter os constantes ataques à autonomia das universidades;
7. Denunciar os crescentes e abusivos ataques e assédios praticados por dirigentes.

C) Sobre financiamento das IEES/IMES

8. Que as seções sindicais, com base no artigo 5º (XXXIII) da Constituição Federal e nos artigos 10, 11 e 12 da Lei nº 12.527/2011 – Lei Geral de Acesso a Informações Públicas, instem e solicitem às secretarias de educação, ciência e tecnologia e/ou reitorias e tribunais de contas informações sobre a execução orçamentária nos últimos dez anos, contendo informações segundo o grupo e natureza de despesa;
9. Que as seções sindicais promovam, até o XII Encontro do Setor das IEES/IMES, debate sobre o tema financiamento;
10. Realizar o Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 28 de maio de 2014;
11. Realizar um seminário sobre financiamento para as IEES/IMES em 2014;
12. Que as seções sindicais realizem debate para aprofundar e analisar criticamente a temática da federalização e do financiamento, incluindo o repasse dos recursos da União, nas IEES/IMES:
 - 12.1 realização de um seminário nacional com a temática da federalização e financiamento das IEES/IMES.
13. Intensificar a luta contra a privatização do ensino público, com mobilização permanente;
14. Que o setor das IEES IMES aprofunde as discussões para a definição do percentual de receita do ente federado para o financiamento destas instituições, de forma a assegurar a estas a sua plena manutenção e desenvolvimento.

D) Organização das IEES/IMES nos estados

Que as seções sindicais das IEES/IMES:

15. Façam articulação, em âmbito local, com as demais entidades dos servidores públicos estaduais (SPE) e pautem temas específicos, tais como: reforma da previdência; desoneração fiscal e seus impactos para os serviços públicos; autonomia das IEES/IMES;

16. Promovam debate referente à política estadual de educação;

17. Façam, em conjunto com as secretarias regionais e CSP-CONLUTAS, articulação com entidades sindicais e movimentos sociais da educação visando à construção de unidade de ação em pontos que forem consenso nas entidades envolvidas;

18. Que no próximo período será prioridade das secretarias regionais a criação ou fortalecimento de fóruns de IEES e IMES nos Estados;

E) Geral

19. Realizar no 2º semestre de 2014 o XII Encontro do Setor das IEES/IMES;

20. Que as seções sindicais participem do Núcleo da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados em funcionamento e fomentem a discussão para a criação nos estados em que ainda não existam.

21. Sempre que reivindicado pela seção sindical em greve, ficará definido que a secretaria regional deverá acompanhar assembleias, comandos de greve e processos de negociação em nome da direção nacional, apoiando a elaboração política;

22. Que o ANDES-SN reforce o acompanhamento de greves de IEES e IMES ampliando a divulgação nos informes regulares do Sindicato para o conjunto das seções sindicais.

23. Que o conjunto das seções sindicais, articuladas e suas respectivas secretarias regionais empreendam apoio político e financeiro para greve de IEES e IMES, sempre que solicitado pela seção sindical em greve.

Recomendação:

Que as seções sindicais enviem permanentemente informações sobre a situação de mobilização na base, a fim de alimentar os canais de comunicação do Andes-SN.

TR - 29

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Geral:

a. Construir, onde não existam, ou fortalecer, onde já existam, fóruns dos três segmentos acadêmicos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) nas/das IEES/IMES, com o fim de fortalecer lutas unitárias.

b. Lutar contra os processos de avaliação docente orientados pelo produtivismo, oriundos seja das administrações das universidades, seja das agências de fomento, defendendo parâmetros qualitativos.

c. Realizar, no segundo semestre de 2015, o XIII Encontro do Setor das IEES-IMES.

d. Realizar, no segundo semestre de 2015, o Seminário Nacional sobre federalização e financiamento das IEES/IMES.

e. Realizar um Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 27 de Maio de 2015.

2. Sobre o Financiamento:

a. Intensificar a luta, em cada estado, pela vinculação e aumento de verbas para a educação em geral e para as universidades estaduais e municipais, considerando o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar intervindo por meio de mobilizações:

I. Na LDO e, se necessário, na LOA;

II. Nos Planos Plurianuais de governo;

b. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:

I. campanhas salariais;

II. defesa do teto salarial em cada estado – e seus municípios – de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).;

III. defesa da carreira, com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

c. Realizar estudos e análises das contas públicas e orçamentos, com foco no financiamento e evolução salarial dos servidores das IEES-IMES;

d. Orientar as seções sindicais e secretarias regionais a procederem levantamento, no plano estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das universidades estaduais/municipais, solicitando, se necessário, assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese);

e. Realizar pesquisa sobre a dívida de estados e municípios, e suas implicações para o financiamento das IEES-IMES;

f. Cobrar transparência dos governos sobre transferência de recursos para pagamento das dívidas públicas e divulgar suas implicações sobre o cumprimento das obrigações dos diversos entes federados em relação aos direitos sociais fundamentais, como educação e saúde;

g. Denunciar o comprometimento dos orçamentos dos estados e municípios em face de suas dívidas com a União;

h. Integrar e fortalecer comitês e jornadas de lutas locais em defesa da educação pública, por 10% do PIB para educação pública já, conforme definido no Encontro Nacional de Educação (ENE), incorporando a demanda de financiamento das estaduais e municipais;

i. Reforçar o combate nos estados e municípios contra a transferência de recursos públicos para o setor privado, como o ProUni e Fies, e outras similares que estão sendo implantada nos estados.

3. Sobre Democracia e Autonomia:

a. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas;

b. Divulgar as experiências de realização de Estatuintes nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais);

c. Defender a democratização da gestão universitária com:

I. Eleição direta para todos os cargos dirigentes e conselheiros, com processo realizado e finalizado na própria universidade;

II. Garantia de autonomia e democracia nas relações das instâncias deliberativas da universidade e desta com o governo.

4. Sobre Federalização:

a. Aprofundar a discussão da temática “federalização/estadualização de universidades estaduais e municipais”, considerando a sua relação com a expansão sem qualidade do ensino superior público associado e a nossa exigência da responsabilidade dos governos;

b. Realizar estudos e produzir pareceres sobre a situação funcional e trabalhista dos servidores em caso de federalização/estadualização;

c. Esclarecer as condições jurídicas e operacionais da inversão de recursos federais e da utilização da capacidade instalada das IEES/IMES;

d. Fomentar o debate acerca da implementação de cursos em IFE na mesma área de abrangência das IEES/IMES, com foco na estratégia de desresponsabilização dos governos estaduais e municipais com o ensino superior.

5. Sobre Comissão da Verdade:

a. Criação de Comissões de Verdade nas IEES/IMES – onde ainda não foram constituídas – incluindo o estudo da continuidade da presença do entulho autoritário originário da ditadura militar nos Estatutos e Regimentos das IEES/IMES.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TEXTO DE APOIO

Nas últimas décadas, houve uma forte expansão do número de instituições particulares de ensino superior no Brasil, não acompanhada do crescimento proporcional do número de docentes nas IPES, o que agrava ainda mais as condições de trabalho, com o número de estudantes. Ao mesmo tempo, os cargos docentes das IPES são preenchidos por contratações precárias, na grande maioria em regime horista ou de baixa carga horária, dando preferência à titulação de especialista ou no máximo de mestre, em detrimento à de doutor.

Esta realidade é determinante na exacerbação da carga de trabalho, representada majoritariamente por atividades de ensino, bem como da exploração do trabalho, dos baixos salários, situações de assédio moral e da instabilidade no emprego. Esta última gera ainda dificuldades para a organização sindical dos trabalhadores docentes e a defesa de seus direitos, devido a mecanismos de repressão empregados, que ameaçam o emprego. Outra resultante desta situação é o modelo de universidade adotado nas IPES, posto que esteja assentado e reforçado pelas políticas de educação adotadas pelos últimos governos, considerando-se o papel do PNE, no sentido do fortalecimento do setor privado, com uma grande transferência de recursos públicos para o setor, tanto por meio do financiamento direto, PROUNI, como através de mecanismos indiretos como, por exemplo, a anistia fiscal.

Desta forma, apesar de os professores das IPES representarem aproximadamente 56% do total de professores do ensino superior, estes são responsáveis pela formação de cerca de 72% dos alunos de ensino superior no país. (CENSO 2013 – INEP)

O ANDES-SN enviou documento formalizando denúncias na OIT sobre essas precárias condições de trabalho e repressão nas IPES e, embora tenha buscado manter em sua carta sindical, por via jurídica e política, a possibilidade de representar sindicalmente os docentes das IPES, até o momento não obteve êxito. Por outro lado, os sindicatos que têm representado esses professores, os SINPRO, de um modo geral, vêm se limitando apenas a homologar demissões, e não estimulam o debate para que os docentes se organizem para a luta em defesa de seus direitos.

No sentido de contribuir com a organização destes trabalhadores e a sua preparação para a luta contra a ampliação da precariedade nas instituições que, cada vez mais, mergulham na lógica do negócio da educação fomentada como modalidade economicamente promissora, o ANDES-SN tem trabalhado em um contínuo processo de denúncia a respeito do avanço do capital e da internacionalização do ensino superior privado no Brasil, bem como sobre a exploração do trabalho docente nas IPES.

Na primeira quinzena de Dezembro de 2014, as Secretarias Regionais, realizaram reuniões com o objetivo de fortalecer a organização do Setor das IPES, discutindo os temas educacionais dirigidos ao cotidiano destes docentes.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

III - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

O 33º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Lutar pelo fortalecimento da inserção da base docente do setor das IPES no processo de organização sindical e defesa de seus direitos;
2. Dar continuidade às ações políticas, jurídicas e administrativas que garantam a mobilização e a construção de representação sindical dos docentes das IPES;
3. Intensificar a denúncia, a partir das secretarias regionais, da situação dos docentes das IPES, em relação à precariedade das condições de trabalho, à perda de direitos trabalhistas e às demissões injustificadas;
4. Dar visibilidade ao Projeto de Universidade do ANDES-SN no Setor das IPES, a partir das Diretrizes para a Construção de Pautas de Reivindicações dos Docentes das IPES, aprovadas no 31º Congresso do ANDES-SN.
5. Intensificar ações de solidariedade aos trabalhadores e estudantes das Universidades Gama Filho e UniverCidade na defesa de seus direitos trabalhistas e educacionais;
6. Que o Andes-SN levante e denuncie a situação dos trabalhadores e dos estudantes (em diálogo com suas representações sindicais e estudantis) das universidades Gama Filho e UniverCidade e indicar ao GT verbas que realize um estudo sobre financiamento público relativo a estas instituições;
7. Que o Andes-SN, por meio das secretarias regionais e seções sindicais, continue acompanhando o processo de descredenciamento e/ou falências de cursos e IES pautando no GTPE o debate sobre a expropriação dessa IES, questão trabalhista dos docentes e técnicos, a situação dos estudantes, na perspectiva de um plano de transição, até a solução da questão, e que os desdobramentos desse debate subsidiem o posicionamento do Sindicato a respeito do tema, no próximo Conad.
8. Lutar pela expropriação, sem indenização, das universidades Gama Filho e UniverCidade visando a sua transformação em universidades públicas, sem que o Estado assumas as dívidas dessas instituições.

TR - 30

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que as Secretarias Regionais realizem reuniões em 2015, com o objetivo de discutir temas educacionais dirigidos ao cotidiano docente do Setor das IPES, organizando fóruns, encontros ou seminários.
2. Fortalecimento da organização do Setor das IPES, a partir da nucleação em torno de segmentos que ainda apresentam algum nível organizativo, as Associações de Docentes (AD) existentes nas Católicas e Metodistas, com o apoio político das Secretarias Regionais;
3. Criação e alimentação de arquivo que permita o registro das atividades realizadas pelo Setor das IPES, Associações Docentes e Seções Sindicais;
4. Realização, por intermédio da Subseção do Dieese no Andes-SN, de um levantamento, a partir dos dados da PNAD, sobre as condições às quais estão submetidos os docentes das IPES, a exemplo do que foi feito sobre os docentes da Educação Básica pública e publicizado em sua Nota Técnica nº 141, de Outubro de 2014.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS



Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta os artigos 70 e 71 e o parágrafo 2º do artigo 72 para atualização no 34º Congresso.

TR - 31

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo quarto (35º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 35º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Parágrafo 2º do Artigo 72

§ 2º O 34º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 35º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.



Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 59º CONAD

TR - 32

O 34º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 59º CONAD.

Prestação de Contas do 59º CONAD

Nº	ITEM	RATEIO ANDES	RATEIO ADUFS
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	18.500,00	1.667,31
	Diárias	4.600,00	0,00
	Passagem Aérea	3.477,70	0,00
	Passagem Terrestre	0,00	0,00
	Hospedagem	6.696,00	0,00
	SUBTOTAL	33.273,70	1.667,31
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio\ Monitores	0,00	4.320,00
	Apresentação Cultural	0,00	1.000,00
	Cerimonial	0,00	400,00
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	4.800,00
	Transporte/ônibus	0,00	600,00
	Combustível	0,00	629,27
	SUBTOTAL	0,00	11.749,27
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes	0,00	735,00
	Banner	0,00	445,00
	Filmagem	0,00	4.200,00
	Transportadora	6.991,38	0,00
	Informandes	0,00	3.600,00
	Convites Abertura	0,00	200,00
	SUBTOTAL	6.991,38	9.180,00
3	Infraestrutura		
	Material de Escritório	0,00	286,00
	Aluguel de Impressora	0,00	2.160,00
	Tonner para Impressora	1.320,00	2.250,00
	Computador/ Notebook	0,00	2.400,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	0,00	0,00
	Correios	0,00	516,35
	Coffe Break	10.800,00	0,00
	Café/ Água Mineral	300,00	0,00
	Papel A4	594,00	560,00
	Sonorização	0,00	1.380,00

	Ventiladores	0,00	480,00
	Internet	0,00	200,00
	Ornamentação	0,00	3.068,00
	Espaço Hotel, Auditório e Salas	30.450,00	0,00
	SUBTOTAL	43.464,00	13.300,35
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	0,00	5.000,00
	Camisetas	0,00	3.600,00
	Pastas	0,00	1.180,00
	Canetas Personalizadas	0,00	1.000,00
	Crachás	0,00	1.100,00
	Bloco de anotações	0,00	1.070,00
	SUBTOTAL	0,00	12.950,00
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	900,00	2.668,86
	Hospedagem	1.797,00	0,00
	Passagens Aéreas	3.397,21	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	6.094,21	2.668,86
	TOTAL	89.823,29	51.515,79
	Total de Despesas Previstas	141.339,08	

TEXTO 33

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 34º CONGRESSO.

Seção Sindical:
Grupo de Trabalho:
Componentes:



Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO - Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O FUNDO ÚNICO, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro em Março de 2013, sendo mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nesta premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo. Os recursos do FUNDO ÚNICO foram distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve; definidos relativamente ao saldo de 1º de Março de 2012, e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de Janeiro de cada ano.

No ano de 2014, o Fundo Único foi utilizado em sua parcela relativa à mobilização, na realização da marcha do dia 07 de Maio de 2014, possibilitando ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades e com a CSP-CONLUTAS, no esforço de trazer à Brasília movimentos populares organizados, como também convocação da Comissão Nacional de Mobilização. Foram repassados recurso para implantação de novas seções sindicais e ajuda para outras com dificuldades financeiras. O Fundo contribuiu ainda, com sua parcela referente à greve, com o movimento das estaduais do Ceará, que entraram em greve no mês de Setembro de 2014. Entre as reivindicações estão a contratação de professores efetivos nas universidades; a expansão da estrutura do campus da Uece, em Itapipoca; e a realização de concursos para professores efetivos. Os professores querem a realização de um concurso público imediato para a contratação de 577 docentes, acertado no acordo de Janeiro. Os docentes aguardam a nomeação de 31 professores aprovados em concurso público. Os professores também questionam a falta autonomia e de investimentos nas universidades, que não chegam a 3% dos 5% do orçamento do estado para as Universidades.

Tomando com referência o mês de Setembro de 2014, o fundo apresentou um superávit de R\$ 817.373,40 [receita (R\$933.596,66) – despesas (R\$ 116.223,26)]. Neste balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único.

TR – 34

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos, definidos pelo 34º Congresso como centrais na luta do Sindicato, no limite de 600 mil reais da parcela referente à mobilização.

2. Autorizar o 60º CONAD a apreciar e deliberar sobre os custeios de mobilização e luta para o segundo semestre de 2015
3. Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, que entrarem em greve no ano de 2015, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.
4. A diretoria do ANDES–SN fica autorizada a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que estas consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.

TEXTO 35

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, situada em Guararema/SP (a 70 km de São Paulo/SP), e inaugurada em 23 de Janeiro de 2005, foi construída entre os anos de 2000 e 2005, graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores do MST e simpatizantes.

Atualmente, a ENFF conta com o apoio de mais de 700 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões –, e oferece cursos de nível superior nas áreas de Filosofia Política, Serviço Social, Pedagogia, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos, além dos cursos de especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo). Possui uma biblioteca com mais de 40 mil volumes impressos, formada através de doações. Para garantir o acesso às mulheres, foram construídas creches para que as crianças nelas permaneçam enquanto as mães estudam.

A ENFF recebe ajuda de várias entidades e do ANDES-SN, de forma contínua, visando a suprir as necessidades inerentes à formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo.

TR - 35

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF.



Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida trabalha no sentido de investigar o endividamento público brasileiro – interno e externo –, visando a promoção de uma auditoria que se denomina cidadã, exatamente pelo fato de estar sendo realizada por cidadãos e para os cidadãos.

É inegável o valor do trabalho investigativo realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, desnudando a origem e o montante real da dívida pública brasileira. Pela qualidade técnica, o material produzido pela Auditoria tem subsidiado, de forma ímpar, as reflexões e os debates realizados pelo ANDES-SN e por outras entidades de servidores públicos envolvidos na luta em defesa de políticas públicas de qualidade. As consequências advindas do compromisso dos sucessivos governos de pagar uma conta, sem realizar uma auditoria determinada pela Constituição de 88 e cujos valores em 2014 (até 25/10) atingiram R\$ 910 bilhões, ou seja, 50 % do gasto federal, são desastrosas para a educação, a saúde e a aposentadoria dos trabalhadores.

Outra atividade que a Auditoria Cidadã realiza são cursos de formação sobre a dívida pública, cuja finalidade é a ampliação/criação de núcleos nos estados e municípios e a formação de pessoas capacitadas para enfrentar a questão. Já existem núcleos organizados nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Pela contribuição que a Auditoria Cidadã tem prestado aos movimentos sociais e ao ANDES-SN, faz-se importante a manutenção do apoio político e financeiro.

TR – 36

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Comissão da Verdade ao ser criada, em 2013, no 32º Congresso, no Rio de Janeiro, fez com que o ANDES-SN constituísse-se em mais uma entidade nacional na luta pela restauração da memória histórica vivenciada em nosso país, no período da ditadura, entre os anos de 1964-1985, mas com uma vertente dedicada a investigar as ações de perseguições/prisões/assassinatos no interior das universidades.

O ANDES-SN - Comissão da Verdade se junta, portanto, às demais entidades nacionais no clamor por justiça social, responsabilizando os autores, ainda ilesos, da tortura e outros crimes de lesa-humanidade, ocorridos naqueles conturbados anos de cerceamento das liberdades democráticas.

Defende que, nessa investigação e denúncia, os anos da ditadura sejam efetivamente creditados ao movimento conjugado dos interesses de setores influentes do empresariado nacional com as forças militares e sob o patrocínio do governo norte-americano. Daí a denominação que passa a apresentar em todas as suas atividades.

Uma das primeiras ações da Comissão da Verdade do ANDES-SN foi produzir um levantamento, junto às seções sindicais, de informações de atos autoritários e prisões de docentes e demais servidores nas universidades brasileiras, articulado com outras Comissões da Verdade locais e regionais. Esse levantamento continua sendo atualizado.

No 33º Congresso do Sindicato, realizado em São Luís, em 2014, foi aprovada a realização de um Seminário Nacional, antecedido por encontros preparatórios por região do país, sobre esse envolvimento da ditadura empresarial-militar no âmbito universitário. Em reuniões seguidas, os membros da Comissão da Verdade analisaram e propuseram que esses encontros também abrangessem as políticas do regime para as regiões em que eles se realizariam. Avaliaram também a necessidade de ampliação dos membros da Comissão para realizar tais eventos com a magnitude desejável. No 59º CONAD, em Aracaju, essa ampliação se efetiva com a aprovação de mais um membro titular e outro suplente, retirados em plenária, que se incorporam aos demais integrantes originalmente constituídos. Também são escolhidos os novos membros titulares e suplentes da nova diretoria. Assim, a Comissão passa a ter cinco membros titulares e os respectivos suplentes.

Dessa forma, foram realizados os encontros preparatórios nas regiões Norte e Centro-Oeste, nos dias 23 e 24 de Outubro, em Belém; Nordeste, nos dias 13 e 14 de Novembro, em Fortaleza; e realiza no Sudeste/Sul, nos dias 25 e 26 de Novembro, no Rio de Janeiro. Esses instantes de reflexão revelam-se importantes para a efetivação do Seminário Nacional, que se realiza nos dias 09 e 10 de dezembro, em Brasília. As contribuições que podem surgir das mesas-redondas, exposições de filmes e debates, além dos depoimentos, constituem em preciosos documentos que devem ser reunidos em um caderno especial do ANDES-SN, e este atuar como elemento mobilizador da luta contínua por justiça e restauração da memória em todas as Seções Sindicais.

Assim, a importância da continuidade do trabalho da Comissão da Verdade do ANDES-SN é fundamental para a restauração dos fatos históricos ocorridos nesse período ditatorial brasileiro. Suas ações continuadas devem contribuir para a busca de justiça social e o alinhamento com as lutas com os demais países latino-americanos, que enfrentaram ditaduras semelhantes e já

julgaram aqueles que cometeram atos criminosos contra os que se insurgiram aos desmandos políticos e lutaram por liberdade social.

RESOLUÇÕES DO 33º CONGRESSO DO ANDES-SN

X - COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES- SN

O 33º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1. as seções sindicais e as secretarias regionais realizem levantamento, articuladas com outras comissões da verdade, sobre ações da ditadura em âmbito institucional, local e regional, até junho de 2014;
2. o ANDES-SN realize seminário nacional sobre a temática, no segundo semestre de 2014, antecedido de encontros preparatórios;
3. as seções sindicais e as secretarias regionais participem ativamente dos atos de repúdio ao Golpe de 1964, por ocasião dos 50 anos do golpe de 64;
4. o ANDES-SN busque articular ações e mobilização com entidades sindicais e movimentos sociais pela revisão da Lei de Anistia, pela responsabilização dos autores da tortura e outros crimes de lesa-humanidade nos anos da ditadura empresarial-militar;
5. o ANDES-SN realize reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN, com a presença de entidades sindicais e movimentos sociais com o objetivo de articular ações conjuntas frente à temática, no mês de março;
6. o ANDES-SN exija a abertura imediata dos arquivos da ditadura, fundamental para garantir o direito de informação.
7. em função da magnitude da Comissão da Verdade do ANDES-SN, o Sindicato deverá ampliar a infraestrutura, alocar pessoal com dedicação plena à tarefa e assegurar suporte financeiro compatível com o desenvolvimento dos trabalhos em 2014.
8. seja efetuado um encontro nacional, preferencialmente no 1º semestre de 2014, sobre ditadura militar e a universidade brasileira.

TR - 37

COMISSÃO DA VERDADE

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Autorizar que o produto (relatório final) do Seminário Nacional da Comissão da Verdade e seus encontros preparatórios seja transformado em Caderno Especial do ANDES-SN e considerado referência do sindicato na luta pela restauração da memória histórica, a ser lançado no 60º CONAD;
2. Indicar que o Caderno Especial se constitua em instrumento mobilizador, nas Seções Sindicais, da luta contínua pela revisão da Lei da Anistia e pela responsabilização dos autores de atos criminosos praticados no período da ditadura empresarial-militar;
3. Indicar às Seções Sindicais a intensificação da luta para a construção de Comissões da Verdade nas suas respectivas IES e, em se constituindo, analisar a possibilidade de se incorporar à rede de Comissões da Verdade institucionais já existentes.
4. Propor que as Seções Sindicais lutem para o cancelamento de títulos honoríficos ou homenagens a personalidades claramente identificadas com a ditadura empresarial-militar no interior das IES, bem como a alteração nominal de prédios e auditórios, onde houver.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: TRANSIÇÃO DO SUPORTE IMPRESSO PARA O ON-LINE.

TEXTO DE APOIO

As novas tecnologias de comunicação tem possibilitado a configuração de outras formas de circulação do conhecimento, tornando-a mais rápida, mais acessível e menos onerosa. Um exemplo significativo são as publicações de revistas digitalizadas no meio acadêmico. Vários títulos importantes, atualmente, são feitos exclusivamente no formato digital, permitindo um aumento significativo do número de veículos editados por programas de pós graduação das universidades brasileiras, bem como de outras instituições e associações.

São inúmeros os casos de publicações que anteriormente eram impressas e que, aos poucos, foram migrando para o formato digital, sem que se verifique perda de qualidade ou que diminua seu impacto e importância social, cultural ou política. Outras publicações ganharam um formato digital, que passa a co-existir com versões impressas de tiragem mais reduzida.

A Revista **Universidade e Sociedade**, publicada pelo ANDES-SN, ganhou importância e relevância ao longo de sua existência e caracteriza-se no meio acadêmico e sindical como um veículo estratégico para a divulgação da pauta de reivindicações e das lutas empreendidas pelos sindicalizados em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Atualmente, são publicadas duas edições anuais da **Universidade e Sociedade**, com uma tiragem de cinco mil exemplares, cada. A distribuição é feita em âmbito nacional, priorizando-se as SEÇÕES SINDICAIS DO ANDES-SN. A distribuição não é uma tarefa fácil, visto que nem sempre a revista chega às mãos de todos os professores, o que ocorre por motivos diversos.

Diante dessa realidade, acreditamos que seja necessária uma reestruturação na forma de publicação da revista para que ela adquira maior visibilidade, por um lado, e também para que esteja mais adequada às formas de divulgação do pensamento contemporâneo, e para que onere menos o orçamento do ANDES-SN, por outro lado. Atualmente, os custos de produção da **Universidade e Sociedade** giram em torno de R\$ 186.000 anuais, montante considerável, que precisa ser avaliado. Sem dúvidas, é preciso ressaltar que a revista integra o plano de comunicação do ANDES-SN, o que nos leva a certeza de que a reestruturação deve ser conduzida de forma a atender, prioritariamente, aos interesses da nossa categoria.

Neste sentido, a migração do sistema físico para o digital, poderia se dar através de um portal exclusivo da revista, utilizando um dos diversos sistemas empregado nas publicações eletrônicas.

TR - 38

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. A Revista Universidade e Sociedade passará a ser publicada exclusivamente na forma de revista eletrônica a partir de sua 58ª edição.
2. A transição da forma impressa para o modo on-line obedecerá às disposições transitórias definidas nos itens 2.1 e 2.2.
 - 2.1. Na 56ª edição ainda contará com 1000 volumes impressos;
 - 2.2. Na 57ª edição ainda contará com 500 volumes impressos;

REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS REGIONAIS E OU INTER-REGIONAIS, ORGANIZADO PELAS SECRETARIAS REGIONAIS SOBRE REORGANIZAÇÃO SINDICAL.

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN realizou, no segundo semestre de 2014, o Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios atuais como uma das atividades aprovadas no último Congresso. Este seminário contou com a participação de, aproximadamente, 150 representantes da base, e discutiu os temas da composição e forma de eleição da diretoria, multicampia, formas de precarização do trabalho docente e reorganização do ANDES-SN, e política sindical; temas estruturados a partir das contribuições individuais dos filiados e das seções sindicais sistematizadas no Caderno de Textos.

As discussões, presentes no tema da composição e forma de eleição da diretoria, giraram em torno do fortalecimento do trabalho de base no Sindicato, com o enraizamento do ANDES-SN na base da categoria, como mecanismo para superação das dificuldades e dos novos desafios do movimento docente. Também foram objeto do debate a manutenção e modificação da forma atual de composição e eleição da Diretoria do ANDES-SN e suas atribuições e responsabilidades.

Em relação ao tema da multicampia, foram abordadas as seguintes questões no Seminário: a manutenção dos princípios comuns a todas as formas de organização sindical nas IES multicampi; a garantia do debate democrático por meio da participação direta dos sindicalizados de todos os *campi* nas assembléias; a organização do sindicato por local de trabalho; a estrutura financeira com as contribuições diretas dos associados de modo que estas possam garantir a luta solidária de todos; a implementação de vídeo conferência em todos os *campi*, como sistema de comunicação; a reativação/fortalecimento do conselho de representantes buscando resgatar o processo de mobilização sindical; a revisão do Regimento das seções sindicais; defesa da presença de mais de uma seção sindical por Instituição; realização de assembleias consultivas, com temas a serem posteriormente discutidos nas assembleias gerais deliberativas; definir modelo(s) organizacionais das seções sindicais que atenda(m) às particularidades, sem fragmentar o sindicato; garantir a representação na composição da diretoria das seções sindicais de filiados das diversas unidades ou *campi*.

Sobre o tema que discutiu as formas de precarização do trabalho docente, os presentes no Seminário apontaram a necessidade de organizar um seminário nacional sobre a precarização do trabalho docente; realizar um levantamento nas seções sindicais da precarização representada pela EAD, incluindo a pauta desses professores; refletir sobre questões como concurso e carreira para os professores da EaD e a precarização do trabalho dos que participam do Parfor; combater o assédio moral na ação das seções sindicais, inclusive por meio da criação do observatório do assédio moral e realização de audiências públicas na universidade e nos legislativos sobre o assunto.

Finalmente, em relação à reorganização do ANDES-SN e política sindical, discutiu-se e apresentou-se, como encaminhamentos para futuras discussões no Sindicato, as seguintes

questões: fortalecer o trabalho das regionais; atuação efetiva das seções sindicais no fortalecimento do ANDES-SN; rediscutir a organização espacial e o papel das regionais na estrutura do Sindicato Nacional; lutar pela liberação sindical para diretores locais e nacionais para o exercício das atividades sindicais.

Mesmo que a questão dos aposentados e assuntos de aposentadoria não tenham sido analisados no evento, devemos reafirmar a importância da discussão desta temática nas questões estruturais do sindicato.

Com o objetivo de fortalecer a interlocução do sindicato com a base por região e acumular e enraizar a discussão nas seções sindicais sobre os desafios da nova configuração do mundo do trabalho, que podem se refletir sobre nossa organização, propomos a realização de Seminários regionais, ao longo do ano de 2015, como espaço de aprofundamento das temáticas levantadas e discutidas no Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN.

TR – 39

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Realizar seminários regionais, organizado pelas secretarias regionais para discutir os seguintes temas:
 - a. precarização: EAD, produtivismo, terceirização - organização social - e diversas outras formas;
 - b. organização sindical e *multicampia*;
 - c. discussão das opressões, discriminações de gênero e etnia e assédio sexual e moral;
 - d. as contribuições dos filiados e seções sindicais devem ser enviadas às secretarias regionais para confecção de caderno de textos.
2. Promover a discussão da mobilidade dos docentes aposentados no sentido de que possam participar em seção sindical mais próxima ao local de residência.
3. Intensificar o apoio político e material ao trabalho de organização do ANDES-SN em IES onde o PROIFES e outras organizações que atacam o ANDES-SN, visando à unidade, autonomia e independência sindical.
4. Reafirmar a luta em defesa da licença sindical.



Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 35º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 25/02/15, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 40

O 35º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 41

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 34º CONGRESSO a homologação de seções sindicais.

RESOLUÇÕES DO 59º CONAD DO ANDES-SN

II - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 59º CONAD, manifesta-se, *ad referendum*, do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN.

2.2 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 59º CONAD, manifesta-se, *ad referendum*, do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SESDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN, *ad referendum* do 34º Congresso.

TR – 41

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 - CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SINDIFPB Seção Sindical do ANDES-SN.

1.2 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - SEDIFMT Seção Sindical do ANDES-SN.

TEXTO 42

Contribuição da Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del Rei – ADFUNREI-SSIND

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI.

TEXTO DE APOIO

No período de 09 de junho a 03 de julho de 2014, em uma assembleia estendida, a Diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del Rei (ADFUNREI-SSIND.) apresentou aos seus filiados uma proposta de alteração do regimento dessa seção sindical, visando atualizá-lo frente à nova realidade que está configurada a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) com seus três multicampi fora da sede e três na própria sede em São João del Rei, onde dos 761 docentes efetivos 445 docentes estão alocados na sede e os demais nos campi fora de sede (154 docentes no *Campus* Dona Lindu, em Divinópolis; 45 no *Campus* Sete Lagoas, em Sete Lagoas; e 117 no *Campus* Alto Paraopeba, em Ouro Branco)².

Para a aprovação da alteração do regimento, o regimento vigente em seu artigo 20 coloca um quórum mínimo de um quarto dos filiados manifestando favoráveis a essa alteração. Assim, em 09 de julho de 2014, a proposta de alteração do regimento foi aprovada com 130 votos

² Em outubro de 2014, a seção sindical contava com 536 docentes filiados (entre 356 ativos – isto é, 60% dos ativos da UFSJ - e 80 aposentados).

favoráveis, sete votos contrários, um voto em branco e dois votos nulos. Na ocasião, a seção sindical contava com 520 filiados, de modo que os 140 docentes que assinaram a lista de presença da assembleia superaram o quórum mínimo previsto no artigo 20 do regimento, ou seja, um quarto dos filiados, que corresponderia na ocasião ao mínimo de 130 filiados.

Os principais pontos de alteração do regimento da ADFUNREI-SSIND. foram:

- ✓ No Artigo 1º. mudou-se a sigla da seção sindical de ADFUNREI-SSIND. para ADUFSJ-SSIND.
- ✓ No Artigo 4º abriu-se espaço para prever instalações de subsecretarias nos campi fora de São João del Rei.
- ✓ No Artigo 6º. foi incluído um parágrafo para prever e possibilitar criações de órgãos de apoio ao Sindicato.
- ✓ No Artigo 12º., que trata das condições de desfiliação, foi incluído um terceiro inciso, a saber, “perder vínculo empregatício com a UFSJ”, por entender que, o fim da seção sindical é representar e defender os direitos dos docentes da UFSJ enquanto vinculados a essa Instituição.
- ✓ O Artigo 13º. adquiriu nova forma, visando considerar os cargos administrativos com a nova estrutura organizacional criada na UFSJ, o Centro Administrativo.
- ✓ O Capítulo I – Das Assembleias, do Título III, do atual Regimento, foi totalmente refeito e reorganizado, destacando os seguintes pontos: as Assembleias passaram a ser de dois tipos: Gerais (Capítulo I – contendo seis artigos) e de *Campus* (Capítulo II – contendo sete artigos), sendo que, com essa assembleia de *Campus*, abriu-se a possibilidade de ocorrer assembleias em quaisquer campi da UFSJ para discutir e deliberar assuntos relativos à pauta local de reivindicações do *campus* em que essa assembleia for instalada. Para cada tipo de assembleia foram definidas as formas de convocação, as competências, a forma de condução, os quóruns de instalações, esses passando dos atuais 30% e 15% para 15% e 3%, nas primeiras e segundas chamadas, respectivamente.
- ✓ O Capítulo II – Do Conselho de Representantes, do Título III – foi reformulado destacando-se uma composição formada por representantes de cada *campus* da UFSJ (Artigo 30º.), e não mais por representantes de departamentos, de modo que o número de conselheiros foi reduzido significativamente de mais de 30, conforme previsto no atual regimento - um representante por departamento -, para cerca de 10 conselheiros na proposta aprovada.
- ✓ O texto referente às Eleições, do Título IV - foi todo reformulado, visando dar mais visibilidade e lisura ao processo de eleição, tanto da Diretoria quanto do Conselho.
- ✓ No Título VII - Das Disposições Gerais - houve inclusão de um artigo prevendo que casos omissos possam ser deliberados em Assembleia Extraordinária Geral.

TR - 42

O 34º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a alteração do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del Rei.

TEXTO 43

Contribuição dos professores José Maria Alves da Silva, Fernando Pinheiro Reis, Tancredo Almada Cruz e Juliana Silva Rocha – sindicalizados da ASPUV-S.Sind.

PROCESSO SUCESSÓRIO NA DIREÇÃO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As disposições estatutárias vigentes sobre o processo sucessório da direção do ANDES-SN dificultam sobremaneira a formação de chapas concorrentes. Devido a estas dificuldades, na grande maioria das vezes, verifica-se a inscrição de apenas uma chapa. Isso não é recomendável porque tende, entre outras coisas, a provocar perda de sintonia entre as aspirações da categoria docente e sua representação nacional. Essa é uma das razões pelas quais nota-se um crescente desinteresse dos novos ingressantes na carreira docente quanto à filiação nas seções sindicais, com nefastas consequências para o futuro do sindicato nacional.

De acordo com o estatuto vigente, para a devida inscrição de chapas, devem necessariamente ser cumpridas as seguintes exigências, pela ordem: 1) Registrar os nomes de um triunvirato formado pelos candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, acompanhado do respectivo Manifesto da Chapa e da indicação de seu representante e suplente na Comissão Eleitoral Central, até pelo menos uma hora depois da aprovação do regimento eleitoral, na seção plenária de Questões Organizativas e Financeiras do último Congresso Anual imediatamente anterior à data da eleição; 2) Apresentar o registro definitivo da inscrição, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, em data definida pela Comissão Eleitoral Central.

Considerando-se que, em geral, as pessoas relutam em assumir as responsabilidades presumidas pelos cargos de primeiro escalão da diretoria, a primeira exigência concede pouco prazo de tempo para definições mais cuidadosa dos triunviratos.

A segunda exigência implica na necessidade de definir *ex ante* os oitenta e três nomes (83) da chapa completa, constituída pelos nomes dos candidatos aos onze (11) cargos da diretoria nacional e mais setenta e dois nomes (72) dos candidatos aos seis (6) cargos nas doze (12) Secretarias Regionais do ANDES-SN.

A baixa disputa eleitoral historicamente observada deve-se, em larga medida, às dificuldades envolvidas nas articulações necessárias para a constituição de uma nominata completa, num país de dimensões continentais como é o nosso. À medida que o número de seções sindicais se amplia, devido ao processo em voga de expansão do sistema federal de ensino superior, essas dificuldades tornam-se cada vez maiores, aumentando, em consequência, a probabilidade de que, em tempo futuro, o processo eleitoral poderá ser inviabilizado por falta de inscrição legítima de pelo menos uma chapa. Não é difícil imaginar quão desabonadoras seriam as consequências de tal fato para a imagem do ANDES-SN.

Flexibilizar as regras de formação de chapas para o processo sucessório é importante não só para prevenir tal risco como também, o que é mais importante, fortalecer o sindicato por meio de expansão do número de filiados nas seções sindicais e maior participação nas assembleias e outros fóruns de discussões docentes.

TR – 43

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Que no “Seminário Nacional sobre a estrutura organizativa do ANDES-SN frente aos desafios políticos atuais” sejam discutidas e revistas as disposições estatutárias do ANDES, no que diz respeito ao processo sucessório da direção nacional, tendo em vista a elaboração de uma proposta de flexibilização das exigências para inscrição de chapas concorrentes às eleições para a diretoria nacional. Nesse sentido, apresentamos a seguinte proposta de modificação estatutária:

1.1 Art.X - Após aprovação da comissão eleitoral pela assembleia, os sindicalizados terão trinta dias para inscrever a chapa da diretoria com a indicação dos nomes dos 11 cargos que a compõem.

1.2 Art. X+1 - Para cada uma das diretorias regionais, serão inscritas chapas independentes, no mesmo prazo, com indicação dos nomes dos seis candidatos e seus respectivos cargos.

1.3 Paragrafo único - Os sindicalizados votarão separadamente para a diretoria nacional e para a diretoria de sua região.

TEXTO 44

Contribuição do professor Josevaldo Cunha, sindicalizado ao ANDES-Sindicato Nacional na ADUFCG-Seção Sindical

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA: COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA TEXTO DE APOIO

Até a gestão 1990-1992, a composição de cada Secretaria Regional (SR) da Diretoria do ANDES- Sindicato Nacional tinha a seguinte configuração:

“Vice Presidente Regional, Suplente de Vice Presidente Regional, Secretaria da Regional, Suplente da Secretaria da Regional, Tesouraria da Regional, Suplente de Tesouraria da Regional”.

A partir da gestão 1992-1994, devido a deliberação havida no XI Congresso do Sindicato [Cuiabá-MT; Adufmat; 16 a 22 de fevereiro de 1992] a composição de cada Secretaria Regional (SR) da Diretoria do ANDES- Sindicato Nacional passou a ter a configuração:

“Primeiro-Vice-Presidente Regional, Segundo-Vice-Presidente Regional, Primeiro-Secretário Regional, Segundo-Secretário Regional, Primeiro-Tesoureiro Regional, Segundo-Tesoureiro Regional”.

Tanto numa situação quanto na outra o tamanho das duas configurações é o mesmo, qual seja: 06 (seis) membros em cada SR. A diferença entre as duas situações é que no primeiro caso tem-se 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes e no segundo caso os 06 (seis) membros são efetivos.

Nos relatórios das diversas gestões, há registros de avanços no trabalho de articulação política no âmbito de cada SR devido a essa referida alteração na composição das Regionais.

Ao nosso ver, a necessidade de ampliação e consolidação do trabalho de articulação política nas Regionais, nas características de expansão da base sindical do ANDES-Sindicato Nacional,

cobra uma nova configuração nessas SR, para que se acrescente, com um modesto aumento de custo no funcionamento e um forte potencial no crescimento e na qualidade do trabalho político-sindical, um membro em cada SR.

Assim, propõe-se um acréscimo ao Art. 32, inciso V, nos seguintes termos:

“Art. 32. A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

...

V - fazem parte ainda da DIRETORIA... um(a) Terceiro(a)-Secretário(a) Regional,... cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional”.

TR - 44

O 34º Congresso do ANDES-SN delibera:

Acrescente-se no inciso V, Art. 32, do Estatuto do ANDES-Sindicato Nacional o cargo de ***Terceiro(a)-Secretário(a) Regional.***

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

AGU: Advocacia-Geral da União

ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BGA: Bacharelados em Grandes Áreas

C&T: Ciência e Tecnologia

CADIN: Cadastro de Inadimplentes

CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CNE: Conselho Nacional de Educação

CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais

CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:

CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional

CONED: Congresso Nacional de Educação

CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN

CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.

CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes

CPA: Comissões Próprias de Avaliação

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CSS: Contribuição Social para Saúde

DA: Diretórios Acadêmicos

DCE: Diretório Central de Estudantes

DE: Dedicação Exclusiva

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo

DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos

DRU: Desvinculação de Recursos da União

EaD: Educação a Distância

EC: Emenda Constitucional

ETF: Escolas Técnicas Federais

ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes

FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

FIES: Financiamento Estudantil

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior

GT: Grupo de Trabalho

GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte

GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical

HU: Hospital Universitário

ICV: Índice do Custo de Vida

IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior

IES: Instituições de Ensino Superior

IFE: Instituições Federais de Ensino

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

LOA: Lei Orçamentária Anual

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC: Ministério do Estado da Educação

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OCC: Outros Custeios de Capital

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Projeto de Lei

PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente

PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development